

ALAIN NUCCI FERNANDES

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ANTIPETISMO NA *FOLHA DE S. PAULO* NAS ELEIÇÕES DE 2018

DOURADOS – 2022

ALAIN NUCCI FERNANDES

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ANTIPETISMO NA *FOLHA DE S. PAULO* NAS ELEIÇÕES DE 2018

Dissertação de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

.

Orientador: **Prof. Dr. Fabiano Coelho**

DOURADOS - 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F363r	<p>Fernandes, Alain Nucci. Representações sobre o antipetismo na Folha de São nas eleições de 2018. / Alain Nucci Fernandes. – Dourados, MS : UFGD, 2022.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Fabiano Coelho Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Antipetismo. 2. Patrimonialismo. 3. Populismo. I. Título.</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

ALAIN NUCCI FERNANDES

REPRESENTAÇÕES SOBRE O ANTIPETISMO NA *FOLHA DE S. PAULO* NAS ELEIÇÕES DE 2018

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Fabiano Coelho (Dr. PPGH/UFGD) _____

2º Examinador:

Marcos Antônio da Silva (Dr. PPGS/UFGD) _____

3º Examinador:

Fernando Perli (Dr., PPGH/UFGD) _____

A minha mãe Sonia Maris Nucci Fernandes, que me proporcionou muito amor e carinho em meio a hercúleas dificuldades enquanto mãe solteira de dois adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Tenho desenvolvido, desde a graduação, iniciada em 2011, uma relação muito íntima com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde iniciei a missão de tornar-me professor de História e, logo no início do curso, em 2012, incentivado pelo Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, a quem tenho muita admiração e carinho, passei a desenvolver uma pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Vale dizer que, quando propus o tema que gostaria de pesquisar, ainda de maneira bruta, foi o próprio Eudes quem me indicou ao Prof. Dr. Fabiano Coelho, orientador dessa pesquisa.

Portanto, agradeço, em especial, ao Prof. Dr. Fabiano Coelho, primeiro pelo aceite em ter-me enquanto orientando, em segundo lugar pela paciência nos momentos em que ocorreram alguns percalços no caminho desse pesquisador e em terceiro pelas valorosas orientações e sugestões que permitiram a concretização dessa dissertação. Agradeço também ao Prof. Dr. Fernando Perli, que tive a honra de tê-lo enquanto professor desde a graduação e depois nas aulas ministradas no Programa de Pós-Graduação da UFGD (PPGH/UFGD) e veio a ser um dos membros da banca avaliadora deste trabalho. Agradeço em especial também ao Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva, também membro da banca avaliadora dessa narrativa e que deu importantes contribuições para essa narrativa desde à disciplina *Seminários de Projeto de Pesquisa*, que visa simular uma banca avaliadora, ainda no primeiro ano da pós-graduação, para fazer contribuições que permitam um melhor desenvolvimento da dissertação.

Agradeço a Prof. Dr. Nauk Maria de Jesus, por ter dado a oportunidade e orientado durante o primeiro trabalho de pesquisa, ainda durante o primeiro ano de graduação, a partir do PIBIC/ UFGD, e ao Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, com quem realizei a segunda pesquisa, ainda enquanto acadêmico, também pelo PIBIC, a quem tenho um carinho e admiração também imensuráveis. Apesar de não ter dado prosseguimento aos trabalhos a partir da pós-graduação, o trato com outro tipo de temática, com outras fontes e metodologias contribuem para o enriquecimento do conhecimento histórico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) que possibilitou pagar os custos necessários à sobrevivência e adquirir materiais bibliográficos para realização do trabalho.

Agradeço a minha mãe, Sonia, que apesar de uma formação escolar precária, devido ao contexto sociocultural em que viveu de machismo e opressão contra as mulheres, criou-me obstinadamente para que seguisse os estudos e deu-me não apenas apoio verbal como dentro de suas limitações enquanto empregada doméstica, ajudou-me financeiramente para que concretizasse o que posso chamar de *nosso sonho*. Apropriando-me de um trecho da música *Prelúdio*, de Raul Seixas, posso confirmar que *sonho que se sonha junto é realidade*. Embora a trajetória ainda seja longa, é preciso comemorar os feitos pra que se chegue bem ao fim, querendo ou não, virá.

Agradeço também a minha tia Ana Nucci, a quem chamo carinhosamente desde a infância de tia Ninha e que me amou como a um filho e ao tio Gilberto. Após eu, minha mãe e irmã encontrarmos-nos em situação de rua após o abandono paterno, foi ele quem nos deu um teto para que morássemos. É a ele quem devo meu interesse pela história política, tendo compartilhado com ele muitos momentos de lutas ainda em Maracajú – MS, quando o via sempre aos berros em reuniões sindicais dos bancários, nas panfletagens em apoio a candidatos a prefeitura, governo e presidência, após a saída do trabalho.

Quando no ano de 2002 meu pai abandonou a mim, minha irmã e minha mãe, eu contava com 11 anos, e por ter desde criança uma proximidade muito grande com minha tia Ninha e meu tio Gilberto, decidiram, minha mãe e tios, que eu ficasse um ano morando com eles, enquanto minha mãe e irmã mudaram-se, então, para a casa que ele havia comprado há pouco tempo em Bonito. Foi em outubro desse ano, após a vitória de Lula em segundo turno, com mais de 60% dos votos válidos, que vi meu tio em um dos momentos de maior euforia e felicidade. Em meados de 2005, eu passava férias em sua casa quando saiu no jornal a entrevista onde Lula assumia que o *mensalão* era um tipo de esquema que era praticado por todos os partidos. A sua expressão era de revolta, indignação e frustração, junto de palavras de baixo calão, expressando que sabia que existia, mas que esperava uma atitude diferente do partido.

Agradeço ao primo Gilson, a quem tenho o prazer imensurável de ser amigo, pelas conversas tão produtivas e agradáveis onde se passam horas e não se percebe o ponteiro do relógio girar. Ao grande e generoso amigo feito na pós-graduação e que levarei para vida toda com muito amor, carinho e respeito, Bruno Alexandre Prado. Apesar de não ser possível expor a dimensão da importância que esses amigos tiveram para que eu chegasse até aqui, não posso deixar de acrescentar que sou um ser humano privilegiado por ter perto de mim pessoas tão generosas e gentis.

Ao finado amigo Helton Melchiorre, com quem dividia a república durante a graduação, agradeço os momentos que pude desfrutar de sua sabedoria e paciência. Ao amigo Guilherme Luís General Miranda, agradeço a companhia tão sincera que se iniciou logo nos primeiros dias de graduação e se faz presente até hoje. Agradeço também a Danutta Alves e Fabiano Iorio pela existência, pessoas com um coração tão grande que não se sabe como pode caber dentro do peito. Agradeço ao Diógenes Cariaga as tantas noites que passamos na casa de Guilherme e Danutta comendo, bebendo e discutindo política. A Bruno Aneas Almeida agradeço as verdades cruas que só um verdadeiro amigo sabe da necessidade de dizê-las. Ao também grande amigo Eduardo Pires, agradeço o apoio e estímulo nos momentos de grandes dificuldades no transcorrer deste trabalho.

Agradeço aos amigos anteriores ao início da minha graduação que, até hoje, contribuem para que eu me torne uma pessoa melhor, em especial ao primo Marcos Vinicius Nucci de Moura, Rogério Silva de Paula, Henrique Lobo Borges, João Luís Flores e Mai ko Holsback. Para finalizar, gostaria de agradecer também ao corpo técnico da UFGD, em especial para o Wallace, que sempre esteve a disposição para atender as necessidades com bom humor e simpatia, a quem tive a honra de conhecer enquanto ainda me graduava, no restaurante de sua sogra, onde serviam um delicioso almoço num preço acessível para um universitário oriundo do subproletariado.

Para finalizar, e de muita importância, agradeço a minha companheira de vida, Cibele Andrade Nogueira, que me proporcionou viver um amor que ainda não havia conhecido.

A milícia e a patifaria/ Na orgia se esfregam na lama
Cidadãos de bem da hipocrisia/ Com o capeta dividindo a cama
É a lei do cinismo sacana/ Celebrando armas, tiros, mortos
Corpos de garotas de programa/ Pérolas no chiqueiro dos porcos
Por dinheiro, por poder, difama/ Trituram da periferia os ossos
Se contar os corpos da semana/ Uns 90% são nossos...
(Seu Pereira e Coletivo 401, 90%).

RESUMO

Nesta dissertação demonstrou-se que o antipetismo não se trata apenas de uma oposição às pautas propostas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que seria justificada por acreditar-se que este partido político seja o mais corrupto da história do Brasil. Verificou-se que o antipetismo possui laços históricos com o antivarguismo, com o anticomunismo e com o antiesquerdismo, que são posições ideológicas que vem deslegitimando, ao longo da história, governos com grande apoio popular. Objetivou-se analisar as representações antipetistas nas colunas jornalísticas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli ao jornal *Folha* em 2018, evidenciando que esses textos veiculam sistematicamente matérias negativas contra o PT. Metodologicamente, portanto, desenvolveu-se a leitura e análise das fontes a partir das chaves conceituais de patrimonialismo, populismo e por último, a de que o PT seria um partido político autoritário. Dito de outra maneira, a leitura de cada coluna jornalística foi feita observando se, ao se referirem ao PT, os jornalistas atribuíam ao partido, de maneira mais visível, um aspecto *patrimonialista/corrupto*, um aspecto *populista* ou um aspecto *autoritário/antidemocrático*. Ao observar que a classe social que mais vai atuar na defesa do antipetismo é a classe média, constatou-se que o ódio ao PT por parte do grupo antipetista decorre de uma discriminação de classes sociais, que no caso do Brasil, se agrava com o aspecto do nosso passado escravocrata. Esse ódio decorre, principalmente, do fato de que espaços públicos antes exclusivos a esse grupo, como as universidades, passam a ser disputados, a partir dos governos petistas, pela classe do subproletariado. Por fim, percebe-se que o ódio ao PT gerou situações nas quais se nega o auxílio aos desfavorecidos, por se tratar, na visão de um grupo social específico, de uma medida *populista*, isso pode ser observado na negação de programas assistenciais que garantem a alimentação básica e estimulam o acesso à escola para famílias do subproletariado.

Palavras-chave: Antipetismo; Patrimonialismo; Populismo.

ABSTRACT

In this dissertation, it was demonstrated that anti-petism is not just an opposition to the agendas proposed by the Partido dos Trabalhadores (PT), which would be justified by believing that this political party is the most corrupt in the history of Brazil. It was found that anti-petism has historical ties with anti-varguism, anti-communism and anti-leftism, which are ideological positions that have been delegitimizing, throughout history, governments with great popular support. The objective was to analyze the anti-petism representations in the journalistic columns of Reinaldo Azevedo and Demétrio Magnoli to the Folha newspaper in 2018, showing that these texts systematically convey negative articles against the PT. Methodologically, therefore, the reading and analysis of the sources was developed from the conceptual keys of patrimonialism, populism and, finally, that the PT would be an authoritarian political party. In other words, the reading of each journalistic column was done observing whether, when referring to the PT, journalists would attribute to the party, in a more visible way, a patrimonialist/corrupt aspect, a populist aspect or an authoritarian/anti-democratic aspect. By observing that the social class that is going to most act in defense of anti-petism is the middle class, it was found that the hatred towards of the PT on the part of the anti-PT group stems from an social classes discrimination, which in the case of Brazil, worsens with the aspect of our slave-owning past. This hatred stems mainly from the fact that public spaces previously exclusive to this group, such as universities, are now disputed, from the PT governments, by the proletariat class. In the end, it is perceived that the hatred towards of the PT has generated situations in which assistance to the disadvantaged people is denied, as it is, in the view of a specific social group, a populist measure, this can be observed in the denial of assistance programs that guarantee basic food and encourage access to school for subproletariat families.

Key words: anti-PT; Patrimonialism; Populism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
CERET - Centro Recreativo do Trabalhador
CLP - Centro de Liderança Pública
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CV - Convergência Socialista
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DM - Demétrio Magnoli
FBI - Federal Bureau of Investigation
FHC - Fernando Henrique Cardozo
FIESP - Federação da Indústria de São Paulo
FMI - Fundo Monetário Internacional
FSM - Fórum Social Mundial
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores sem Teto
NB - Núcleos de Base
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCR - Partido Comunista Revolucionário
PDS - Partido Democrático Nacional
PED - Processo de Eleições Diretas
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PM - Polícia Militar
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PP - Partido Progressista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RA - Reinaldo Azevedo
STF - Supremo Tribunal Federal
SUS - Sistema Único de Saúde
TRT - Tribunal Regional do Trabalho
UDN - União Democrática Nacional
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas e Siglas.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – ANTICOMUNISMO, ANTIESQUERDISMO, DITADURA E DIRETAS	
JÁ!.....	18
1.1 Contextualização da democracia brasileira (XX-XXI).....	18
1.2 Abertura política e movimento operário do ABC paulista.....	23
1.3 Trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores (PT).....	33
1.4 Metamorfose: rupturas e continuidades.....	40
1.5 Representação.....	61
1.6 Violência Simbólica.....	66
CAPÍTULO 2 – PETISMO E ANTIPETISMO.....	70
2.1 O que é ser petista?.....	70
2.2 O que é ser antipetista?.....	88
2.2.1 O culturalismo racista da teoria da modernização: uma ruptura falseada.....	96
2.2.2 O privilégio oculto: a desconstrução da meritocracia.....	107
2.2.3 Alienação estratégica.....	111
CAPÍTULO 3 – ANTIPETISMO NA <i>FOLHA DE S. PAULO</i>: REPRESENTAÇÕES A PARTIR	
DOS COLUNISTAS REINALDO AZEVEDO E DEMÉTRIO MAGNÓLI	119
3.1 <i>Folha de S. Paulo</i>	119
3.2 Reinaldo Azevedo.....	127
3.3 Demétrio Magnoli.....	129
3.4 O antipetismo nas colunas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	163

INTRODUÇÃO

Minha trajetória acadêmica inicia-se no curso de Administração, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, campus de Bonito), curso esse que não concluí. Em 2010, ano da desistência do curso, trabalhava de entregador de água em Bonito - MS, e intercaladamente comecei a me preparar para o vestibular em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como sugerido por uma tia pedagoga após dizer os motivos de não ter me identificado com o curso de Administração. Fui privilegiado desde o primeiro ano de graduação na UFGD com a bolsa-permanência, em que catalogava DVD's de História Oral, a partir de uma oportunidade dada pelo Prof. Dr. Eudes Fernando Leite. Essas bolsas disponibilizadas pela referida instituição visavam contemplar acadêmicos com baixa renda, onde me encaixava, uma vez que venho de uma família com pais separados e pouca renda. Já no segundo semestre do curso de História fui indicado, também pelo Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, para concluir uma pesquisa de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que fora iniciada por um acadêmico que estava em seu último ano de graduação e não poderia concluí-la. Em seguida fui aceito pela orientadora da respectiva pesquisa, Prof. Dr.^a Nauk Maria de Jesus, a concluir a pesquisa que tratava das *Companhias de Milícias da Capitania de Mato Grosso*, em que pudemos concluir, na contramão do que vinha sendo dito em outras pesquisas sobre a temática, que afrodescendentes e indígenas ascendiam na carreira militar durante o período colonial dentro dessas companhias de milícias da antiga Capitania de Mato Grosso.

No terceiro semestre do curso de História, em 2012, candidatei-me para outra pesquisa de PIBIC, dessa vez com o Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, pesquisa que procurava encontrar produtores de erva-mate anteriores ao período de 1889. Desde o início fui privilegiado com os programas da UFGD que visavam propiciar assistência aos estudantes, primeiro com pouca renda e, segundo, com interesse em seguir a carreira acadêmica. Contudo, após a conclusão da graduação, em 2014, acabei optando por trabalhar como professor, por estar casado e precisando de uma renda maior. Deste modo, dei aulas em escolas particulares, substituí professores na rede pública, até que enfim, após três anos, consegui ser contratado na Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Yvy Poty e na Escola Municipal Indígena Ñandejara, em Caarapó, entre 2017 e 2018.

O ano eleitoral de 2018 acabou me deixando intrigado em muitos aspectos, mas o principal, destaque, seria o de muitos retrocessos, a meu ver, no debate político. Tive a oportunidade de conviver com um tio que morei por um ano, após a separação de meus pais,

que fora militante do PT desde 1989, inicialmente em Fátima do Sul, depois em Dourados e em seguida em Maracaju, todas cidades no Mato Grosso do Sul. Esse tio era bancário e sindicalista, mas após 2005 – pós-escândalo do mensalão -, acabou por perder todas as suas esperanças políticas, o que seria absolutamente injusto de julgar, tendo presenciado tantas e tantas vezes ele saindo do seu trabalho no Banco do Brasil e indo militar enquanto cabo eleitoral, com a roupa do serviço, com camisa bege, calça social e sapatos pretos. Este acontecimento sempre surgia em minha memória a cada vez que o partido era mencionado nas mídias. A partir desse contexto, no ano de 2018 passei a esboçar um anteprojeto de pesquisa que buscasse compreender as representações antipetistas dentro dos discursos desses veículos midiáticos de ampla circulação nacional.

Escolha teórico-metodológica e fontes

É sabido que, na contemporaneidade, vivemos um período em que a imprensa ocupa um papel essencial não apenas na disseminação das informações, como também acabam por criar representações sobre determinados aspectos da vida social e política. Compreende-se que essas representações, ao mesmo tempo em que procuram representar a realidade, acabam por construí-la.

A partir dessa compreensão, descrevo os motivos pelos quais a proposta da pesquisa se debruça sobre a imprensa escrita, especificamente para perceber as representações do antipetismo no jornal *Folha de São Paulo* em 2018. A escolha da eleição de 2018 fez-se importante pois foi o ano em que o Partido dos Trabalhadores (PT) deixou o Poder Executivo ao perder as eleições, em segundo turno, para Jair Messias Bolsonaro, candidato esse que nunca havia se candidatado para concorrer a algum cargo do Poder Executivo.

A partir da década de 1980, o PT é visto pela literatura como uma novidade, se levado em consideração que foi o primeiro partido “de massa, de origem extraparlamentar, nascido dos movimentos sindicalistas urbanos, com orientação ideológica de esquerda, complexidade institucional, burocrática e atividades constantes nos diretórios regionais” (SANTOS, 2016, p. 62). O PT, portanto, foi um partido que conseguiu reunir em torno de si grupos dinâmicos de eleitores e de várias classes sociais.

O objetivo dessa pesquisa foi, contudo, evidenciar as representações antipetistas que compõem as colunas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnóli à *Folha de S. Paulo* em 2018, às sextas-feiras e sábados. A partir das obras de Souza (2017; 2020) percebemos que os conceitos de populismo e patrimonialismo eram quase que diariamente usados nas colunas

desses jornalistas para referirem-se ao PT. Assim, buscamos metodologicamente evidenciar as colunas onde esses conceitos eram usados de maneira mais direta sobre o partido. Os conceitos de representação e violência simbólica, de Chartier e Bourdieu, respectivamente, permitiram compreender que essas representações se apropriam de características do período antivarguista, da década de 1950, e anticomunistas, da década de 1960. A violência simbólica daí decorrente se dá na medida em que esses colunistas, sob o mote de fazer uma crítica, acabam por atacar quase que exclusivamente o PT como o partido que seria o mais corrupto entre todos os outros. O que se esconde por trás dessa crítica será na realidade a deslegitimação da soberania do voto popular, a partir do conceito de populismo e patrimonialismo.

A partir da seleção do periódico *Folha de S. Paulo* como fonte para a pesquisa, para compreender as representações do antipetismo na seção *Poder*, as autoras Capelato; Prado (1980), Cruz; Peixoto (2007) e Luca (2010) com seus trabalhos produzidos sobre história e imprensa, ajudam a pensar essa fonte para que se construa uma análise crítica histórica. Para tanto, é preciso entender que todo periódico atende a um projeto, independentemente da quantidade de tiragens e que, necessariamente, a análise dos meios de comunicação como fonte necessitam de um campo interdisciplinar. Outrossim, os periódicos se encontram como força ativa da história do capitalismo, e não como “um mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas” e que a imprensa não tem uma “opinião”, mas ao atuar acaba por “delimitar espaços, demarcar temas, mobilizar opiniões, constituindo adesões e consensos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.5).

Deste modo, é importante mencionar que, a partir das possibilidades interdisciplinares dentro do campo de saber das humanidades, tema tão discutido entre os intelectuais da área da História e das Ciências Sociais, este trabalho utilizou algumas propostas metodológicas da área das Ciências Sociais, uma vez que grande parte dos estudos sobre a temática do antipetismo é trabalhada por essa área. Barros, em sua obra *Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber*, discute as incorporações e intercâmbios de método:

Um dos mais conhecidos e percorridos caminhos interdisciplinares entre dois saberes é o da transferência, incorporações e intercâmbios de métodos. Talvez, a ponte interdisciplinar do método, como ligação entre dois campos disciplinares, só rivalize com a ponte interdisciplinar da teoria. [...]. Para acrescentar um exemplo específico do campo de saber História, podemos lembrar os métodos seriais e quantitativos que, desde fins do século XIX, já vinham sendo empregados pelos economistas com vistas aos objetos tradicionais daquela disciplina (BARROS, 2019, p.79).

Cruz e Peixoto propõem uma reflexão sobre imprensa e história, sugerindo um roteiro e procedimentos metodológicos que busquem articular a análise de qualquer jornal ou material da imprensa periódica “que se estude ao campo de lutas sociais no interior dos quais se constituem e atuam” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 253). Desta maneira, pontuam o uso cada vez mais crescente da imprensa como suporte didático-pedagógico em sala de aula, além de evidenciar que a imprensa vem sendo utilizada como fonte e como objeto de pesquisa há um bom tempo nos “ambientes de trabalho das ciências sociais e das humanidades” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 254).

Conforme Capelato e Prado:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informação”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 19).

Assim, a partir de Capelato e Prado (2012), e Luca (2010), a análise das fontes seguiu os critérios e efetuou algumas adaptações a partir das sugestões práticas de Luca (2010): 1) Localizar a(s) publicação(ções) na história da imprensa; 2) Atentar para as características de ordem material; 3) Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; 4) Caracterizar o material iconográfico presente, atentando-se para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; 5) Caracterizar o grupo responsável pela publicação; (LUCA, 2010, p. 141-142). Afora isso, acrescenta-se a catalogação e análise das fontes “de acordo com a problemática escolhida” (LUCA, 2010, p. 142).

Estrutura da dissertação

O primeiro capítulo da dissertação realiza uma discussão a partir da literatura especializada sobre a jovem democracia brasileira, passando pelas lutas que reivindicavam uma abertura política que pusesse fim à ditadura militar implantada em 1964, os movimentos grevistas do ABC paulista a partir do novo sindicalismo e, em seguida, faz um histórico sobre a trajetória do PT.

No segundo capítulo buscou-se empreender uma caracterização do que é ser petista e o que é ser antipetista, a partir das principais referências sobre a temática. Como se verificou que o antipetista se portava na verdadeira antítese das pautas petistas, percebemos que era preciso recuar um pouco mais para buscar entender o que estaria por trás de tamanha repulsa a

um partido. Para isso, a partir das obras de Souza *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017) e *A guerra contra o Brasil: como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro* (2020), demonstramos como é operado o que se conhece por guerra híbrida e como isso irá auxiliar a nossa elite subserviente para deslegitimar governos populares sob o falso moralismo do combate a corrupção. Acionando a classe média e apelando ao seu moralismo seletivo, os conceitos de populismo e patrimonialismo são ideais para deslegitimar governos com apoio popular.

No capítulo três apresentamos a fonte escolhida para análise dessa narrativa, assim como os colunistas que são analisados, para depois demonstrar a partir das colunas selecionadas as representações antipetistas desses colunistas.

Este trabalho demonstrou que as representações antipetistas construídas por Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli à *Folha*, veiculadas às sextas-feiras e sábados no ano de 2018 tinham como principal elemento os conceitos de patrimonialismo, populismo e, também, a partir do conceito de autoritarismo, ora considerando o partido autoritário, ora relacionando-o com países com regimes autoritários. Com as discussões realizadas acreditamos que essa dissertação contribuiu para o campo da historiografia e para o da sociologia por propor uma leitura em que os conceitos criados pela nossa intelectualidade na década de 1930, que visaram explicar a nossa sociedade, nos aprisionam por tornarem-se uma ferramenta instrumental à elite estrangeira e a elite nacional, subserviente àquela. Esses conceitos serão atribuídos aos partidos que proponham políticas públicas abrangentes e universais e, raramente, contra políticos que atuam no mesmo espectro ideológico que essas elites. Quando veiculada, essas denúncias não se prolongam por anos como as dirigidas aos partidos políticos e figuras públicas políticas que ocuparam a presidência da República brasileira com políticas mais à esquerda em seu espectro ideológico.

CAPÍTULO 1 – ANTICOMUNISMO, ANTIESQUERDISMO, DITADURA E DIRETAS JÁ!

1.1 Contextualização da democracia brasileira (XX-XXI)

O varguismo, a partir de um ideário nacionalista, introduziu no Brasil uma era de modernização industrial e a sua independência política diante das grandes potências, principalmente dos Estados Unidos. Durante o período democrático, entre os anos de 1951 e 1964, o Brasil continuou o processo de profundas mudanças, como a aceleração da industrialização, aumento significativo do processo de urbanização, contribuindo para que a classe média e o operariado nascente passassem a se tornar parcelas significativas da população, o que os torna necessariamente peças importantes do jogo político (NAPOLITANO, 1998).

A partir da deposição de Vargas, do ponto de vista político-partidário, todo o período posterior até o golpe civil-militar em primeiro de abril de 1964 foi caracterizado pela aliança no poder de duas importantes agremiações partidárias atuantes no período. O Partido Social Democrático (PSD), polo que representava as elites agrárias e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representando as categorias populares. Enquanto oposição tinha-se a União Democrática Nacional (UDN), atuando em defesa da elite conservadora que se mostrava a defensora da moralidade e, portanto, tinha como principal bandeira o combate ao populismo, relacionada diretamente à figura de Vargas. Dos anos 1950 a 1961, os governos que passaram pelo executivo procuraram estabelecer uma política de conciliação que ora avançava, ora regredia, uma vez que os interesses dos latifundiários e dos setores industriais conflitavam em alguns casos (NAPOLITANO, 1998).

Ferreira traz apontamentos importantes sobre os projetos políticos tanto do PTB como da UDN no período em que o Brasil vive um curto período democrático entre 1945 e 1964:

Um deles, chamado inicialmente, ainda em 1945, de *getulismo*, ganharia, pouco tempo depois, o escopo de um programa político consistente, nomeado de *trabalhismo* e institucionalizado no PTB. Nacionalismo, industrialização com base em bens de capital, proposta de fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos, valorização do capital humano com redes de proteção social – a exemplo de leis sociais, restaurantes populares, extensão do ensino fundamental público, fundação de grandes hospitais etc. – permitiram que, na década de 1950, os próprios comunistas aderissem às propostas

trabalhistas. Unidos no plano sindical, trabalhistas e comunistas passaram a defender um projeto de Nação que se contrapunha ao avanço dos interesses econômicos norte-americanos, portanto nacional, mas com base no fortalecimento do Estado e de empresas estatais, ou seja, estatista. Vamos chamá-la de nacional-estatista (FERREIRA, 2003, p. 303 – 304).

Acerca do projeto político udenista, Ferreira diz que:

Outro projeto, no entanto, seduziu as elites empresariais, políticas e militares, além das classes médias conservadoras. Defendendo a abertura irrestrita a investimentos, empresas e capitais estrangeiros; ressaltando as virtudes das leis de mercado e negando a intervenção estatal na economia e nas relações de trabalho; espelhando-se nos Estados Unidos e procurando alinhar-se incondicionalmente ao grande país do Norte; desconfiando dos movimentos sociais e da participação popular, em especial do movimento operário e do sindicalismo, definidos, via de regra, como “peleguismo”; enfatizando, no dizer de Maria Victória Benevides (1981), o antigetulismo, o moralismo, o elitismo e o anticomunismo, eis alguns fundamentos do projeto defendido pelos liberais brasileiros ainda em 1945. Definido, aqui, como um projeto liberal-conservador – já que no Brasil, via de regra, o liberalismo é instrumento de conservação da ordem social – era a UDN o grande agrupamento político que defendia um modelo de organização da sociedade nos moldes liberais, embora vários partidos pequenos, em maior ou menor grau, adotassem programas e procedimentos políticos similares (FERREIRA, 2003, p. 304).

É nesse período ainda que a somar com a crescente instabilidade interna acima referida, tem-se o contexto mundial dominado pela polarização da Guerra Fria¹. Com o fim do mandato de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961), o problema já formado com a instabilidade interna e externa, ganha um agravante, com o país apresentando um quadro econômico preocupante, não conseguindo manter as elevadas taxas de crescimento, com ênfase no setor industrial, finanças públicas desequilibradas, o que passa a gerar déficit e por consequência aumento da inflação, e o custo de vida aumentou desproporcionalmente ao aumento do salário. Com esse acúmulo de problemas, o resultado se deu no aumento dos conflitos sociais, em que a classe trabalhadora passou a pressionar o governo e reverteram o processo de aumento das desigualdades sociais (NAPOLITANO, 1998).

Sobre as características do governo de Juscelino Kubitschek, Moreira explica:

¹ Após a Segunda Guerra Mundial, União Soviética e Estados Unidos, aliados temporários durante a guerra que derrotando a Alemanha nazista, iniciam um conflito em torno da luta ideológica e geopolítica pela influência global.

O perfil desenvolvimentista de Juscelino configurou-se bem cedo, quando ainda era prefeito de Belo Horizonte e, depois, governador de Minas Gerais. Mas foi em sua campanha à presidência da República e, sobretudo, durante sua administração que o desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo se consolidou como um estilo de governo e como um projeto social e político para o Brasil, cujos traços essenciais eram o compromisso com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista (MOREIRA, 2003, p. 159).

Com esse contexto conturbado após a saída de Juscelino da presidência e a instabilidade interna e externa, já mencionada, para aumentar o clima de insegurança, Jânio Quadros, presidente eleito em 1961, renunciou oito meses após assumir o executivo. A partir da Constituição de 1946, assumiria o vice-presidente, no caso João Goulart, popularmente conhecido por Jango. No entanto, Jango representava a herança deixada pelo varguismo, junto de Leonel Brizola e era, por isso, visto com desconfiança pela elite, desconfiança essa que era oriunda de quando Jango ainda ocupava o cargo de Ministro do Trabalho de Vargas e autorizou o aumento de 100% do salário-mínimo, o que logo foi usado pela elite como sinal de política demagógica que criava um conflito entre patrões e empregados a partir dessas medidas. Sobre a sua atuação enquanto Ministro, Fico reforça o fato de Jango ter se destacada enquanto político popular, dentre outras razões, pelo aumento do salário mínimo, além de indicar o falseamento dos discursos que enquadraram João Goulart enquanto comunista:

Podemos, aqui, retomar a ligeira hesitação de Goulart no discurso que fez na China: comunista ou popular? Jango estava longe de ser comunista. Era um fazendeiro, dono de uma boa quantidade de terras no Rio Grande do Sul. Mas também era um político popular, sobretudo desde que aumentara em 100% o salário-mínimo, em 1954, enquanto estivera no Ministério do Trabalho, quando estreitou laços com os sindicatos. Era estimado pela população até mesmo por ter sido adotado como afilhado político pelo mítico presidente Getúlio Vargas – e boa parcela dos militares era antigetulista (FICO, 2014, p. 18).

Como resultado, taxado pela elite de nacionalista, demagógico e próximo à esquerda, João Goulart foi impossibilitado de assumir a plenitude do poder de seu cargo, a partir de uma emenda constitucional, que se tratava na verdade de uma manobra política para impedir as propostas de reformas de base de seu governo, submetendo-o às novas regras parlamentaristas (NAPOLITANO, 1998). É importante compreender que nesse período “a eleição separada para presidente e vice-presidente deve ser bem considerada. Jango foi eleito duas vezes. Não foi pouca coisa” (FICO, 2014, p. 15). Portanto, “a candidatura a vice-presidente buscava eleição nominal, não vinha a reboque do prestígio do candidato a presidente” (FICO, 2014, p. 15), ou

seja, o vice-presidente tinha efetiva legitimidade e, em alguns casos, uma força eleitoral maior que a do candidato a presidente. Contudo, a partir de um plebiscito, o clima de desconfiança pela elite aumentou:

Quando, porém, um plebiscito restituiu ao presidente a plenitude do comando do governo, em janeiro de 1963, os acontecimentos tomaram um novo rumo. É que nesse momento ganhava força a mobilização popular em torno do plano das *Reformas de Base* – um conjunto de ações governamentais que deveriam promover a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma fiscal e a reforma bancária, entre outras. O objetivo geral dessas ações era garantir a continuidade do desenvolvimento econômico, ampliando o mercado interno, e atender às demandas populares, que eram cada vez maiores (NAPOLITANO, 1998, p. 6-7).

Sobre as características do governo de João Goulart (PTB), Lara e Silva comentam:

O presidente João Goulart (PTB) desenvolvia um governo voltado para a promoção da justiça social e da soberania nacional. Sua política de valorização dos direitos trabalhistas, de defesa das reformas de base — agrária, tributária, urbana, educacional e eleitoral — e de independência nas relações exteriores, juntamente com a tentativa de limitar a remessa dos lucros do capital estrangeiro para fora do país, desagradou aos interesses da burguesia brasileira associada ao capital imperialista (LARA; SILVA, 2015, p. 277).

Napolitano acrescenta a esse contexto que antecede a deposição de Jango, dois aspectos a mais somaram para o desenrolar do golpe de Estado. A primeira é que o PTB passou a ter o apoio maciço do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que vê no projeto de modernização industrial uma forma de enriquecer e fortalecer o Estado para que no fim a revolução nos moldes socialistas ocorresse. Essa aproximação, na realidade, serviu para aumentar ainda mais a preocupação dos conservadores, principalmente dos latifundiários temerosos com a reforma agrária, de indústrias, banqueiros e empresários ligados às multinacionais, pois eram vistos por esses setores como uma tentativa de implantação do comunismo no país. O segundo aspecto é o fato da Revolução Cubana, em 1959, ter materializado o sonho da experiência socialista na América Latina, que fez com que a política externa estadunidense visse com olhos de preocupação a sua influência no continente (NAPOLITANO, 1998).

O que hoje é evidente a partir da literatura especializada é que esses discursos antigovernistas e antirreformistas conservadores, que a partir do pacto entre as elites militares e civis, encobre na verdade interesses da elite agrária, por exemplo, que se via ameaçada pelo projeto de reforma agrária, ou no caso dos interesses multinacionais, temiam pelo

“nacionalismo econômico das esquerdas trabalhistas e comunistas” (NAPOLITANO, 2020, p. 49).

Passando a viver os últimos meses do seu governo com essas tensões, Jango passou a ser criticado à esquerda e à direita, pelos primeiros, de reformista e, pelos segundos, de nacionalista com tendências comunistas, e, não podendo atingir os interesses antagônicos, teve um desgaste já no fim dos meses que lhe restaram de autonomia no governo. Ao lado dos golpistas estava a classe média, defendendo a derrubada do governo pela força para combater o grande medo dessa classe, que era o comunismo.

Esse fator é de extrema importância para que se compreenda que não é em vão que o fantasma do comunismo vai encontrar uma repercussão maior na classe média, que efetivamente acreditava que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estava nos bastidores tramando para conquistar o Brasil, o que também atingia o discurso moral que implicaria na ameaça consequente, na cabeça da classe média, da civilização cristã. A crise socioeconômica e a cada vez mais crescente organização trabalhista nos formatos de movimentos sociais e sindicatos são interpretados pela elite como sinônimos de fraqueza do governo. Estando Jango então impedido de realizar as *reformas de base* em decorrência do apoio do PSD, de polo de atração principal das elites agrárias, que ainda lhe garantiam alguma governabilidade, seu governo estaria com os dias contados (NAPOLITANO, 1998):

Cercado de conspiradores e prisioneiro de seus próprios limites, já que identificado com um sistema democrático-populista, o governo Jango foi derrubado pelo golpe militar de 1964, o que não significa que toda a sociedade brasileira tenha se rendido ao golpe e ao regime imposto. O Brasil entrava, assim, na era do “regime militar”, que não só afetou a face política do país como acabou por transformar outros aspectos da vida nacional (NAPOLITANO, 1998, p. 8).

É possível perceber a ação de diversos atores conjuntos que se uniram para se opor ao governo de Jango por vê-lo enquanto um amigo dos comunistas. Em nome do anticomunismo, bandeira que será levantada futuramente para combater em parte os mesmos fantasmas, esses setores da sociedade foram elemento importante para a insustentabilidade do governo Jango. No Congresso, encurralado pela esquerda e pela direita, se viu com margens limitadas de manobras políticas, o que acaba deixando-o desorientado (NAPOLITANO, 2020).

A partir do golpe civil e militar aplicado, portanto, no dia 1º de abril de 1964, dando fim ao período que a literatura deixou conhecido por *democracia populista*, que este trabalho pretende trazer apontamentos no capítulo 2 a partir de Souza (2017; 2020) para uma reflexão

crítica sobre os usos políticos do conceito de populismo, aliado ao de patrimonialismo, pela elite de proprietários, para arregimentar a classe média moralista e meritocrática contra projetos políticos que beneficiem as massas desfavorecidas.

1.2 Abertura política e movimento operário no ABC paulista

O golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964 é o que Fico chama de “evento chave da história do Brasil recente” (FICO, 2014, p. 7). O que se propõe nessa discussão é que se torna quase impossível compreender o Brasil contemporâneo sem que se note o verdadeiro alcance daquele golpe de 31 de março de 1964 contra o ex-presidente João Goulart. O golpe, dirá Fico que “não pressupunha, necessariamente, a ditadura que se seguiu” (FICO, 2014, p. 7). Para responder essa colocação, ele complementa elencando os fatores que legitimam a ditadura pós-golpe:

Como o golpe se transformou em ditadura? Muitas pessoas que o apoiaram arrependem-se com o passar do tempo. Aliás, não foram poucos os que apoiaram o golpe: a imprensa, a Igreja Católica, amplos setores da classe média urbana. Instituições que, anos depois, se tornariam fortes opositoras do regime – como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) -, tiveram atitudes no mínimo dúbias naquele momento (FICO, 2014, p. 7).

Ou seja, precisa-se enxergar que o golpe não foi uma iniciativa exclusiva dos militares sendo necessário evidenciar, portanto, que houve apoio de grande parte da sociedade contra o regime constitucional e o presidente legítimo João Goulart.. Fico, em uma análise sobre a natureza do golpe e do posterior regime militar, traz alguns apontamentos importantes e um pouco diferentes da produção histórica sobre o período. Dirá o autor que “os estudiosos do golpe de 1964 e do período histórico que se seguiu têm insistido em um ponto: não deveríamos usar as expressões ‘golpe militar’ e ‘ditadura militar’, pois seriam mais corretas as designações golpe e ditadura ‘civil-militar’” (FICO, 2014, p. 8). Para Fico, a natureza do golpe e do regime posterior a ele não se dão nessa mesma medida, pois os militares após o golpe buscam afastar a população civil que os apoiará, como veremos a seguir:

Não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar:

além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas. Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando (FICO, 2014, p. 9).

Complementando o parágrafo acima, o autor dirá que é verdade que houve apoio de parte da sociedade à ditadura posterior ao golpe, citando como exemplo o período de grande crescimento econômico que ficou conhecido por “milagre brasileiro” que contou com apoio da sociedade, contudo, reafirma que apenas o apoio não seja capaz de definir a natureza de um acontecimento, e finaliza pontuando que considera correta a “expressão ‘golpe civil-militar’, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar” (FICO, 2014, p. 9). Esse trabalho dialoga com as proposições de FICO, portanto, acreditamos que o golpe dado em 1964 teve apoio massivo da sociedade civil, mas a ditadura que se implantou em seguida foi exclusivamente militar.

De forma sintética, uma vez que não é o objetivo dessa narrativa aprofundar as discussões já muito discutidas na academia sobre a ditadura civil-militar, os vinte e um anos de governos militares são caracterizados por arbitrariedades, autoritarismo, censura, forte perseguição política e tortura aos opositores do regime militar. É importante notar que:

Diferente de outras ditaduras latino-americanas, a ditadura brasileira não foi personificada na figura de um único ditador, mas teve uma alternância de militares no poder por meio de eleições indiretas, na qual o presidente era eleito pelo Colégio Eleitoral – o que dava uma *máscara* democrática ao regime militar (ANSARA, 2005, p. 152).

Reservadas as devidas críticas em relação ao autoritarismo que gerou os milhares de assassinatos, sequestros, tortura, alienação e tantas outras características que constituem o período em que os militares estavam no poder, o fato é que no governo Geisel se inicia o processo de abertura democrática que Napolitano chama de “democracia relativa” (NAPOLITANO, 2020, p. 229). Sobre o governo de Ernesto Geisel e suas contradições:

Anticomunista convicto, foi o primeiro a reconhecer o governo comunista da Angola, em 1975. Mandatário de um regime acusado de ser braço do imperialismo estadunidense, entrou em conflito com o “grande irmão do Norte” por conta do acordo nuclear com a Alemanha e por causa dos direitos humanos. Abusou da censura para controlar a oposição, mas patrocinou uma política cultural que beneficiou muitos artistas que eram notoriamente contra o regime. Essas políticas, longe de serem expressões de um governo

hesitante ou indefinido, inscrevem-se em uma estratégia clara de reforçar a autoridade do Estado e, conseqüentemente, dotar o regime e o governo de instrumentos para conduzir a transição do governo civil com mão de ferro (NAPOLITANO, 2020, p. 230).

Em fins de 1973, com a indicação do general Ernesto Geisel como candidato da Arena para a Presidência da República, que seguia, ao contrário do seu antecessor linha dura, a linha castelista², assim como seu principal assessor político, o general Golbery do Couto e Silva, que foi nomeado chefe da Casa Civil. Quando Geisel assume, dentre as metas estabelecidas pelo seu projeto de governo, estaria à distensão política, não porque se tratasse de um problema moral como as torturas, repressão e censura, mas sim porque Geisel, Golbery e todos os demais castelistas que esse modelo, no caso, o linha dura, não era sustentável em longo prazo, e passam a se ocupar de recuperar o crescimento econômico que estava em queda a partir da crise geral do capitalismo internacional, em 1973 (NAPOLITANO, 1998).

A proposta de distensão que Geisel adotou tinha por finalidade instituir o que o governo denominava democracia forte, um eufemismo para um tipo de democracia sem participação popular, plebiscitária, restrita a respostas afirmativas ou negativas às propostas do governo. Visando abrir caminhos que possibilitasse um diálogo com a sociedade de forma mais aberta, Geisel passou a se aproximar da imprensa liberal, que havia rompido relações com o regime desde 1969 com os métodos políticos do regime, como os Atos Institucionais. A partir dessa aproximação vista com bons olhos pela imprensa liberal, que via na distensão uma maneira de acalmar os radicalismos de direita e esquerda, os militares da base linha-dura, ao perceberem que essas medidas acabavam por reduzir seus poderes de coerção, passam a reagir como de costume e reagem com violência, sendo os jornalistas e importantes profissionais da comunicação suas principais vítimas, tendo como exemplo a morte do jornalista Wladimir Herzog, no dia 27 de outubro de 1975, diretor de jornalismo da TV Cultura, encontrado morto com uma corda no pescoço dentro do prédio do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, sugerindo que havia se suicidado. O autor pontua que esse ato não era apenas para amedrontar jornalistas e pessoas relacionadas com a imprensa em geral, e sim um gesto que demonstrava seu poder desafiador enquanto aparato repressivo. Nesse caso, Geisel não toma

² Os castelistas, segundo Almeida “abrange o grupo dos militares mais moderados, tratava-se de um grupo mais intelectualizado dos militares, que possuíam uma visão política estratégica bem delineadas. Eram seguidores das teorias de Castelo Branco, por isso, por vezes eram chamados também de ‘Castelistas’ ou ‘Sorbone’ (ALMEIDA, 2017, p. 4).

uma postura que coadunasse com sua proposta, dando apenas uma advertência ao comandante responsável (NAPOLITANO, 1998).

Keck, sobre o caso Wladimir Herzog, expõe que tendo a campanha de anistia início a partir de 1975, o movimento vem a ampliar em fevereiro de 1978, com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Inclusive, a própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que inicialmente se abstém de abordar o assunto, passa a integrar o comitê. A organização do CBA coincidiu com as revelações sobre a morte do jornalista Wladimir Herzog sob tortura e com greves de fome dos prisioneiros políticos. A partir daí:

Em outubro de 1978, numa decisão pioneira, um juiz do Tribunal Federal em São Paulo determinou que o governo era o responsável pela prisão ilegal e tortura de Herzog no quartel-general do DOI-CODI em São Paulo. Ao final de 1978, apesar de algumas divisões internas, a campanha da anistia convertera-se na principal campanha da oposição (KECK, 2010, p. 82).

Com a morte do jornalista Wladimir Herzog, os principais meios institucionais e de combate ao regime passam a pressionar o governo, como a Universidade de São Paulo (USP), declarando três dias de greve estudantil. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que estava realizando sua assembleia anual, redigiu um documento com agressivos argumentos contra a tortura, intitulada “Não oprimas teu irmão”, que foi assinado por 42 bispos do alto clero. Apesar de toda repercussão na sociedade, em janeiro de 1976, ocorreu mais uma morte no DOI-CODI de São Paulo, do sindicalista Manoel Fiel Filho, o que deixava claro que o comando do II Exército estava sabotando o projeto de abertura de Geisel. Portanto, como forma de manter sua autoridade perante a sociedade e o ambiente político, Geisel demite sumariamente o comandante do II Exército e coloca um general castelista, um dia após a morte do sindicalista, trazendo de volta para a presidência a proposta de governo de abertura política (NAPOLITANO, 1998).

Na economia, o governo Geisel representa um avanço na industrialização pesada, como no setor elétrico, petroquímico e nuclear, por exemplo, e ao mesmo tempo estatizar a economia, o que se fazia contraditório, pois ia contra os objetivos do modelo de capitalismo estadunidense que o Estado brasileiro se alinhava. Nesse cenário, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) de 1975, Geisel procurava estimular o setor de bens de capital, tentando com isso aumentar a independência produtiva do parque industrial brasileiro com um planejamento detalhado com forte presença do Estado. Apesar de em 1974 o governo ter conseguido manter o crescimento econômico, para obter sucesso nos outros empreendimentos dependia de uma grande quantia de investimentos que em sua maioria vinham do exterior,

pois o país não tinha verba na poupança o suficiente. O problema que acarretará será um recuo no crescimento econômico que após a guerra entre árabes e israelenses de 1973, os países árabes, que são os maiores produtores de petróleo do mundo, como retaliação ao apoio estadunidense a Israel, irá triplicar o preço do barril de petróleo, prejudicando consequentemente a economia mundial (NAPOLITANO, 1998).

Com a politização crescente a partir de 1978, uma das pontas de luta se dava no contexto dos movimentos sociais, enquanto a outra era por melhores salários e condições de trabalho e “com essa pauta tradicional, mas de maneira inusitada e inesperada, ressurgiu o movimento operário” (NAPOLITANO, 2020, p. 275). Desta maneira, em 12 de outubro de 1978, a opinião pública de direita à esquerda se surpreenderam com a greve operária com cerca de 2 mil operários da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo. Essa greve não causa reação para o regime militar, pois quando localizadas e por questões salariais, elas passavam a se tornar toleráveis. Ocorre que de maneira inesperada essa greve se transforma em uma greve massiva, quando outros milhares de operários de outras montadoras multinacionais também declaram greve (NAPOLITANO, 2020).

Durante o período de liberalização, membros da elite brasileira de oposição, intelectuais, imprensa e a Igreja Católica acabam incentivando o surgimento de uma série de movimentos sociais que reclamavam melhorias e o direito à participação nos processos políticos decisórios que afetam suas vidas. Há de se esclarecer que não é que não houvesse anteriormente movimentos sociais urbanos, no entanto, sua presença nos anos 70 acaba sendo lida como parte de um movimento de base ampla na sociedade em favor da democratização (KECK, 2010).

É dentro desse contexto que entra em ascensão o chamado “novo sindicalismo”, que acabava inclusive por se enquadrar às necessidades da oposição política, tendo em vista que não se tratava mais de uma simples aglomeração de pequenos grupos e relativamente isolados, pois o “novo sindicalismo” evidenciava a existência de um amplo descontentamento popular organizado com relação ao regime, demonstrando que a democratização era mais que necessária para evitar um possível conflito social (KECK, 2010).

No Brasil, ao longo da história, as pautas e ações políticas da classe operária sempre foram vistas pelos conservadores como um signo de terror e uma esperança para os revolucionários. Com a deflagração da greve de São Bernardo do Campo, de 12 de outubro de 1978, assumia-se uma postura de confronto com o regime militar ao transgredir a Lei de Segurança Nacional que, inclusive, naquele mesmo ano seria editada para enquadrar melhor

os grevistas. O que se tornava inovador nessa greve e dificultava a aplicação de repressão por parte dos militares era que os funcionários simplesmente foram trabalhar, bateram o ponto mas não ligaram as máquinas, deste modo, sem agitação e a quase sempre consequente violência. No entanto, “apesar da surpresa e dificuldade de enquadrar o movimento como ‘subversivo’, o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) declarou a greve ilegal, o que só faz aumentar o número de grevistas, que no dia seguinte à ilegalidade beirava os 40 mil operários” (NAPOLITANO, 2020, p. 275).

O período é caracterizado também pela atuação da Igreja Católica, uma vez que a importância que a Instituição carrega, inclusive nos anos mais difíceis do período autoritário, em ser um local de interação e organização, possibilitando uma rede de comunicações e atuando na defesa dos direitos humanos. Assim, a Igreja acaba por dar cobertura a diversas iniciativas organizacionais, sendo que a mais conhecida foi a das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), lançadas nas dioceses de todo o país no final dos anos 60, principalmente após a Conferência dos Bispos Latino-Americanos de 1968, em Medellín, na Colômbia. Logo muitos membros das CEBs começaram a participar ativamente de outros movimentos sociais, especialmente nos movimentos de bairro e operário. A partir do exposto, ativistas sindicais e de movimentos sociais que participavam das CEBs colaboraram também na organização do apoio da Igreja às greves dos metalúrgicos em 1978-80 (KECK, 2010).

A Igreja, nesse cenário, atuava tanto como arena, assim como promotora e protetora dos movimentos contestatórios, contudo, precisa-se compreender que a Igreja apesar de desempenhar o papel de cobertura dos movimentos sociais descritos, conscientemente não passava a atuar em uma função agregadora, não havendo, portanto, a intenção de criar um partido político. (KECK, 2010).

Com mais de dez anos que os operários tinham sido excluídos da vida política do país, em 1978 o contexto se diferenciava da greve de 1968 de Osasco e Contagem, que “naquele contexto, a repressão tinha conseguido evitar que a fagulha da guerrilha chegasse ao mundo do trabalho” (NAPOLITANO, 2020, p. 276). Assim:

Em 1978, não havia mais guerrilha, mas a luta civil pela redemocratização se ampliava, isolando o governo. No começo de 1978, os movimentos sociais de bairro, ainda discretos, já davam sinais de politização crescente, mas ainda não tinham ocupado a praça pública, o que fariam em breve. Quando o operariado entrou em cena, ainda que o palco também não fosse a rua, posto que a greve se confundia com a ocupação das fábricas, todos os holofotes do teatro da política se voltaram para os trabalhadores. Afinal, qualquer pessoa com algum senso crítico sabia que a ‘distensão’ do regime não era endereçada aos operários, vistos tradicionalmente pelas elites como um

grupo sem direito à participação política, a não ser como indivíduos eleitores atomizados (NAPOLITANO, 2020, p. 276-277).

A greve operária do ABC paulista, contudo, apesar de ter se mostrado de forma espontânea, fora consequência de uma massa mais crítica que já vinha se movimentando, sobretudo nos sindicatos ligados às grandes indústrias multinacionais. Contavam agora com maior poder de negociação na medida em que passam a reunir trabalhadores especializados, o que impossibilitava a sua substituição imediata por parte dos patrões, fazendo com que logo os metalúrgicos percebessem essa vantagem para aumentar seu poder de impacto perante os proprietários. Autodenominado “novo sindicalismo”, o movimento operário que surge no ABC paulista irá conflitar com a estrutura vertical e oficial do sindicalismo brasileiro, resultado da “herança dos tempos de Getúlio Vargas e do Estado Novo” (NAPOLITANO, 2020, p. 277). Assim, em julho de 1978:

Animados com a greve metalúrgica de maio, durante a Conferência Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, à qual os metalúrgicos do ABC eram filiados, um grupo de sindicatos questionou a estrutura sindical oficial, lançando as bases de um sindicalismo que se via como “combativo e independente”. A plataforma de reivindicações incluía a liberdade de organização, sem a rigidez imposta pela CLT, à autonomia diante dos patrões e do Ministério do Trabalho, a criação de comissões de fábrica, além das tradicionais lutas pela melhoria salarial, melhores condições de trabalho e segurança laboral e pela estabilidade no emprego [...] Como símbolo do novo sindicalismo, firmava-se a liderança de Luiz Inácio da Silva, o Lula. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo desde 1975, Lula inicialmente não era um líder que podia ser considerado radical. Migrante nordestino, conseguiu se tornar torneiro mecânico nas indústrias Villares, onde iniciou sua militância sindical influenciado pelo irmão, Frei Chico. Ironicamente, este era filiado ao PCB, partido no qual Lula não só nunca militou como, ao criar o PT, suscitou um verdadeiro anátema protagonizando uma das mais ruidosas dissidências à esquerda no contexto da transição. Lula era um pragmático, influenciado pelo catolicismo progressista e dotado de carisma e perspicácia política, que foi atropelado, no bom sentido, pelo bonde da história (NAPOLITANO, 2020, p. 278-279).

Apesar de iniciado pelo governo Geisel o processo de anistia, abrاندando a Lei de Segurança Nacional, o Brasil ainda não tinha formalizado em lei o processo, o que será assumido como prioridade na agenda de abertura de Figueiredo, principalmente porque também era uma forma de desmobilizar o movimento social crescente pela anistia “ampla, geral e irrestrita. O habilidoso Petrônio Portela foi colocado no ministério da justiça para evitar que o Estado e sociedade fossem separados por um fosso intransponível de projetos e expectativas” (NAPOLITANO, 2020, p. 283).

Neste mesmo ano de 1978 inicia-se o debate, entre os intelectuais da oposição, sobre os novos partidos políticos, a partir da previsão de uma reforma na legislação eleitoral. Esses intelectuais debatiam sobre quais seriam os novos tipos de partidos que contribuiriam para estender e aprofundar a democratização no Brasil, sendo que alguns desses intelectuais seriam os responsáveis por ajudar a fundar o Partido dos Trabalhadores, tendo como exemplo Almiro Afonso, que seria um dos principais promotores dessa ideia, sendo ele mesmo antigo deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, e Ministro do Trabalho na presidência de João Goulart, tendo ele próprio passado doze anos no exílio durante o período em que o regime militar ocupou de forma autoritária o poder político, regressando ao Brasil no ano de 1976 (KECK, 2010).

Almiro Afonso, no entanto, visando evitar a volta do populismo – o que confirma as afirmações de Souza (2017) sobre esses conceitos terem tomado também os corpos e as mentes da esquerda -, propunha a necessidade de um partido popular, nacional e democrático, tendo no horizonte uma visão do socialismo e em sua estrutura um mecanismo democrático e participativo. Na pauta da discussão sobre os novos tipos de partidos, duas questões centrais norteavam os diálogos, sendo a primeira e talvez mais importante do ponto de vista do contexto de duração do regime militar, “sobre as intenções do regime ao mudar o sistema partidário e as oportunidades existentes dentro das estruturas legais vigentes ou eminentemente prováveis” e segundo “sobre as prioridades sociais e políticas de um novo partido (ou partidos)” (KECK, 2010, p. 86).

Essa primeira questão não era desfundada de razão, uma vez que havia grandes razões para temer que tanto o regime como as elites tradicionais manteriam todo processo de reforma sob controle. Como esperado, em outubro de 1978, sai o tão esperado “pacote” da reforma, sob a forma da Emenda Constitucional nº 11, que entraria em vigor em 1º de janeiro de 1979. Dentre as reformas, havia a restauração de um certo número de direitos políticos e civis, como o *habeas corpus*, além de revogar todos os Atos Institucionais e Complementares. No entanto, como temido, continuaram em vigor algumas medidas autoritárias, cabendo destacar o Decreto-Lei nº 477, que proibia a atividade política nas universidades, a lei antigreve – que irá se tornar mais autoritária quando os militares e as elites tradicionais vão se salvar com a ampliação da Lei de Segurança Nacional que incluirá como crime contra a nação todas as greves de empregados públicos, inclusive de bancários -, e a lei da inelegibilidade, visando proibir alguém de apresentar-se como candidato para cargos políticos ou sindicais caso já estivessem com seu mandato revogado (KECK, 2010).

Enquanto os aspectos políticos do governo Figueiredo adquiriam sucesso, a economia ia de mal a pior. O que vai afetar a economia em âmbito global pós 1979 será a alta do preço do barril de petróleo acarretado pela Revolução Islâmica no Irã³. Essa revolução fez com que os preços do barril aumentassem exponencialmente. Para agravar ainda mais a crise econômica, sob o pretexto de controlar a crise e a inflação, também decorrente da alta dos preços do petróleo e conseqüentemente atrair mais capitais para o seu país, os estadunidenses aumentaram os juros básicos da economia, o que impulsiona a taxa dos empréstimos cobrados nos bancos de maneira geral. Tendo o Brasil adquirido vultosos empréstimos para arcar com o II PND a partir de juros flutuantes, o custo da dívida brasileira explode. Em 1982, o custo da dívida chegava a consumir mais de 90% dos valores adquiridos das exportações brasileiras. Antes, em 1980, logo no início do mandato de Figueiredo, a inflação atingiu os 110%, recorde histórico de 1964 que, inclusive, serviu como mais uma das golpistas justificativas para a queda de João Goulart (NAPOLITANO, 2020).

Além da crise econômica que acabava por gerar altos custos ao governo Figueiredo, a morte de Petrônio Portela, o principal articulador político do regime com a sociedade civil e, em 1982, após perceber que o governo ia desmantelando-se, Golbery do Couto e Silva sai do governo, um grande articulador político desde o governo Geisel. O resultado é que o governo se enfraquece contando ainda com seu poder de repressão, tendo contraditório apoio de uma oposição que se dividia, entre radicais e moderados, onde só os últimos buscavam o caminho para o diálogo com os militares visando a transição política (NAPOLITANO, 2020).

Dois dias antes de sua posse, em 13 de março de 1979, os operários do setor metalúrgico do ABC paulista iniciaram uma greve que passa a demonstrar a outra mão da ditadura, agora a que estava “perto da arma” (NAPOLITANO 2020, p. 281). Quando cerca de 180 mil metalúrgicos pararam de trabalhar, agora, diferente da greve de 1978, mais barulhenta e com assembleias e piquetes contando com uma grande participação da massa operária. O governo de Figueiredo, recém-empossado sugere que a melhor maneira de resolver era que a negociação se estabelecesse entre patrões e empregados, todavia:

Isso não impediu o Ministério do Trabalho de intervir no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, destruindo sua diretoria dez dias depois do início do movimento, tentando esvaziar o epicentro da organização sindical que apoiava os grevistas. As lideranças sindicais, a começar pelo próprio Lula, de início trataram de dissociar a greve de qualquer motivação ideológica ou política, mas reconheceram que “se brigar por melhores salários é fazer política, então nossa greve é política”. O governador de São

³ Revolução ocorrida em 1979, no Irã, que transformou esse país de uma monarquia autocrática pró-Occidente em uma república islâmica teocrática e, portanto, contra os interesses imperialistas estadunidenses.

Paulo à época, Paulo Maluf, deixou claro que o assunto era policial, e não econômico. Portanto, querendo ou não, a greve metalúrgica assumia um caráter político, de confronto com o regime, ganhando apoio de estudantes, intelectuais e dos trabalhadores do setor burocrático, público e privado, que formavam a base da classe média. Apesar de reconhecer e agradecer a solidariedade, as lideranças sindicais enfatizavam que a classe operária deveria ter autonomia em suas decisões, evitando alianças feitas a reboque de outros movimentos (NAPOLITANO, 2020, p. 286).

Apesar de a greve ter sido subestimada pela direção da Federação da Indústria de São Paulo (FIESP), apostando que ela não duraria dois dias, uma vez que não haveria o pagamento dos dias parados, ela durou quatorze, com os operários se mostrando mais organizados, apoiados por um amplo movimento de solidariedade nos bairros, “pela Igreja Católica, fundamental para manter a subsistência das famílias. Os conflitos com a Polícia Militar foram constantes e violentos, e em alguns casos terminou com a retirada da PM, como em São Bernardo no dia 23 de março” (NAPOLITANO, 2020, p. 287). Com muitos impasses no processo de negociação e a constante repressão policial, o movimento é enfraquecido e encerrou a greve no dia 27 de março. Considerando as poucas conquistas efetivas, o movimento operário e as lideranças sindicais são vistas com prestígio. Deste modo:

Se havia uma República de São Bernardo, também havia um presidente de honra: Luiz Inácio Lula da Silva, ainda uma figura enigmática para a maior parte da oposição e para o próprio governo. Principal nome de uma diretoria metalúrgica de fortes lideranças, o Lula de 1979 já não era saudado pelas lideranças patronais, que gostavam de enfatizar sua liderança puramente sindical e afastada dos partidos, sobretudo do Partido Comunista. Mas também não havia ainda se convertido no líder mais radical do período de abertura. Seu carisma, consagrado na condução de assembleias com mais de cem mil pessoas, fascinava e preocupava a esquerda e a direita. Sai ênfase na autonomia da classe operária soava como poesia para intelectuais socialistas fora da órbita do Partidão (NAPOLITANO, 2020, p. 287).

Apesar de todos os percalços que o regime passava, a crise econômica ainda não tinha se agravado de forma drástica entre os trabalhadores e, em 1980, apesar da inflação ainda estar em alta, o desemprego ainda não era problema. No aniversário do golpe, em 31 de março de 1980, os operários do ABC paulista decretaram mais uma greve após os patrões se recusarem a pagar 7% de produtividade e manter a estabilidade do emprego e assim “nos 41 dias seguintes, o Brasil olharia para a República de São Bernardo com um misto de apreensão e admiração. Nem as telenovelas mais dramáticas poderiam competir com o drama real que lá se desenrolava” (NAPOLITANO, 2020, p. 289).

A partir da decisão do governo de assumir a interlocução com os operários, os confrontos ficam mais acirrados. No dia 2 de abril daquele ano, quando a greve já atingia quase 95% da categoria, o governo reagiu e “proporcionou uma das cenas mais dramáticas da abertura. Diante de 100 mil pessoas reunidas no estádio da Vila Euclides, helicópteros do Exército Brasileiro faziam voos rasantes, com metralhadoras de grosso calibre apontadas para a multidão” (NAPOLITANO, 2020, p. 289). Com impasses constantes no desenrolar do movimento, em 14 de abril, o TRT decretou a intervenção nos sindicatos que apoiavam a greve, afastando 42 dirigentes. No dia 19 do mesmo mês, 15 dirigentes sindicais, inclusive Lula, foram presos e levados ao Dops com o objetivo de enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional. Em 24 de abril, uma vitória aos metalúrgicos que em meio a mais de 40 mil grevistas fizeram com que a tropa de choque batesse em retirada da Praça da Matriz, em São Bernardo, onde se reuniam (NAPOLITANO, 2020).

1.3 Trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores

A história do PT está ligada intimamente ao sindicalismo do período que compreende a ditadura militar e as transformações pelas quais o partido passou. Com a composição e estrutura da classe trabalhadora em transformações e o direito a greve se tornando realidade, cabendo acrescentar que não sem a repressão do Estado, o fim do regime se caracteriza pelas “manifestações autônomas de largos setores sindicais, que passaram a contestar as direções oficiais dos sindicatos”. Neste período houve grande descaso da classe política com as manifestações das classes trabalhadoras, contribuindo para que se gere uma compreensão popular de que os políticos se “fantasiavam de trabalhador para pedir seu voto, oferecendo, às vezes, favores” (MENEGUELLO, 1989, p. 11), como formulou Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1980.

O processo de redemocratização política no Brasil foi, portanto, realizado de forma lenta e controlada pelos militares, apesar de contestado por setores dissidentes opositores. A “restauração do governo civil não significou um rompimento com a elite dominante” (KINZO, 2001, p. 3), sendo verificada a continuidade de práticas clientelistas que ainda hoje caracterizam o cenário político, em que se verifica a resiliência de grupos conservadores para se manterem no cenário governista (KINZO, 2001, p. 3). Nesse cenário, onde houve a

restauração do governo civil, mas que não significou um rompimento com as elites, o PT surgiu com seu discurso ideológico onde grupos que foram marginalizados pela política encontram representação. Segundo Garcia:

O PT foi o maior partido da história da classe trabalhadora brasileira no século XX. Nos anos 1980, Lula e a direção do PT foram capazes de construir e empolgar um partido que, em 10 anos, evoluiu de uma organização de uns poucos milhares, para centenas de milhares, e que saiu dos 10% dos votos em 1982 para governador em São Paulo, para a disputa do segundo turno das eleições presidenciais de 1989, contando apenas com contribuições voluntárias e militância abnegada. O PT de 2011 é, evidentemente, outro partido, embora a direção seja quase toda a mesma. Em três décadas, o PT elegeu muitos milhares de vereadores, algumas centenas de deputados estaduais e federais, chegou ao governo de mais de mil prefeituras, muitos estados e está pela terceira vez à frente da presidência. O PT é, sem dúvida, a mais profissional máquina eleitoral do Brasil. (GARCIA, 2012, p. 17).

Para Meneguelo, o momento em que se lança a ideia do Partido dos Trabalhadores, em 1978, em um contexto em que o cenário político tinha o enredo de uma transição democrática onde os militares deixariam o poder de forma lenta e gradual, chamado de “política de distensão” é enriquecido pelo “surgimento de um novo sujeito político de representação” (MENEGUELLO, 1989, p. 21). O projeto de distensão, idealizado por Geisel e pelo chefe da Casa Civil, General Golbery do Couto e Silva, propugnava, basicamente, “uma abertura ‘lenta, gradual e segura’, que reconduziu o país ao estado de direito, mas excluiu os setores mais radicais da oposição e os movimentos populares” (ARAÚJO, 2007, p. 324). O que se deve compreender também, para a autora, é que ao tomar forma esse novo sujeito político, que elabora uma “pauta de reivindicações específicas” (MENEGUELLO, 1989, p. 21), busca-se afastar-se da “marginalização política sob a qual se encontrava boa parte das classes trabalhadoras no país” (MENEGUELLO, 1989, p. 21).

Acerca dos momentos em que inicia as discussões sobre a formação de um partido que representasse exclusivamente trabalhadores, que vem culminar com a formação do PT em fevereiro de 1980, em São Paulo, Araújo descreve:

Em maio de 1978, os operários metalúrgicos de São Bernardo, e do chamado ABC (Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo) iniciaram uma greve, sob a liderança do então torneiro mecânico Luiz Inácio da Silva, o Lula. As greves se seguiram, desafiando a legislação antigreve do regime militar. Em outubro do mesmo ano, mais de 500 mil metalúrgicos entraram em greve em Osasco e Guarulhos. Essa greve foi um marco no processo de reconstrução política do movimento operário sindical liderado pelos metalúrgicos da região industrial de São Paulo. Em março de 1979, nova

greve no ABC provocou a intervenção no sindicato. E, em setembro do mesmo ano, cerca de 20 mil metalúrgicos entraram em greve no Rio de Janeiro. Esse novo movimento operário e sindical reivindicava uma presença específica na cena política e rejeitava os partidos políticos de oposição existentes – não apenas o MDB mas também os partidos tradicionais de esquerda, como por exemplo o PCB. Queria um partido novo, que representasse os interesses dos trabalhadores. Em outubro de 1979, era lançado, em São Bernardo do Campo, o movimento Pró-Partido dos Trabalhadores (PT). Quatro meses depois, em fevereiro de 1980, foi fundado, em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores (ARAÚJO, 2007, p. 347).

Reis faz uma consideração importante sobre esse momento histórico, o que nos faz compreender melhor a complexidade que fora agregada dentro do PT:

Quando, em maio de 1978, os operários das indústrias automobilísticas de São Bernardo resolveram entrar em greve, demonstrando ousadia e coragem, desafiando a vontade dos padrões e legislação vigentes, poucos imaginariam que ali estava se iniciando um processo que levaria a formação do Partido dos Trabalhadores (REIS, 2007, p. 505).

Essas greves, nas quais protagonizaram os operários do ABC paulista, onde propostas de demissões em massa assombravam e deixavam temerosos esses trabalhadores, não os impediram de se mobilizar e atuar de forma decisiva no cenário político, principalmente quando da greve de outubro de 1978, que chegou a mobilizar cerca de 500 mil metalúrgicos. Assim, com todas essas manifestações recorrentes, ficou mais difícil para os militares ocultarem as insatisfações dessa fração de trabalhadores desassistidos politicamente. Atuantes também de forma incisiva no processo de redemocratização, a formação do PT se distinguia das demais agremiações, pois “representava uma novidade. Não era ligado a políticos conhecidos, nem àqueles que retornavam do exílio” (ARAÚJO, 2007, p. 348), e não era apenas aí que morava sua particularidade, pois:

O PT representava outro campo: o movimento de oposição e de resistência política que havia se desenvolvido no Brasil, nos últimos anos, formados por trabalhadores (principalmente o operariado do ABC paulista), estudantes e profissionais liberais que haviam participado da luta contra a ditadura militar, setores da igreja ligados às comunidades eclesiais de base, às pastorais e à Teologia da Libertação, e membros das organizações de extrema esquerda das décadas de 1960 e 1970. Essa configuração dava ao PT um conteúdo político particular, distinto dos outros partidos. Por isso mesmo, o PT foi o único partido que não participou da solução negociada para o fim do regime militar que se construiu em 1985 (ARAÚJO, 2007, p. 348).

Reis complementa que, de modo surpreendente e ininterrupto, os trabalhadores brasileiros entram na década de 1980 projetados como os mais combativos em escala mundial. Também sugere que, encontrando as ditaduras nas Américas e no Brasil em declínio, com seu aparelho de repressão intacto - no caso do Brasil -, porém com intimidação cada vez menor, favorecia os movimentos que reivindicavam o fim da ditadura. Soma-se a isso que uma parcela entre a elite era favorável à redemocratização e a atitude do governo Carter⁴ (1977 – 1980) nos Estados Unidos, que “via com bons olhos o declínio dos regimes ditatoriais, desde que substituídos em boa ordem, e pelo alto, tudo isso favorecia propostas alternativas fundadas na imaginação e na criatividade” (REIS, 2007, p. 505 - 506).

A seguir, têm-se os nomes de alguns líderes sindicais que foram ganhando notoriedade desde meados de 1978 e que foram os responsáveis, de maneira direta ou indireta, ou os dois, na estruturação do PT:

Luiz Inácio Lula da Silva, José Cicote, Henos Amorina, presidentes dos Sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco; Paulo Skromov, do Sindicato dos Coureiros; Jacó Bitar, dos petroleiros de Campinas; Olívio Dutra, dos Bancários de Porto Alegre; em muitos outros, estes, principalmente, cedo despontariam como lideranças de um partido distinto e específico, de trabalhadores, para se opor à tradição de partidos que pretendiam falar em nome dos trabalhadores e por eles (REIS, 2007, p. 506).

Desde o início o PT fora composto por uma complexidade de seguidores, devendo acrescentar a participação de grupos revolucionários trotskistas, “entre os quais, e principalmente, a Convergência Socialista, além de grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta contra a ditadura militar” (REIS, 2007, p. 506), uma vez que parte desses grupos que ainda encontravam-se na ilegalidade viam no partido uma forma de apresentar suas ideias e, quando não, procurar causar conflitos dentro do próprio partido (REIS, 2007).

A maior campanha de massa da história republicana brasileira, as “Diretas Já!”, ao contrário da defesa convicta de muitos petistas, não foi iniciada pelo PT. Essa campanha foi capitaneada pelo PMDB, tendo início em 15 de junho de 1983, em Goiânia. O início de sua organização se dá no mês de abril, tendo o PMDB obtido o apoio do PC do B, que tinha dois deputados sob a legenda peemedebista e o PCB acaba por demorar a aderir ao movimento por

⁴ Quando Carter assumiu a Presidência dos EUA, na passagem para 1977, “buscou implementar imediatamente uma nova estratégia para a América Latina, que traria mais problemas para as relações bilaterais. A visão da nova administração sobre o Brasil de Geisel tinha como ponto de partida a perspectiva de que os regimes autoritários da América Latina não seriam apropriados”(LESSA, 1998, p. 78). Não seriam apropriados tendo em vista que isso prejudicaria o desenvolvimento econômico dos países capitalistas (LESSA, 1998).

acreditar que as eleições diretas só deveriam ocorrer após a realização de uma Assembleia Constituinte. Contudo, o PT irá conquistar o protagonismo nas ruas, mesmo não sendo a principal liderança daquela campanha. Os grandes comícios que vão ocorrer a partir dessa campanha são favorecidos graças a atitude do Governador Franco Montoro, de São Paulo, ao abrir a catracas possibilitando a participação de muitos funcionários públicos dispensados mais cedo para participar dos comícios. Ademais, com o próprio governador no palanque, impossibilitava a ação da polícia para reprimir o movimento (SECCO, 2011).

Lentamente, o foco das mobilizações passou pela cogitação da Emenda Teodoro Mendes para, finalmente, se aninhar nos braços da Aliança Democrática que elegeria Tancredo Neves em 1985 indiretamente. Adia-se a eleição direta para 1988 (e, depois, devido a manobras do governo Sarney, que sucedera Tancredo Neves devido à morte deste, o mandato presidencial foi aumentado, de modo que as eleições ficaram para 1989) (SECCO, 2011, p. 115).

Dentro desse contexto, o PT irá se dividir mais uma vez, entre aqueles que desejavam que os deputados do partido fossem ou não ao Colégio Eleitoral votar em Tancredo Neves. A partir dessa divisão, o PT passa a se isolar no movimento. Os grupos no interior do partido que não desejavam votar em Tancredo alegavam que “a chamada Aliança Democrática de Tancredo Neves era culpada de usurpar o direito dos brasileiros ao voto” (SECCO, 2011, p. 116). Dentro do PT esse isolamento era bem-visto, pois, na visão do partido, expressada no Encontro Nacional Extraordinário realizado em Diadema (SP) nos dias 12 e 13 de janeiro de 1985, significava a independência de classe.

Somente em 1984 o PT torna-se oposição extraparlamentar predominante nos movimentos sociais e sindicais, isso por que naquele momento, conforme Secco (2011) o partido estaria “armado de duas experiências: a consciência de que precisa ter um centro comprometido com a construção estratégica do partido e a derrota política e isolamento depois das Diretas Já” (SECCO, 2011, p. 25). O ano em que assinalaria, conforme o autor, a maioria do PT, pois o partido já era consagrado como uma “oposição de esquerda predominante na sociedade civil” é 1989, momento em que o partido “se converte no Estado: uma oposição dentro do aparelho do Estado político” (SECCO, 2011, p. 25). Também o ano seguinte será de mudanças, não só para o PT e sim para todos os partidos voltados à esquerda, em escala mundial, considerando que o período é “marcado pela crise do socialismo e pela exigência de *aggiornamento* ideológico de suas correntes majoritárias” (SECCO, 2011, p. 25).

Secco também nos mostra que “como o PT nunca teve um congresso como o PSD alemão em Bad Godesberg para renegar o marxismo, sua transformação se deu de maneira molecular especialmente durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso” (SECCO, p. 25, 2011). O ano de 2002 coincide com o *aggiornamento* completo do PT, transformando-se ou atualizando-se, como é comumente utilizado o termo *aggiornamento*, em partido de governo, e a crise de 2005 acaba por desmontar parte da simbologia do partido.

Esta reflexão remete a outra questão importante, de Garcia (2012), para esclarecer um ponto em comum do grupo autointitulado antipetista, permitindo perceber o que fora o PT inicialmente, não o que fora pintado pelas redes sociais em suas infinitas *Fake News*⁵, muitas delas inclusive afirmando que o partido teria interesse em tornar o país um Estado Socialista, sendo que, para fazê-lo, teria que conter dentro da sua estruturação uma proposta revolucionária, capaz de alterar o *status quo*:

Não parece ser muito polêmico que o PT nunca foi um partido revolucionário, embora muitos militantes honestos que combatiam pela revolução brasileira tenham militado, com abnegação e despojamento, em suas fileiras. O PT surgiu como um partido operário com um projeto de representação independente da classe trabalhadora, mas com um projeto político de reformas para a regulação do capitalismo brasileiro. O PT nasceu das lutas que aceleraram a crise final da ditadura militar. O PT nasceu do impulso da mobilização operária, uma força social de choque tão poderosa que em 1978 e 1981, que uma parcela majoritária da classe média urbana, sobretudo entre a juventude, se deslocou à esquerda e ultrapassou os limites do que era a oposição democrática liderada por Ulysses Guimarães e o MDB (GARCIA, 2012, p. 21).

O PT contou com a participação de grupos revolucionários trotskistas em sua sigla, assim como grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta contra a ditadura militar, porém faz-se importante perceber o contexto político em que se encontravam, ou seja, privados de representação política e por isso ingressos no PT como uma segunda opção, mais identificada ideologicamente com as propostas do partido de até então. Cabe acrescentar que os primeiros estudos e memórias sobre o PT acabam por “sacramentar a visão de um partido constituído por três fontes: a igreja progressista, os remanescentes do

⁵ Sobre as *Fake News*, Reifler (2018) fala de “‘um novo tipo de desinformação política’ marcada por uma ‘dubiedade factual com finalidade lucrativa’ (p. 2)” (DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 157). Aymanns, Foerster e Georg (2017) diferenciam entre “fake news claramente identificáveis (como sátiras), muitas vezes partilhadas pelo seu valor humorístico, daquelas cuja ausência de base factual não é óbvia e levanta incerteza sobre a veracidade de seu conteúdo, as quais classificam como ‘preocupantes’ (p. 2)” (DELMAZO; VALENTE, 2018, p. 157).

grupo da luta armada e o novo sindicalismo” (SECCO, 2011, p. 26), porém o autor sugere que, “desdobrando aquele tripé”, o PT tenha surgido de pelo menos seis fontes diversas:

Sendo a primeira delas o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela igreja católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB e posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar esses dois últimos) (SECCO, 2011, p. 26).

O autor também pontua que é preciso relativizar a narrativa histórica do PT sobre ser pioneiro como primeiro partido de massa criado realmente de baixo para cima, mencionando, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, referenciando-se na definição de partido de massa do sociólogo francês Maurice Duverger, acrescenta que o partido corresponderia a ela, apesar de não ter encontrado “uma forma legal de inserção na vida política” (SECCO, 2011, p. 31).

A seguir, tratar-se-á do partido já em sua fase de *aggiornamento* completo, uma vez que é ampla a bibliografia que trata das campanhas nas quais o partido participou até alçar o Executivo. Segundo Secco (2011), esse *aggiornamento* fora liderado por José Dirceu, que levava o partido a ferro e fogo, desde os anos noventa, para o PT “assumir-se como partido social-democrata, reformista e aberto a um amplo arco de alianças político eleitorais” (SECCO, 2011, p. 200). Os seus métodos, acrescenta, acabavam sendo vistos “como autoritários pela esquerda do partido e como eficientes pela maioria” (SECCO, 2011, p. 200).

Conforme Keck, na concepção de muitos observadores, o regime militar brasileiro teve um conjunto de características que levavam a acreditar que o processo de transição se daria de maneira mais facilitada. Entre essas características, conforme a autora estaria em primeiro lugar o menor grau de repressão entre os seus congêneres do Cone Sul. Em segundo lugar estaria o aspecto de que durante a maior parte a ditadura militar manteve muitos instrumentos do governo constitucional, que incluiria um Congresso em funcionamento, apesar de possuidor de prerrogativas limitadas, eleições para o legislativo e para alguns cargos em alguns executivos municipais, além de um sistema bipartidário, sem deixar de considerar a artificialidade na qual ele se aplicava. Isto posto, os militares procuraram controlar essas instituições a partir de uma variedade de leis e atos institucionais, além de mudanças nas regras eleitorais que favoreciam o partido que apoiava os militares, a Aliança Renovadora

Nacional (ARENA), que mais tarde passa a se chamar Partido Democrático Nacional (PDS) (KECK, 2010).

1.4 Metamorfose: rupturas e continuidades

Tendo sua formação iniciada ainda no período autoritário, o Partido dos Trabalhadores foi fruto da reforma partidária promovida um ano antes pelo governo militar, compondo “uma das etapas da estratégia de redemocratização ‘lenta, gradual e segura’” (AZEVEDO, 2016, p. 138). Indo na contramão da tradição político-partidária brasileira, o partido nasce fora do Congresso Nacional, tendo por núcleo principal os sindicalistas do ABC paulista ligados ao chamado novo movimento sindical, liderado por Lula. Em seu período inicial, o partido se propunha a representar os trabalhadores e renovar a esquerda brasileira, mas em seguida, passa a agregar movimentos de outras correntes progressistas ligados a Comunidades Eclesiais de Base, inspirada na Teologia da Libertação⁶, além de novos movimentos sociais urbanos e rurais, que acaba por atrair intelectuais progressistas, como Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido e Mario Pedrosa (AZEVEDO, 2016).

O Partido dos Trabalhadores é fundado em 10 de fevereiro de 1980, e, em apenas vinte e dois anos de criação, conquistou a presidência da República, mantendo-o em suas mãos por três mandatos de quatro anos e um de um ano e cinco meses, que é encerrado após o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, sendo um dos partidos mais estudados pela academia brasileira, em decorrência de suas características singulares, importância política e trajetória eleitoral. A partir de uma bibliografia relevante (MENEGUELO, 1989; SAMUEL, 2008; SECCO, 2011; SINGER, 2012), pode-se acompanhar com análises bem variadas e informadas “sobre o perfil ideológico e a dinâmica política e eleitoral da organização” (AZEVEDO, 2016, p. 137).

Ao nascer de uma conjuntura favorável, unindo a crise de legitimidade do regime militar com o crescimento dos movimentos populares, o PT corrobora para o fortalecimento dos sindicatos, têm-se a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) além de lutas sindicais de grandes categorias, como “bancários, metalúrgicos e trabalhadores do transporte e

⁶ A teologia da libertação “rompe com conceitos tradicionais da Igreja institucional introduzindo na história da Igreja ideias de igualdade social e direitos humanos, reivindicando para si como herança os lemas: liberdade, igualdade e fraternidade advindos da Revolução Francesa” (NORONHA, 2012, p. 185).

construção civil, havia a reivindicação do direito à sindicalização por parte dos trabalhadores públicos, e a reorganização dos movimentos estudantis. A fundação do PT é um marco deste processo” (TODT, p. 177, 2018). Assim sendo, o Partido dos Trabalhadores propunha uma forma de fazer política que “valorizasse a participação de todos” (TODT, 2018, p. 177) com a promoção de debates e valorizando e ampliando a autonomia dos movimentos sociais.

Lacerda diz que no período de fundação do PT, “o trabalho de base fundamentava toda a ação e doutrina do partido, e, portanto, a base deveria sempre ser consultada antes de qualquer decisão partidária de grande importância” (LACERDA, 2002, *apud* TODT, p. 179, 2018), o que, como já mencionado anteriormente, tornava-o distinto dos partidos ortodoxos de esquerda com sua hierarquização pré-estabelecida tomando as decisões de maneira verticalizada. Durante essa fase, a militância era envolvida participando ativamente dos debates públicos que culminaram na elaboração de pré-teses que, posteriormente, eram publicadas e distribuídas massivamente para serem mais efetivamente discutidas em diversas reuniões nos Núcleos de Base (NB). A partir desse amplo debate com a militância “é que as instâncias de base elegiam proporcionalmente os delegados para os encontros superiores (municipais, estaduais e nacional)” (TODT, 2018, p. 179).

O período de surgimento do PT ocorria concomitantemente à derrocada do denominado socialismo real da Europa Oriental, e o partido nascia fora da tradição marxista dominante no campo da nova esquerda, que era exercido historicamente pelos velhos partidos comunistas, como o Partido Comunista Brasileiro, PCB, fundado em 1922 e o Partido Comunista do Brasil, PC do B, fundado em 1962. Apesar desta postura ideológica, o PT recebeu a adesão de pequenos grupos trotskistas, que atuavam no partido como correntes internas. A novidade do PT era que pela primeira vez na história do Brasil surgia um partido criado de baixo para cima, conectado a forte base operária e que construíram suas relações políticas a partir das greves sindicais ocorridas nas décadas de 1970 e 1980.

Outra peculiaridade do partido era que pela primeira vez “a hegemonia do campo da esquerda brasileira seria deslocada dos partidos trabalhistas e do trabalhismo, que disputaram o eleitor progressista no passado, para a nova organização, que nascia com um ideário socialista e um discurso contra o *status quo*” (AZEVEDO, 2016, p. 138). Do momento de sua fundação, no colégio Sion, localizado em bairro de alta classe média de São Paulo, com público diferente de sua base, incorporando umas das tantas contradições que se imporão ao partido, Secco diz:

A maioria dos presentes era de estudantes, intelectuais e líderes de movimentos populares, mas não de trabalhadores. Além disso, o *Manifesto do PT*, aprovado naquela reunião, não falava em socialismo (ao contrário da *Carta de Princípios* divulgada no ano anterior), todavia, era patente que se tratava de uma organização de esquerda e radicalmente favorável aos interesses imediatos dos trabalhadores, até então impedidos de ter voz na sociedade civil (SECCO, 2011, p. 35-36).

A conexão do partido com a base operária se dá já em sua infância partidária, pois o PT atuava ativamente nos movimentos sociais, levantando bandeiras variadas “como reivindicações verticais do tipo classista no mundo do trabalho (capital vs. trabalho) até as políticas horizontais (como igualdade de gênero e políticas afirmativas)” (AZEVEDO, 2016, p. 139), assim como também operava no sistema político, disputando eleições “como adversário ideológico da ‘classe dominante’ e seus partidos. Tempo no qual o *slogan* do partido era ‘trabalhador vota em trabalhador’ e sua plataforma eleitoral era resumida com as palavras de ordem ‘trabalho, terra e liberdade’” (AZEVEDO, 2016, p. 139).

Todavia, como exemplificado pela bibliografia e característico de qualquer processo, o caminho definido e o caminho trilhado não foram linear nem sem as consequências do crescimento do acesso ao poder. Considerando que, conforme a nova agremiação ia avançando eleitoralmente, como descrito na citação acima, ampliado seu leque de representação, viu-se defrontado com os limites de suas alianças políticas e coligações eleitorais que até então era restrito ao estreito campo da esquerda. Inerente a esse tipo de proposta política, e relacionado com os limites dessas alianças e coligações, em um sistema político historicamente conservador como o Brasil, de partidos intrinsecamente ligados a esses posicionamentos, surge um dilema para o PT, que seria “permanecer como partido de demandas e porta-voz dos movimentos sociais ou se transformar em eleitoralmente competitivo para conquistar o comando do país” (AZEVEDO, 2016, p. 139).

Acontece que para esta última opção era preciso que o partido não apenas “redefinisse suas prioridades para o plano institucional e o jogo eleitoral, como também realizasse o deslocamento de sua base social original para o centro político e em direção à classe média das grandes cidades – que tradicionalmente votava nas opções centro-direita” (AZEVEDO, 2016, p. 139). A inclinação para tornar o partido eleitoralmente competitivo para apoderar-se do comando do país realiza-se por completo apenas em 2002, ano que marca um divisor de água “entre o antigo PT, de alma revolucionária e romântica, ligada aos movimentos sociais e ao projeto de transformação social definido no programa de sua fundação, no Colégio Sion, e a nova alma programática, moderada e aberta às alianças com as

forças de centro direita” (AZEVEDO, 2016, p. 139 - 140). Para descrever melhor essa inflexão:

Segundo a precisa e sintética descrição de Singer (2012), estas são as duas almas do PT. O partido que elegeu Lula em 2002 já tinha atravessado o Rubicão (*alea jacta est*) e ganhado sua segunda alma, ou seja, a de um partido atuando como uma máquina eleitoral, voltado para a luta institucional e plenamente integrado e responsivo ao sistema político. Em outras palavras, o PT que entrava no século XXI não era mais a organização *outside*, um partido “antissistema” ou “irresponsável”, e seu novo perfil político se aproximava, agora, mais dos programáticos partidos socialdemocratas europeus contemporâneos do que os do passado, comprometidos com um projeto transformador da sociedade (AZEVEDO, 2016, p. 140).

Sader discorre que desde 1994 “o PT passava por uma transformação ideológica significativa, que o distanciava do Fórum Social Mundial (FSM), do orçamento participativo e do MST e, somado a isso cabe citar a relativa autonomia que Lula assumiu ao longo do tempo em relação ao PT” (SADER, 2011, 82). A partir do segundo mandato de Lula (2006 - 2010), conforme o autor, ele irá conseguir fazer conviver, não sem dificuldade e com as devidas contradições “a hegemonia do capital financeiro, a continuidade da política financeira de FHC, políticas sociais redistributivas e uma política externa autônoma” (SADER, 2011, p. 83). As políticas sociais não se dão de maneira universalizante e se guiaram por critérios de “assistência social, a partir da combinação de diferentes mecanismos, como o Programa Bolsa Família com a contrapartida de manter as crianças na escola, os programas de microcrédito e o aumento sistemático do poder aquisitivo do salário-mínimo” (SADER, 2011, p. 83).

Apesar das contradições de convivências, como citado, fora justamente por meio desses mecanismos de redistribuição de renda defendidos pelo PT que alguns de seus mecanismos foram atingidos, dentre eles “aumento do trabalho formal, expansão do mercado interno do consumo de massas e outros” (SADER, 2011, p. 83), o que acabou por gerar uma melhoria generalizada na qualidade de vida das camadas mais pobres da população, sobretudo as do Nordeste. Pela primeira vez os índices de desigualdade social diminuíram no país, o que representa em números a transformação do nível de vida de cerca de 50 milhões de pessoas mais pobres no Brasil (SADER, 2011, p. 83).

A partir de Ribeiro (2008) podemos dialogar com Amaral (2010), Sader (2011) e Todt (2018), quando estes tratam sobre o processo de transformação sofrido nos âmbitos organizativos do PT, especialmente sobre sua postura de dar maior importância à conquista de poder na arena política institucional conforme aumentavam sua presença nesses espaços. É

preciso destacar que este trabalho percebe essas mudanças como um processo de transformação necessário, se considerarmos a arena política nacional, fortemente conservadora, com bancadas expressivas de setores evangélicos e ruralistas, além de uma imprensa assumidamente liberal. Como bem observado por Ribeiro:

Nos anos noventa, diversos autores passaram a apontar os processos de transformação sofridos pelo partido que, a cada dia, se inseria mais nas esferas estatais. Uma fraqueza dessa literatura é a adoção de um viés fortemente normativo, confundindo transformação com degeneração, ou até com o “fim” do PT (RIBEIRO, 2008, p. 64).

O lugar onde se praticava efetivamente a influência das bases no processo de construção e criação de pautas eram os núcleos, chamados de Núcleos de Base (NB), que serviam para reproduzir no interior do partido uma cultura política que pressupunha um trabalho coletivo, possibilitando aos militantes sentirem-se ativos no processo político, e para a militância mais jovem passava-se a importância da militância para além dos períodos eleitorais. Desta forma, esses núcleos também exerciam a função de “limitar a autonomia do núcleo dirigente partidário, na mesma medida em que estimulavam a politização e participação das pessoas” (TODT, p. 179, 2018). Contudo, o que levará o PT para uma mudança estrutural que se tornará verticalizada será a sua postura pragmática de priorizar os espaços de poder, conforme aponta Secco (2011), a partir da ideia de que as pautas de reivindicação abrangentes do partido só se efetivariam se obtivessem um maior apoio parlamentar. Isso se faz compreensível se analisarmos o quadro político nacional no período pós-ditatorial, ainda composto por maioria reacionária e conservadora (SECCO, 2011).

Em sua tese, Amaral expõe as transformações pelas quais o PT perpassa, concentrando-se no período entre os anos de 1995 e 2009. Ancorando-se na bibliografia especializada⁷, dando destaque às autoras referidas, demonstra a convergência entre elas sobre as características que deram origem ao partido, como o “forte enraizamento social, a natureza programática, a dinâmica democrática interna e a preocupação com a representação dos interesses das bases fizeram do PT uma anomalia” (AMARAL, 2010, p. 51). No entanto, sobre as transformações pelas quais o partido percorre, Amaral afirma:

De uma maneira geral, a literatura aponta para a caminhada rumo ao centro do espectro político, a desideologização do programa político, o comprometimento com a democracia participativa e com o respeito à ordem institucional, a maior ênfase nas disputas eleitorais, a profissionalização da

⁷ Meneguello (1989); Keck (1991);

estrutura partidária e a autonomização das lideranças com relação à base (AMARAL, 2010, p. 54).

Esse último aspecto salientado pelo autor, acerca da autonomização das lideranças petistas com relação à base, converge com o trabalho de Todt. Ao analisar o partido, expõe que a partir da ampliação de conquista de poder pelo PT, um progressivo afastamento com relação à base - que era o que caracterizava o partido desde a sua fundação – e uma postura mais centrista levando a tomadas de decisões verticalizadas começam a imperar dentro do partido (TODT, 2018). Seguindo, agora com o trabalho de Amaral (2010), esse apresenta um argumento esclarecedor sobre os motivos que levaram às transformações no partido, ao destacar duas análises, que se apresentavam como contrapostas, enquanto complementares, respectivamente:

Samuels prefere enfatizar elementos internos ao partido como fundamentais para entender essas transformações e mostra como a sobreposição de uma visão mais pragmática por parte das lideranças e dos militantes levou o PT a trilhar o caminho da moderação ideológica a partir da segunda metade da década de 1990 (2004, p. 1001). Para o autor, o número de militantes com uma postura mais pragmática aumentou nos anos 1990 devido às experiências de governo do partido no plano subnacional e à moderação na estratégia e nos objetivos de sindicatos e movimentos sociais, importantes componentes da base petista. Essa mudança na militância articulada às regras de democracia interna do partido forneceu a flexibilidade necessária para que a direção conseguisse conduzir o PT para um posicionamento ideológico mais próximo do centro do espectro político (SAMUELS, 2004). Além disso, o ambiente político composto por um eleitorado e um sistema partidário fragmentado produziu forte incentivo para que o partido moderasse suas posições para finalmente vencer as eleições presidenciais (AMARAL, 2010, p. 55).

Cabe notar que no 3º Encontro Nacional do partido, em 1984, já havia uma discussão interna que debatia o que chamavam de “crise de nucleação”, que seria justamente os primórdios do seu processo de verticalização e afastamento da base, considerando que a esquerda do partido apresentou propostas que visavam atribuir aos núcleos poderes decisórios. Apesar de todo o esforço da ala esquerda petista em aprovar sua proposta, venceu o grupo moderado, desautorizando o empoderamento dos núcleos. Perdurando o debate por toda a década de 1990:

[...] a esquerda partidária insistindo na defesa de maior empoderamento dos núcleos e culminou com a derradeira vitória do já então “Campo Majoritário” em 2001, quando o novo estatuto (Partido dos Trabalhadores, 2001) esvaziou ainda mais o papel das instâncias de base ao implementar o Processo de Eleições Diretas (PED). As consequências desse processo foram

diversas: a oligarquização da direção nacional, com crescente autonomia da Executiva Nacional do PT, frente ao Diretório Nacional e mesmo frente aos Encontros; o “declínio da militância”, com a passagem de uma agremiação militante a uma agremiação profissionalizada e predominantemente burocrática; a transformação do PT, de partido de militantes e ativistas, a um partido de cidadão votantes, chamados a se manifestar a cada três anos (TODT, p. 180, 2018).

Não é demais lembrar que o processo político é formado a partir de uma ampla gama de influências que se contrapõe constantemente sobre os projetos pré-estabelecidos, levando a uma construção dialética. Isto posto, é importante considerar que o esvaziamento dessa participação militante não se deu apenas a partir de uma força externa, como a influência do processo de globalização e neoliberalismo, mas também a partir de fatores internos “para fortalecer o partido nas disputas eleitorais, o campo majoritário petista desejava maior liberdade aos líderes, e o controle exercido pelos núcleos era uma limitação ao, como diria Panebianco (2005), ‘cheque em branco’ desejado pelos dirigentes” (TODT, p. 181, 2018). Ademais:

As escolhas do Campo Majoritário petista, que selaram o papel secundário dos núcleos de base, foram pautadas pelo pragmatismo. As alas moderadas viam risco muito maior em perder sua hegemonia para as tendências de esquerda através do empoderamento dos núcleos e portanto era muito mais interessante que os filiados passassem a ter participação mais “fluída”, menos orgânica. Esse sufocamento dos núcleos era necessário para a implantação da estratégia de centralização política promovida pela direção do campo majoritário petista. Entre 1997 e 2001, o percentual de delegados (as) presentes nos Encontros Nacionais que participavam de algum núcleo de base variavam entre 7% e 10%, em 2006 foi 2,5% e em 2007, 2,3% (TODT, p. 181, 2018).

O que se verifica a partir da citação é justamente o processo de verticalização, que fora justamente o oposto do que lhe proporcionou outrora participação política militante e obstinada, ao contrário do que se dará depois com uma militância profissionalizada (SECCO, 2011). Todavia, a contribuição desse tipo de prática política foi de extraordinária importância para o cenário político brasileiro (TODT, 2018), que se via limitado a uma direita conservadora e reacionária, um centro oportunista e uma esquerda comunista ortodoxa e dogmática. Outrossim, compreendendo o histórico político da sociedade brasileira, descrente de qualquer movimento coletivo, a construção do PT veio demonstrar que era possível construir um tipo de política mais participativa e menos burocratizada e centralista.

Ocorrerá, como já antecipado acima, uma postura do partido onde quanto mais ia ampliando seus espaços de poder, a partir de conquistas de cargos em prefeituras, câmaras

municipais, governos e cargos no parlamento, mais o partido se afastava da sua militância de base, dando lugar para o verticalismo e provocando “o rebaixamento da cultura e prática militante e fazendo com que a nova base do PT seja menos politizada” (TODT, p. 79, 2018). Esse processo se consolidará, conforme Todt (2018) com a eleição de Lula ao governo federal. Para demonstrar essa transformação, a seguir demonstraremos tomadas de decisões do governo Lula de forma vertical, ou seja, não sendo aprovadas por encontros ou congressos do partido, até porque sabia que teria ferrenha oposição em sua ampla gama de militantes e adeptos:

A linha de política econômica do primeiro governo Lula, bastante diferente da linha defendida até então pelo partido; a ampliação da política de alianças, com a participação de partidos que não constavam no quadro de alianças definidos pelo até então último Encontro Nacional do partido; a liberação da soja transgênica, que causando contrariedade, em especial, entre petistas ligados ao movimento ambientalista ou à pequena agricultura; o projeto de reforma da previdência, estopim para a expulsão da então senadora Eloísa Helena e dos então deputados João Batista Oliveira de Araújo (o Babá), Luciana Genro e João Fontes – que vieram a funda o PSOL – mas que também não foi aprovado no encontro nacional do partido e sua discussão não foi levada às bases partidárias (TODT, 2018, p. 179-180).

A partir do exposto, Amaral analisa como se dá a relação do governo Lula, o PT e a sociedade civil organizada entre os anos de 2003 e 2006 e observa que ocorre um distanciamento entre a sociedade civil organizada e o PT durante esse período. A autora afirma que esse afastamento se dá em decorrência da continuidade com a política econômica do governo anterior e “pela decepção por parte da sociedade civil organizada com relação ao grau de participação na administração Lula” (AMARAL, 2010, p. 56). Baiocchi e Checa (2007) segue linha semelhante, ao argumentarem que a principal mudança do PT no poder “não foi à caminhada rumo ao centro do espectro político ou a adoção de uma política econômica considerada conservadora, mas o abandono de uma das marcas da administração petistas: a construção de novas práticas democráticas” (BAIOCCHI e CHECA, 2007 *apud* AMARAL, 2010, p. 56).

A respeito das lideranças do PT e sua projeção exercida inicialmente enquanto delegados, Amaral (2010) descreve que:

Os Encontros e Congressos Nacionais do PT são as instâncias máximas de deliberação ‘sobre o programa, a estratégia, a tática, a política de alianças e as linhas de construção partidária’ (PT, 2001^a, p. 30). Deles participam delegados de todo o país escolhidos em seus respectivos encontros estaduais. A proporcionalidade é dada de acordo com a força do partido nas UFs: até 2001, de acordo com o número de filiados, e, a partir daquela data,

respeitando o número de votantes nos PEDs. Isso significa que, para um delegado chegar a um Encontro de nível nacional, ele deve passar por escolhas no nível local e estadual e ter algum tipo de inserção na máquina partidária ou projeção pública. Os dados [...] mostram que, em todos os Congressos sobre os quais dispomos de dados, pelo menos 85% dos delegados participavam de alguma instância partidária. Na sua maioria, eram membros de instâncias municipais e estaduais de todo o país (lideranças intermediárias). Outro indicador do grau de envolvimento dos delegados na vida partidária é o número de horas dedicadas por eles ao PT: 52% afirmaram dedicar, no 13º EM, em 2006, mais de 40 horas por mês para atividades partidárias. Isso nos permite afirmar que o conjunto de delegados compõe uma amostra representativa das lideranças da agremiação (AMARAL, 2010, p. 88).

Amaral demonstra que o PT passa a obter mais sucesso em número de filiações a partir de 2003, e essa ampliação está ligada diretamente a questões da organização interna do partido, como a “construção de uma máquina partidária mais eficiente, o esforço de nacionalização da estrutura petista e a redução nas barreiras de inclusão e nos custos de participação do filiado na vida da agremiação” (AMARAL, 2010, p. 100). Essas transformações ocorrem a partir de tensões ou resistências internas e:

[...] foram marcadas pela preservação de algumas características institucionais importantes, como a manutenção de mecanismos deliberativos participativos e a ausência de práticas clientelistas em larga escala, como pudemos ver com a análise do crescimento no número de filiados nos municípios em que o PT governa (AMARAL, 2010, p. 100).

Portanto, as mudanças que ocorrem no partido a partir da aprovação da PED (Processo de Eleições Diretas) não caracterizam um afastamento completo da base nas tomadas de decisões internas do partido, e sim uma redução dessa participação em decorrência da sua nova postura programática de institucionalizar-se na arena política. A partir do primeiro Estatuto do partido e o seu Regimento Interno, aprovado em 1981, nota-se a prática partidária de valorização da democratização interna no partido a partir dos seus núcleos:

Formados a partir do local de moradia, trabalho, categoria profissional ou movimento social, e com um número mínimo de 21 membros, os Núcleos tinham como funções atrair simpatizantes, integrar todos os filiados às atividades partidárias, servir de ligação entre a agremiação e os movimentos sociais, promover a educação política dos filiados e os debates em torno das principais questões em que o partido estivesse envolvido (PT, 1998, p. 83). A incorporação dos Núcleos no desenho institucional petista refletiu a dinâmica “basista” de seus grupos de origem, em especial os membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Novo Sindicalismo, e a preocupação com a construção de um partido que garantisse a participação

democrática de seus filiados (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991). Retomando Duverger (1980), Meneguello qualificou os Núcleos, a partir de suas funções e características, como um “tipo misto de ‘seções socialistas’ e ‘células comunistas’” (1989, p. 92). Como veremos mais adiante, os Núcleos foram a expressão concreta de um partido construído de baixo para cima, marca de nascença fundamental da agremiação e importante elemento de identidade entre os militantes petistas (AMARAL, 2010, p. 108).

A partir da implantação do PED, aprovada no 2º Congresso do PT, em 1999, e incorporada ao Estatuto do partido em 2001, ela se torna a principal forma de participação dos filiados, assim como o exerciam nos NB nos anos 1980, representando uma inovação organizativa das agremiações políticas brasileiras que até hoje só é exercida pelo PT sobre as escolhas das lideranças partidárias. Como já discutido anteriormente, o processo de implantação da PED envolvia o interesse do Campo Majoritário como forma de ampliar o poder do partido, embora alegasse estar propondo o aumento do poder dos filiados:

No que toca à instituição das eleições diretas para escolha dos dirigentes petistas, havia duas posições distintas, especialmente na segunda metade da década: a liderança partidária, composta pelo Campo Majoritário, mostrava-se a favor da instituição do PED. No Caderno de Debates sobre o Estatuto, publicado pelo DN em 1997, José Dirceu, então presidente do PT, e Danilo de Camargo, à época dirigente do PT-SP, defenderam abertamente a necessidade de alterar a processo decisório interno e ampliar o poder dos filiados (DIRCEU, 1997; CAMARGO, 1997). As posições da liderança partidária eram as mesmas que motivaram as decisões a respeito dos NBs descritas anteriormente: aumentar a base social do partido e transformá-lo em uma agremiação mais aberta a amplos segmentos sociais e com uma proposta eleitoral menos identificada com grupos radicais de esquerda. Nas palavras de Dirceu: “Temos que abrir o partido, distensioná-lo, profissionalizá-lo. O PT tem que se assumir como instituição [...] Somos e defendemos um partido de cidadãos, e não de militantes de vanguarda” (1997, p. 6). A visão do Campo Majoritário era de que isso deveria ser feito a partir da redução do poder dos grupos mais radicais de esquerda organizados no interior do partido, encarado como desproporcional à sua representação junto aos filiados. A posição dos moderados era de que o processo decisório baseado em Encontros não era efetivamente representativo do conjunto dos membros do PT por privilegiar os grupos organizados, o que acabava por afastar o partido de segmentos mais amplos da sociedade (AMARAL, 2010, p. 123).

Como mencionado no início dessa discussão, acerca das contradições pelas quais essencialmente perpassam teorias e práticas políticas, numa relação dialética, vê-se que um marco decisório de mudança na postura do partido se dá com a implantação do PED em 2001, onde, conforme bem expressa Todt a “votação passou a ser mais importante que o debate, e o

processo político muito mais suscetível ao poder econômico, ao personalismo, à influência dos quadros mais conhecidos e à influência externa de modo geral” (TODT, p. 182, 2018).

Sem essa compreensão da mudança de rumo tomada pelo partido, torna-se difícil entender o seu desenvolvimento político e eleitoral, assim como a forma que ele foi apreendido e representado pela imprensa ao longo da sua trajetória. No início da sua formação, o PT, de maneira semelhante ao ocorrido com o velho PCB dos anos 1940, em seu breve período de legalidade aonde chega a concorrer às eleições, e o PTB varguista e janguista, “o PT foi retratado em vários editoriais e artigos, ora como radical, populista ou politicamente irresponsável, ora como tudo isso junto” (AZEVEDO, 2016, p. 140). O que muda a sua representação é o fato do partido se converter ao jogo institucional e eleitoral, somado a inserção de um líder empresarial respeitado (José de Alencar) como vice e o novo discurso moderado depois concretizado na “*Carta aos brasileiros*, em 2002, garantindo a continuidade das políticas econômicas ortodoxas do governo FHC em caso de vitória, suavizaram ou desarmaram a antiga imagem partidária e sua representação negativa na grande mídia” (AZEVEDO, 2016, p. 140).

Nas eleições presidenciais de outubro de 2002, o PT conseguiu um exorbitante avanço no fragmentado Congresso Nacional, conquistando 18, 4% dos votos. Assim, o “crescimento, a transformação e a conquista do poder pelo PT numa época de predominância neoliberal e de colapso de numerosos partidos em toda a América Latina merecem atenção” (SAMUELS, 2004, p. 222).

Esse momento, de acordo com Azevedo (2016), seria de trégua entre a grande imprensa e o PT, trégua essa que não vinha por pura vontade, sabendo-se que esse respaldo surge num primeiro momento, pelo favoritismo e depois pela expressiva votação que levou Lula até o Palácio da Alvorada. O período de armistício é curto, durando apenas os dois primeiros anos do mandato de Lula, com a mídia no geral apresentando “uma expectativa crítica e cautelosa sobre os novos donos do poder e a sua conversão ao pragmatismo político e à política econômica ortodoxa, cujos fiadores, na gestão econômica, foram Antônio Palocci e Henrique Meirelles, ambos bem-vistos pelos setores conservadores” (AZEVEDO, 2016, p. 140). No entanto, essa trégua durou pouco, em razão do “mensalão”, arruína-se a boa vontade da imprensa com o novo governo e seus personagens, recolocando a imprensa no campo da oposição aberta, “agora, com o novo/velho método da escandalização política e a partidarização da corrupção, ambos usados no passado e reciclados no presente” (AZEVEDO, 2016, p. 140 - 141).

Antes da vitória eleitoral de 2002, o PT já se comprometeu com o mercado. Aloísio Mercadante chegou a ir à tribuna em um encontro estadual do PT em São Paulo para atacar a proposta de suspensão do pagamento da dívida externa, e sair vitorioso, pontua Secco. Esse ato, ainda conforme o autor, junto do lançamento da *Carta ao Povo Brasileiro*, em junho de 2002, fez com que investidores nacionais e estrangeiros se sentissem brindados com tal declaração. Na carta, Lula reconheceu que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena, além de anunciar que precisava “valorizar o agronegócio, reduzir a taxa de juros de forma sustentada, manter o equilíbrio fiscal e o superávit primário” (SECCO, 2011, p. 203), o que implicaria no controle dos gastos públicos. Sobre a mudança do partido da esquerda em direção ao centro:

Foi na campanha eleitoral de 2002 que o PT se utilizou de todos os recursos para mostrar que era um outro partido e que já estava apto a subserviência dos ditames neoliberais. Tirando lições da campanha de 1998, trabalhou com inteligência a relação entre essência e aparência. Na aparência procurou capitalizar a insatisfação existente contra as políticas neoliberais de FHC, apoiando-se na trajetória política de Lula, dando destaque ao seu passado de líder sindical, mas na essência organizou uma campanha de adaptação e sustentação do mercado econômico vigente. Na política de alianças, o Diretório Nacional estava mandatado pelo XII encontro nacional a construir um arco que incorporasse as forças políticas de oposição a FHC (GARCIA, 2012, p. 102).

Nobre vai ao encontro das reflexões de Garcia (2012) e Amaral (2010), ao afirmar que, Lula, em seu primeiro mandato, “manteve e mesmo aprofundou alguns aspectos da política econômica herdada no período anterior, sendo o mais intrigante deles, certamente, a manutenção não apenas do câmbio flutuante, mas da sobrevalorização da moeda” (NOBRE, 2013, p. 104 - 105), o que elevou as taxas de juros e inflação em relação ao que se considerava o padrão internacional. Contudo, Nobre destaca também que “já no período inicial do primeiro mandato de Lula começaram a ocorrer algumas mudanças importantes em relação à política econômica herdada” (NOBRE, 2013, p. 104 - 105), algumas delas, de acordo com a ortodoxia em vigor, reformas “microeconômicas relativas ao acesso ao crédito e ao sistema bancário de maneira mais geral” (NOBRE, 2013, p. 104 - 105).

O que é proposto nessa narrativa e sintomático dessa transformação é o fato de que os NB tinham a função de “limitar a autonomia do núcleo dirigente partidário, na mesma medida em que estimulavam a politização e participação das pessoas” (TODT, 2018, p. 179) e o que era efetivamente proposto por esse novo processo de decisão, o PED, defendido pelas lideranças, era proporcionar efetivamente uma maior autonomia a elas, frente aos seus

filiados. Ocorre que “ao mesmo tempo em que os filiados ganharam poder com a instituição do PED, os Encontros Partidários tiveram suas atribuições reduzidas ao perderem a possibilidade de escolher as direções do PT em todos os níveis” (AMARAL, 2010, p. 124), o que acarreta a diminuição dos incentivos “ao engajamento ativo nas discussões que os antecedem” (AMARAL, 2010, p. 124). Portanto:

O PED, outra inovação petista no cenário partidário brasileiro, simboliza essas mudanças. A implantação desse mecanismo, bem como suas regras, demonstra que o partido buscou, especialmente na última década, incluir o máximo possível de filiados ao seu processo decisório e que fez isso sem incentivar, em troca, um alto nível de ativismo. É importante destacar, porém, que a instituição das eleições diretas para a direção partidária reafirmou a preocupação do partido com a manutenção de um de seus principais diferenciais: a presença de mecanismos deliberativos participativos capazes de incorporar a base de filiados ao processo decisório interno. Dessa maneira, sua instituição é também reflexo das práticas partidárias forjadas nos 21 anos que a antecederam e demonstra que as transformações no desenho institucional petista, por mais significativas que sejam, guardam sempre as marcas de seus elementos organizativos originários (AMARAL, 2010, p. 130).

Azevedo busca correlacionar as fases políticas do PT com sua imagem e representação no campo midiático, classificando em três fases a relação entre a mídia e o petismo, “levando em conta, além da conjuntura política, três dimensões críticas da ação partidária: o *locus* da atuação do partido (movimento social/política institucional), alianças eleitorais (esquerda/centro-esquerda) e posicionamento ideológico (programa socialista/social-democrata)” (AZEVEDO, 2016, p. 141).

A primeira fase, que vai de 1980 a 2001, corresponde à fase de construção da identidade política do partido, tal como de sua expansão e capilaridade organizacional e da acumulação de capital eleitoral. Nos primeiros anos, de 1980 a 1990, “o partido constrói sua imagem programática e discursiva e sua prática é, antes de tudo, orientada para a organização, a mobilização e a representação dos movimentos sociais em que atua” (AZEVEDO, 2016, p. 141). Esse período corresponde ao período heroico, “de construção da identidade política, que Panebianco (2005:91) denomina de momento fundador da mitologia partidária. O partido está impregnado de voluntarismo político, espírito transformador e revolucionário e uma vaga e genérica ideologia socialista” (AZEVEDO, 2016, p. 141). Em outras palavras, o PT era um incentivador e um porta-voz das demandas sindicais e de grupos socialmente minoritários, que iam desde feministas até os sem-terra do universo rural (AZEVEDO, 2016).

No outro plano, no caso, da política institucional e na disputa eleitoral, o partido se apresenta, para além da sua oratória da defesa dos trabalhadores, “com um programa de fundo nacionalista, estatizante e reformista atualizado para os novos tempos, o que o fazia herdeiro direto das bandeiras políticas mais amplas do trabalhismo varguista dos anos 1950 e dos anos 1960 do período janguista” (AZEVEDO, 2016, p. 141). Por conseguinte, e não obstante a política de classe, o PT continuava com a tradição da esquerda brasileira, seguindo um projeto nacional-estatista-desenvolvimentista, recolando, dessa forma, no centro da política brasileira “a clivagem básica que tinha dividido ideologicamente as forças políticas na democracia de 1945 e unindo a grande imprensa contra a esquerda trabalhista” (AZEVEDO, 2016, p. 141 - 142).

Os princípios programáticos, no plano das coligações partidárias, durante esse primeiro período, eram de “aliança ‘puro sangue’ com os partidos que compartilhavam os mesmos valores projetaram, no imaginário político, uma imagem de pureza política e ideológica” (AZEVEDO, 2016, p. 142). Isto posto:

Esta imagem, combinada com o discurso ético e a crítica ao poder e à corrupção, cujo momento culminante se deu no processo de *impeachment* de Collor, consolidou em parte do eleitorado um perfil positivo de partido ideológico, programático, ético e moralmente puro – e comprometido com os pobres e os excluídos (AZEVEDO, 2016, p. 142).

Paralelamente às grandes mídias constroem uma imagem oposta, a partir da ótica dos setores mais conservadores, “com o PT sendo um partido intransigente e dogmático (entre os exemplos, estavam à rejeição à Constituição de 1988 e a negativa de participar do governo de transição de Itamar Franco)” (AZEVEDO, 2016, 142). Para mais, dizia que “dividido em facções radicais, que se digladiavam internamente pelo controle político, inexperiente na gestão governamental, hostil à economia de mercado e pouco confiável em sua crença na democracia representativa” (AZEVEDO, 2016, p. 142). Uma parte dessas críticas, especialmente no que diz respeito ao pensamento econômico do partido, são reiteradas e ampliadas no início dos anos 1990, momento em que após a derrocada dos regimes socialistas do leste Europeu, surge nova onda conservadora e a ascensão do chamado pensamento neoliberal, e das forças políticas favoráveis à privatização, além da “abertura e desregulamentação do mercado e à redução do Estado, vistos, pela maior parte da nossa imprensa, como a única via para a modernização política, econômica e gerencial do país – e, no Brasil, identificada com o governo FHC, eleito em 1994 e 1998” (AZEVEDO, 2016, p. 142).

Esse aspecto, onde a imprensa vê a partir do neoliberalismo a única forma de modernizar a política é absolutamente nítida nas colunas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli à *Folha*, com uma frequência rotineira de exaltações a políticas de redução do Estado, como as empreendidas por Temer e reiteradamente elogiadas por Reinaldo Azevedo, como se verá no capítulo 3.

Na segunda fase, de 2002 a 2005, inicia-se anteriormente, com a eleição de José Dirceu para a presidência do partido em 1995. Tendo por apoio as correntes Articulação dos 113 - da qual Lula fazia parte -, e da Democracia Radical, que compunham no período o então denominado Campo Majoritário, ao longo dos três mandatos, pois fora reeleito em 1997 e 1999, Dirceu passa a redefinir profundamente o partido em três novas direções. Com relação à ação política, ele irá direcionar o foco para o campo político-institucional, incentivando a disputa eleitoral ensejando a conquista de mandatos e a atividade parlamentar e governamental. Ou seja, “o partido passa a assumir, finalmente, a lógica e o comportamento que devem guiar os partidos e que fazem parte de sua natureza intrínseca: disputar, representar e exercer o poder através do voto e não apenas demandar ao poder, como é próprio dos movimentos sociais” (AZEVEDO, 2016, p. 143).

Essa nova estratégia surge em consequência direta do crescimento eleitoral do PT nos anos anteriores, uma vez que em 1982 tivera elegido apenas oito deputados federais, dez anos depois, contava com uma bancada expressiva de 49 deputados, deste modo:

Os números são mais impressionantes, ainda, nos resultados eleitorais que o partido teve no plano municipal: entre 1992 e 1996, o PT expandiu o número de prefeituras sob seu controle de apenas 2 para 110 (crescimento de 5.400%), conquistando inclusive capitais de Estado e elegendo seus primeiros governadores. Esse crescimento acelerado e significativo, num curto espaço de tempo, ao lado da sua expansão organizacional, tornaram rapidamente o PT numa das organizações políticas do País e num partido eleitoralmente competitivo no plano nacional (AZEVEDO, 2016, p. 143).

O que se tornaria necessário, em vista da nova postura do partido de dar ênfase à disputa eleitoral e na ação institucional, seria a redefinição da política de alianças, que, por sua vez, acaba por demandar mais uma mudança, agora no plano ideológico. Essa mudança vem aparecer em 2002, quando o partido abandona a ênfase em questões ideológicas do passado, aposentando, inclusive, as palavras de ordem do passado, sendo vistas apenas como letra sem significação própria nos documentos programáticos. Assim sendo, embora continue à esquerda do centro e se autodenomine “formalmente como socialista (princípio reafirmado, inclusive, no 3º. Congresso Nacional, em 2007), o discurso assume a tonalidade da retórica e

da prática política social-democrata, ao explorar os temas das desigualdades sociais e das políticas redistributivas” (AZEVEDO, 2016, p. 144 - 155), além do fato de que propunham mudanças e soluções dentro da ordem econômica capitalista (AZEVEDO, 2016).

Confirmando seu deslocamento ideológico, dá-se o lançamento, em 2002, da *Carta aos Brasileiros*, onde o PT e Lula, enquanto candidato à presidência, assinam como fiadores, se comprometendo “em manter as bases da política monetária e fiscal do governo anterior, negociados com o FMI e o Banco Mundial, abandonando, desta forma, o caminho das políticas heterodoxas defendidas em campanhas anteriores” (AZEVEDO, 2016, p. 145).

Destarte, em 2002, a campanha eleitoral de Lula irá sintetizar todas estas transformações, “que será vivida pelo partido nas três dimensões (*locus* de atuação, alianças e ideologia), aqui assinaladas e comentadas” (AZEVEDO, 2016, p. 145). As campanhas petistas anteriores, conduzidas de maneira semiprofissional e apoiada basicamente na equipe de voluntários até 1998, passou a ser gerida, a partir de 2002, de forma moderna, com profissionais de *marketing* político, como Duda Mendonça, antigo marqueteiro de Sarney, além de orientada por pesquisas eleitorais e produzida por publicitários especializados em comunicação política. Destarte:

Esse time de *experts* assumiu o controle e as decisões de campanha e redefiniu a imagem pessoal e política de Lula, aposentando o irado líder sindical barbudo do passado e o substituindo pela imagem madura de um Lula ‘paz e amor’, de barba grisalha, conciliador e moderado. O novo petismo deixava no passado a antiga imagem de um partido ‘antissistema’ e ‘irresponsável’ e o novo Lula aposentava sua figura de líder radical e perigoso para as elites (AZEVEDO, 2016, p. 145).

É interessante perceber o poder de influência dos *experts*, tendo em vista que na campanha de 2002 o partido projeta uma imagem que se tornou forte o suficiente para neutralizar a posição historicamente crítica da mídia acerca do petismo e seu candidato. Desse modo “uma leitura dos editoriais mostra que as antigas objeções de esquerdismo e radicalismo foram suspensas ou amortizadas e a sempre renovada acusação de populismo foi bloqueada pela *Carta aos Brasileiros*” (AZEVEDO, 2016, p. 145). Além do mais, o contexto eleitoral de 2002 era desfavorável às forças de centro-direita considerando o desgaste do segundo mandato de FHC. A partir desses fatores, a grande imprensa resolve abrir um crédito ao novo petismo, “convertido momentaneamente às políticas ortodoxas e usando uma linguagem política moderada e polida politicamente. Como registrou Goldstein (2015), ao analisar as páginas de opinião do *Estadão*, este era um momento de expectativa” (AZEVEDO, 2016, p.

145-146) e de trégua, que se estenderá aos dois primeiros anos do governo Lula (AZEVEDO, 2016).

A última fase que Azevedo analisa a relação da mídia com o PT se dá entre 2005 e 2014, fase essa que irá percorrer três eleições presidenciais, iniciando com as denúncias do “mensalão”. Resumidamente, a partir de denúncias de corrupção nos Correios, publicada pela *Veja* em 18 de maio de 2005, e, menos de um mês depois, em sete de junho, têm-se a entrevista de Roberto Jefferson acusando o núcleo do governo Lula “de financiar bancadas, em troca de apoio parlamentar e comprar votos no Congresso Nacional, com dinheiro de propina. Dois dias depois, foi instalada uma CPI no Congresso Nacional com grande cobertura na mídia e repercussão na opinião pública” (AZEVEDO, 2016, p. 146).

Referente à militância quase exclusivamente remunerada, ocorre que acaba por repelir os militantes voluntários, tornando essa militância terceirizada submissa política e financeiramente perante as lideranças (SECCO, 2011). Sobre a terceirização da comunicação partidária, a partir da campanha de 2002, com a contratação de Duda Mendonça, Ribeiro expõe:

As relações entre a direção nacional petista e Duda Mendonça se tornaram bastante estreitas entre 2003 e 2005, fazendo do ex-malufista o *publicitário oficial do PT*, responsável pelos programas partidários na televisão, pela contratação de pesquisas, pela modernização dos símbolos partidários etc. Apenas pelos serviços institucionais, contratados diretamente pelo DN, Mendonça recebeu R\$ 4 milhões entre 2003 e 2005, segundo dados oficiais (RIBEIRO, 2008, p. 119 – 120).

Se tratando da contratação do então renomado Duda Mendonça para publicitário do PT, Secco expõe uma reflexão devida aos novos passos que o PT passaria a dar em direção ao centro do espectro político ideológico:

Perder com Carlito Maia foi diferente de vencer com Duda Mendonça. Decerto, é sempre melhor vencer, diriam alguns. A que custo? Perguntariam outros. O primeiro era aquele publicitário de alma petista. O segundo, o operador de marketing de Paulo Maluf. Mas é melhor manter os princípios e nunca chegar ao governo e não fazer mudanças favoráveis aos mais pobres? Chegar *assim* ao poder muda *essencialmente* a sorte dos de baixo? O debate seria infundável e caba ao historiador compreender e não julgar (SECCO, 2011, p. 204 - 205).

No que tange às formas de financiamento do PT, entre os anos de 1980 e 2005, pode-se dividi-la em três fases, sendo a primeira caracterizada, a partir da tradição da esquerda, “de um maior controle sobre os parlamentares, a busca pela autonomia financeira, e a escassez

dos recursos públicos distribuídos diretamente aos partidos geraram o predomínio das contribuições obrigatórias de detentores de cargos públicos até 1995” (RIBEIRO, 2008, p. 171). Na segunda fase, a partir de 1996, “o fundo partidário passa a ser a principal fonte de receitas. Na terceira fase, iniciada em 2000, as doações de grandes empresas passam a representar grossas fatias de arrecadação; em anos eleitorais, só perdem para os recursos do fundo” (RIBEIRO, 2008, p. 171). Dessa forma, essa transformação da estrutura de financiamento acaba por ser um instrumento para a modernização das campanhas eleitorais petistas.

A partir do desenrolar do processo do “mensalão”, o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, pede renúncia e ainda ocorre a prisão de dirigentes do partido. Com relação ao escândalo, o debate político girava em torno de uma guerra de versões, tendo a oposição defendido a tese de que o PT comprou apoio político com dinheiro sujo, enquanto o próprio Lula assumia apenas o uso de caixa dois para o financiamento de campanhas eleitorais, em entrevista concedida no dia 17 de julho de 2005 à jornalista *freelancer* Melissa Monteiro, prática essa, na versão petista, tradicional no cenário político brasileiro. Seja como for, “estava aberta a caixa de Pandora e, apesar de vários políticos e partidos (PTB, PR, PP) da base aliada estarem envolvidos no episódio, todos os males e responsabilidades políticas foram atribuídos, tanto pela oposição como pela grande mídia, ao PT e ao governo petista” (AZEVEDO, 2016, p. 146).

No período mais crítico do escândalo do mensalão, Nobre expõe que o governo Lula continuou “com a diretriz de olhar para os dois extremos sociais, mantendo um olho na política ‘ultraortodoxa’, satisfazendo os interesses dos estratos mais ricos, “e o outro na expansão de políticas compensatórias para os mais pobres” (NOBRE, 2013, p. 114), especialmente “nos aumentos reais do salário-mínimo, nos chamados Benefícios de Prestação Continuada e no Programa Bolsa Família” (NOBRE, 2013, p. 114). Afora isso, também trouxe para o centro do debate uma porção de outras desigualdades a serem combatidas, como as de raça, gênero e acesso à universidade. Ainda de acordo com o autor, o governo Lula conseguiu sair da crise sem grandes danos, tendo em vista o contexto internacional que fora altamente positivo para a balança comercial:

Todo o primeiro mandato de Lula e quase a integralidade dos primeiros anos do segundo mandato coincidiram com uma conjuntura internacional que foi altamente positiva para balança comercial. Na ausência de crises financeiras internacionais, não houve dificuldade em financiar a dívida pública. Em consequência, desde 2003, a vulnerabilidade externa do país foi radicalmente reduzida, a ponto de o Brasil ter liquidado sua dívida com o FMI e reduzido a dívida externa a um nível insignificante. O que não apaga o fato de a dívida interna permanecia bastante alta e cara, já que a taxa de juros continuava em níveis historicamente muito altos. Esse ambiente favorável e

tranquilo foi particularmente importante para que o governo Lula pudesse superar a crise do mensalão (NOBRE, 2013, p. 115).

É possível perceber que, embora a insatisfação de grande parte da classe média e do empresariado, o que acabou por manter o governo Lula fora basicamente a conjuntura internacional favorável, que em grande medida foi um fator determinante para as escolhas políticas dessas classes.

O caso do “mensalão” ganhou enorme visibilidade nas capas e reportagens dos grandes jornais e revistas, tendo ainda, nesse sentido, a mídia eletrônica nos meios digitais ampliando sua audiência. O posicionamento dos grandes jornais “era abertamente publicizado nas páginas de opinião, em editoriais e artigos, nos quais o discurso da oposição, como a imprensa fez nos anos 1950 em relação ao governo Vargas e nos anos 1960 contra Jango, era encampado e reproduzido pela maioria dos articulistas e colunistas” (AZEVEDO, 2016, p. 147).

Outrossim:

Os dados da nossa pesquisa confirmam que a imagem e a representação na mídia do petismo e dos governos petistas foram não só negativas (como mostram as valências das manchetes e dos editoriais) ao longo dos anos, como foram objetos de pacotes interpretativos distintos, usados de acordo com a conjuntura. Estes pacotes interpretativos reproduzem essencialmente os mesmos acionados no contexto dos anos 1950 e 1960 para enquadrar o varguismo e o governo Jango: populismo e/ou radicalismo político (ambos definidos como atributos negativos) e corrupção. No caso do PT, com o partido atuando na oposição até 2001, nesta fase, a representação do petismo foi o seu esquerdismo – usualmente definido como radical e/ou populista. Com o partido no poder e depois do “mensalão”, o pacote prevaiente foi o da corrupção, sendo o partido enquadrado como uma organização corrompida e/ou criminoso (AZEVEDO, 2016, p. 148).

A partir desses pacotes interpretativos, em sua essência negativos utilizados pela imprensa contra o PT, antes e depois de Lula assumir o poder Executivo “foram embalados num conceito-síntese de forte conotação negativa e reiteradamente usado nos editoriais através do termo ‘*lulopetismo*’” (AZEVEDO, 2016, p. 149). Essa expressão é associada à ideia de um partido que aparelha o Estado para manter seu projeto de hegemonia política. Passa a ser usada após o “mensalão,” como um bordão político por colunistas de direita – e, para antecipação, comumente utilizados pelos colunistas Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli à *Folha*- que também atuam em *blog*, a fim de ampliar sua rede antipetista - como “*O Antagonista*, a revista *Veja* e rádio *Jovem Pan*, conservadores, recria e atualiza, com um novo significado, antigos significados, como a expressão “varguismo” – que demoniza

politicamente a ala esquerda trabalhista nos anos 1950 e o nacional-desenvolvimentismo da época” (AZEVEDO, 2016, p. 149).

A datar do “mensalão”, a imagem ética do PT é estilhaçada, o que era uma característica do partido desde a sua fundação e marca o fim da trégua e da atitude de expectativa da grande imprensa sobre o petismo e o governo Lula. O que é importante para pontuar e dar ênfase é que a trégua informal coaduna com parte da classe média urbana e leitora da grande imprensa, que havia se desiludido com o segundo mandato de FHC e votado em Lula em 2002. Contudo:

Com o “mensalão”, esta classe média, sempre a mais sensível a questões morais e aos escândalos políticos, voltava não só ao leito natural de centro-direita como iria gerar, nos anos vindouros, um antipetismo visceral que cresceria até atingir a aguda polarização política nas eleições de 2014 e as volumosas manifestações de rua, em 2015 e 2016, contra o governo Dilma e pelo seu *impeachment*. Esse antipetismo alimentou-se, em boa medida, como ocorreu no antivarguismo de 1950, da percepção de que o PT e o governo petista eram intrinsecamente corruptos. Percepção essa, tanto no caso do “mensalão” em 2005, quanto da “Lava-Jato”, em 2014, produzida pela cobertura massiva da mídia, frequentemente de modo sensacionalista (nas quais as capas e matérias da revista *Veja* são exemplos e marcada pelo que Nunomura (2012, p. 125) denominou de denúncia antecipada, com foco e objeto no PT e no governo petista (AZEVEDO, 2016, p. 146-147).

A partir da eleição de 2006 é possível identificar trocas de posições sociais no interior da coalizão majoritária formada pelo partido, em que a classe média se afastou e o subproletariado aderiu a Lula como representante. A seguir, Singer discute essa mudança:

Por isso, a meu ver, 2002 pode ser o marco inicial de fase prolongada no Brasil, como aconteceu nos EUA com a ascensão de Franklin Delano Roosevelt. Em 1932, nos EUA, assim como em 2002 no Brasil, numa típica eleição de alternância, forma-se nova maioria. Em 2006, em pleito de continuidade, há relevantes trocas de posição social no interior da coalizão majoritária: em função das opções governamentais tomadas no primeiro mandato de Lula, a classe média se afasta e contingentes pobres ocupam seu lugar. Isso quer dizer que, embora o processo de mudança tenha começado em 2002, a eleição decisiva do ponto de vista das classes, na qual o subproletariado adere em bloco a Lula e a classe média ao PSDB, é a de 2006 (SINGER, 2012, p. 14).

Esse reagrupamento, em que a classe média se afasta, acaba sendo ocupado pelos contingentes mais pobres e se dá, em certa medida, pela melhoria na qualidade de vida de aproximadamente 50 milhões de pessoas que se encontravam à margem da sociedade (SADER, 2009). O afastamento da classe média se dá, de acordo com Singer, a partir do momento em

que estoura o escândalo do “mensalão”, denunciado por Roberto Jefferson em junho de 2005. Nas palavras de Singer, “paralelamente, o ‘mensalão’ catalisou o afastamento da classe média, invertendo a fórmula de 1989, quando Lula foi derrotado exatamente pelos mais pobres, que tinham votado em Collor” (SINGER, 2012, p. 16).

No próximo capítulo discutiremos as características do que é ser petista, ou seja, quais as suas principais pautas e reivindicações, procurando demonstrar em seguida as peculiaridades do que é ser antipetista. Isto feito, o capítulo 3 passará a evidenciar os conceitos chaves usados pelo grupo antipetista para desqualificar e justificar sua repulsa ao partido. Criados pela própria intelectualidade nacional na esteira do modernismo de Parsons⁸, a partir do início do século XX e enraizada na academia e no imaginário popular ainda hoje, esses conceitos inferiorizam a sociedade brasileira e procuram deslegitimar o voto popular, principalmente a partir do sufrágio universal.

Também procurar-se-á descrever a formação da classe média, que a partir de 2005, com o escândalo do “mensalão”, irá voltar não só “ao leito natural centro-direita como irá gerar, nos anos vindouros, um antipetismo visceral” (AZEVEDO, 2016, p. 146). Como objeto de análise dessa narrativa, esse antipetismo, conforme esclarecido por Azevedo (2016), terá representações oriundas do período varguista e janguista, nas décadas de 1950 e 1960, especificamente na corrupção, no populismo, no antiesquerdismo e no anticomunismo, que será mais bem discutida a partir das reflexões de Souza (2017; 2020).

Essas obras, de repercussão ampla na contemporaneidade, permitem compreendermos as formações das classes sociais no Brasil sob uma nova ótica. Primeiramente, por não pensar as classes sociais apenas de maneira economicista, como fazem tanto a direita liberal como a esquerda marxista. A outra é compreender a escravidão de mais de 350 anos não de maneira superficial, e sim percebendo-a como a responsável pela população que vive a margem da sociedade, como consequência de um projeto imperialista aliado aos interesses elitistas nacionais. Ademais, sendo as respectivas obras desenvolvidas a partir de uma análise crítica das obras de Sérgio Buarque de Holanda, o autor nos possibilita pensar a história nacional de forma mais concreta que a simbólica e suposta corrupção natural por consequência da colonização portuguesa como o principal problema da nossa sociedade.

⁸ Talcott Parsons foi um sociólogo estadunidense criador e principal expoente da teoria da modernização. Essa teoria, segundo Souza, legitimou politicamente a ideia de que os estadunidenses possuíam uma excepcionalidade cultural e social (SOUZA, 2020).

1.5 Representação

A partir da História Cultural, tendo em Roger Chartier seu principal formulador, utilizaremos neste trabalho o conceito de representação, com o objetivo de proporcionar uma leitura ampla do modo como o antipetismo se manifesta e os grupos envolvidos que articulam sua visão de mundo a partir desse conceito. Como o autor é uma referência recorrente na área das ciências humanas, e por isso conta com uma ampla produção a respeito, esse capítulo não se propõe a elucidar sobre a História Cultural e seus conceitos, e se restringe a demonstrar as formas que serão utilizados os conceitos dentro dessa narrativa.

Para Chartier (2002), o objetivo da história cultural é assinalar os modos de entendimento da realidade social. O objeto da história cultural é, segundo Chartier, “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16 - 17). Em outras palavras, elucidada por Barros (2005), o objeto da história cultural são os “esquemas intelectuais por meio dos quais os homens se apropriam do mundo circundante” (BARROS, 2005, p. 127). O que é pretendido a partir dessa colocação é descrever as formas ou maneiras sociais de construção e significação da realidade. A contribuição decisiva de Chartier para a história cultural, conforme Barros, se dá a partir das noções complementares entre práticas e representações:

De acordo com este horizonte teórico, a Cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois polos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações”, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois polos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”. Será imprescindível clarificar, neste passo, estas duas noções que hoje são de importância primordial para o historiador da Cultura (BARROS, 2005, p. 131).

Buscando demonstrar o que seriam, então, as práticas sociais, o autor complementa dizendo que essa noção deve ser entendida tanto a respeito das instituições oficiais de produção cultural como “também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador” (BARROS, 2005, p. 131). Seriam, desta maneira, práticas culturais “não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se

calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se” (BARROS, 2005, p. 131).

É preciso salientar que Chartier é tributário de diversos pesquisadores que o permitirão reelaborar conceitos que possibilitará a reconstrução de um período histórico a partir dos significados e dos significantes culturais do grupo a que se estuda. Carvalho explica sobre esse aspecto:

Para a elaboração de caminhos conceituais que orientem a pesquisa dessa história cultural entre práticas e representações, Chartier recorre à contribuição de vários autores que, de modo cumulativo, tornaram conceitos como os de “representações coletivas” e “apropriação” operacionalizáveis (e aqui Chartier segue Bourdieu, para quem o trabalho de conceituação é sempre cumulativo) (CARVALHO, 2005, p. 149).

A partir dessa consideração, o autor segue descrevendo os aspectos centrais da história cultural, e complementa:

O conceito de representações proposto por Chartier é delineado com o acúmulo de contribuições de vários autores. De início, os trabalhos de Bourdieu aparecem como base na qual Chartier se apoia. As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CARVALHO, 2005, p. 149).

Aqui se apresenta um aspecto importante da teoria de Chartier que será observado a partir desse trabalho. Uma vez que as representações são variáveis de acordo com os grupos ou classes que se apresentam, ela demonstra que as lutas entre as classes se dão também no âmbito simbólico. A partir da compreensão de que elas aspiram a universalidade, mas são engendradas pelos interesses dos grupos que as forjam, demonstrando que o poder e a dominação estão sempre presentes, e, portanto, evidenciam uma luta de classes anterior ao aspecto estritamente econômico.

Assim, o antipetismo é compreendido como uma representação fabricada pelas classes dominantes que visam impor às demais classes, em especial as classes médias, suas

visões de mundo a partir da imprensa. Deste modo, demonstramos que a partir dos conceitos de patrimonialismo e populismo, criados pela intelectualidade brasileira no início do século XX, a elite nacional, sob o comando do imperialismo estadunidense, se utiliza da imprensa, que também compõe essa elite nacional, com o monopólio da rede de comunicação restringido a quatro famílias, como demonstrou Souza (2017), e torna a classe-média sua aliada na defesa de interesses que na realidade são os da própria elite econômica. A partir da imposição de sua forma de ler e compreender o mundo, sabendo-se que as representações “não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CARVALHO, 2005, p. 149) criam o pacto antipopular entre a elite e as classes médias.

Chartier demonstra que são três os principais aspectos ou características das representações. A primeira refere-se à especificidade ou particularidade, que define que uma representação remeterá sempre a um segmento ou classe social específica e não de maneira universal. Isso fica evidente se observarmos as especificidades que cada grupo ou segmento social interpretam a mesma obra. Chartier exemplifica demonstrando que judeus e muçulmanos interpretam de forma distinta a noção de paraíso ou da vida após a morte. Nas palavras do autor:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p. 17).

Relacionando ao antipetismo, compreendendo que a *Folha*, fonte escolhida para realizar este trabalho, não apenas lê e apreende o mundo a partir do segmento social dominante, no caso, a elite financeira e proprietária brasileira, como é também componente dessa elite. Assim, quando Chartier expõe que essas representações são relativas, sempre remetendo a um segmento social específico, isso fica evidente ao observar as colunas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli à *Folha*, pois, como o próprio periódico apresenta uma postura política liberal, corriqueiramente os colunistas citados se posicionam também enquanto liberais (no caso de Reinaldo Azevedo, principalmente, uma vez que Demétrio Magnoli apresenta-se mais enquanto conservador) e exaltam políticas implementadas com esse viés. Esse aspecto será demonstrado neste capítulo, no item 3.5, quando se verá elogios de Reinaldo Azevedo à Michel Temer ao aplicar o projeto liberal de congelamento dos

investimentos públicos em saúde e educação por vinte anos, um dos objetivos pretendidos após o golpe de 2016.

O segundo aspecto das representações descritas por Chartier será o do empenho. Para o autor, as representações também existem enquanto disputas, habitando em torno das concorrências. O que é verificado a partir dessa colocação é que compreensões dos aspectos sociais não se configuram como discurso neutro, pois “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 2002, p. 17). Para mais:

Por isso, essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17).

Esse aspecto, como evidenciado, é muito importante para compreender o que é proposto por essa narrativa. Sabendo que as representações estão sempre remetidas a um segmento social específico e que isso não se dá sem lutas internas, a *Folha de S. Paulo* e os colonistas escolhidos representam os interesses das classes dominantes em detrimento das classes médias e populares. Para exemplificar como isso se dá, a partir de um aspecto desse trabalho, tem-se, por exemplo, que a *Folha* a partir de seus colonistas tende a chamar as práticas dos povos indígenas, por exemplo, a retomada, quando verificam que são seus territórios sagrados e passam a ocupá-los de “invasão”. Esses dois conceitos, que aparentam ser neutros, implicam duas maneiras distintas de ler a realidade e, portanto, duas representações distintas da mesma prática. A primeira, a de retomada, legitima a posse da terra pelos povos originários em detrimento da de invasão, que legitima, em contrapartida, a propriedade privada e a acumulação capitalista, por consequência.

Durante a análise das fontes percebeu-se outro aspecto interessante com relação às concorrências, uma vez que quando Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli referem-se ao MST, em muitos momentos, não enquanto movimento social e sim enquanto terroristas, ou exército armado do PT, como demonstraremos à frente. Esse aspecto cabe também com relação às pautas do MTST, que também vagueiam sob esses dois polos interpretativos, ou seja, o de ocupação e o de invasão.

O terceiro aspecto da história cultural, portanto, se dá no fato de que ela será sempre coletiva e nunca individual. Aqui se enquadra o antipetismo. As representações que permeiam o âmbito social, a partir da imprensa, sob o comando do imperialismo estadunidense a subserviência da elite nacional, vão ganhar corpo e forma e se materializarão em atos. As corriqueiras colunas com caráter negativo ao PT e a suas lideranças, como mostrou Azevedo (2016) e Santos (2016), irão construir uma representação do partido que resultará na total aversão a essa sigla por esse grupo antipetista. Predominantemente de classe média, esse grupo que irá compor a tropa de choque (SOUZA, 2017) dos interesses elitistas.

Ao representar o partido como o mais corrupto, ou de maneira mais singela, com constantes ataques velados, cria-se o ambiente perfeito para que os interesses das classes dominantes se mantenham intactos. Essa classe média irá se portar como a defensora da moralidade na política, pois como não possuem o capital econômico, lhes sobra apenas o capital cultural para distingui-los da elite e das classes populares. Essa elite irá impor a sua maneira de “ler” o mundo, que incorporada pelos periódicos de grande circulação nacional, alienaram a classe média para ir às ruas quando necessário para manter privilégios que não são os seus, e sim desse grupo dominante que impõe sua maneira de interpretar o mundo. Essas representações se tornam, portanto, atos, que são capazes, como visto em 2016, de destituir uma presidente eleita a partir dessas disputas ou concorrências, evidenciando que as representações, conforme Chartier (2002) descreve, expressam conflitos de interesse.

Soma-se a esses três aspectos a noção de apropriação, do mesmo autor. Para ele:

A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 2002, p. 27).

Esse aspecto evidencia a preocupação do autor de romper com a ideia de que textos e obras possuem um “sentido intrínseco” (CHARTIER, 2002, p. 27). A apropriação, portanto, busca não desconsiderar também a individualidade dos atores sociais, sendo uma maneira de como os leitores se apoderam do que é lido na realidade.

A seguir, iniciaremos uma discussão a partir de Pierre Bourdieu (1989) sobre o conceito de violência simbólica, que será utilizado nessa narrativa para demonstrar que o antipetismo se manifesta enquanto uma violência simbólica exercida principalmente pela classe média, sem ela, contudo, deixar de sofrer com essa mesma violência, com a apropriação de um leitura social a partir de estruturas estruturantes e estruturadas que os fazem defender os interesses da classe dominante acreditando ser os seus. No caso da classe média, ela de certa forma, como será demonstrado a seguir, será tanto vítima como algoz.

1.6 Violência simbólica

De Pierre Bourdieu, sociólogo contemporâneo também de grande influência nas ciências humanas, emprestamos o conceito de violência simbólica. O objetivo deste subcapítulo será promover um debate que situe as práticas antipetistas realizadas pela imprensa, a partir da *Folha de S. Paulo* enquanto uma violência simbólica. Como relata Souza (2014), a teoria de Bourdieu apesar de recente, acabou por se tornar um clássico dentro da academia, não se restringindo apenas ao campo sociológico e “uma grande preocupação em seu pensamento expressada em diversas de suas obras é entender os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Para tal, Bourdieu utiliza os conceitos de ‘campos’, ‘habitus’, ‘violência simbólica’ e ‘capital simbólico’” (SOUZA, 2014, p. 140). Apesar de se apropriar apenas do conceito de violência simbólica, para elucidar sobre os usos nessa narrativa de tal conceito, precisaremos fazer uma discussão que abranja minimamente mais dois destes conceitos para possibilitar a compreensão de como se produz e reproduz uma violência simbólica a partir do antipetismo na *Folha*, ao tornar um preconceito de classe oculto enquanto o que se manifesta é o subterfúgio de um falso moralismo.

Partindo inicialmente do conceito de “poder simbólico”, Bourdieu (1989) dirá que o poder simbólico é um tipo de poder que se manifesta de forma oculta, mas que também em alguns casos pode se materializar em práticas. O poder simbólico “é aquele que não se mostra como um poder, não aparenta ser um meio de coerção, é o poder que o indivíduo não sabe ou não se apercebe que está sendo dominado” (SOUZA, 2017, p. 140). Bourdieu (1989) explica esse mecanismo de dominação inconsciente:

Os “Sistemas simbólicos”, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são

estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (BOURDIEU, 1989, p. 9).

O que Bourdieu (1989) ensina a partir do conceito de poder simbólico é que a partir da construção da realidade, impõe-se a toda a população a ideologia⁹ da classe dominante, que é interiorizada pela classe dominada a partir das estruturas estruturantes e estruturadas. Souza (2014) nos esclarece melhor sobre essa concepção:

O que Bourdieu quer dizer é que uma estrutura só pode ser estruturante porque é estruturada. Darei um exemplo. Uma estrutura como a imprensa, ou mais especificamente, a mídia. Ela busca estruturar a sociedade, ou pelo menos uma parcela da sociedade de acordo com sua própria estrutura. Quando a mídia passa, ou vende uma ideia à sociedade, ela está estruturando. Se formos pensar nas grandes corporações midiáticas, elas estão estruturadas de acordo com a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante. Esta então é a primeira síntese: Os sistemas simbólicos exercem poder através de estruturas estruturantes estruturadas (SOUZA, 2014, p. 141).

Portanto, servindo como instrumento de dominação, essas estruturas irão construir nos indivíduos uma visão de mundo que beneficie a classe dominante. E é essa construção da realidade a partir dessas estruturas estruturadas e estruturantes desde a tenra idade, a partir da socialização familiar, até a escola, universidade e posteriormente o mercado de trabalho que mantém o *status quo* conivente com os interesses do grande capital financeiro. Assim, conforme expõe Bourdieu, é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento “que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra” (BOURDIEU, 1989, p. 11)”. Essa dominação, portanto, que executa, como expõe Bourdieu se utilizando de uma expressão de Weber, a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 1989, p. 11) se configura enquanto uma violência simbólica. Ademais:

⁹ Para Chauí “a noção de ideologia pode ser compreendida como um *corpus* de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir. Com o objetivo de impor os interesses particulares da classe dominante, esse *corpus* produz uma universalidade imaginária” (CHAUÍ, 2016, p. 245). A eficácia da ideologia, complementa a autora “depende, justamente, da sua capacidade de produzir um imaginário coletivo em cujo interior os indivíduos possam localizar-se, identificar-se e, pelo autorreconhecimento assim obtido, legitimar involuntariamente a divisão social” (CHAUÍ, 2016, p. 245).

Os sistemas simbólicos servem como meios de dominação. A ideologia passada para a sociedade através dos meios simbólicos de dominação é passada como desinteressada, ou seja, como se não fosse uma ideologia ou instrumento de dominação, quando na verdade é de interesse da classe produtora dessa ideologia, a classe dominante. A classe dominante não possui o poder só por possuir o Estado ou o uso legal da violência física (por meio da polícia, das forças armadas, etc.), mas também por possuir o monopólio da violência simbólica. A ideologia dominante é tida como naturalizada. Os dominados não sabem que são vítimas de uma “violência simbólica” (SOUZA, 2014, p. 141).

Nesse aspecto Bourdieu descreve o papel das ideologias, que “por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo” (BOURDIEU, 1989, p. 11). Nesse sentido, impõe-nos demonstrar a utilização desse conceito para os fins deste trabalho.

Em outras palavras, o que se propõe é que a mídia, enquanto um dos instrumentos do poder simbólico, enquanto estrutura estruturante e estruturada aliena, no caso dos leitores da *Folha*, predominantemente um público de classe média, a pensar como se fossem membros da classe dominante. Portanto, “se formos pensar nas grandes corporações midiáticas, elas estão estruturadas de acordo com a ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante” (SOUZA, 2014, p. 141). Contudo, essa mesma classe irá praticar uma violência simbólica em relação às classes desprivilegiadas, que Souza (2017) chama de *ralé de novos escravos*. Essa violência se mostrará a partir do preconceito de classes velado. Com as políticas públicas implementadas pelo PT, que pela primeira vez inseriram no orçamento essa classe desfavorecida, a classe média, arregimentada pela elite dominante a partir da violência simbólica, irá ocupar as ruas quando acionadas pelas estruturas estruturantes e estruturadas dos grandes conglomerados midiáticos nacionais para impedir que um projeto nacional, que vise minimamente diminuir as abissais distâncias sociais ocorra.

Esse aspecto é importante, pois como a classe média possui uma distância extremamente desproporcional com relação à elite e as classes abaixo, ela precisa que essas distâncias se mantenham, no caso, com as classes inferiores da pirâmide social, para que ela se diferencie, ou seja, para que ela não seja confundida com a “ralé” (SOUZA, 2017). Deste modo, a violência simbólica que a classe dominante pratica, com suas estruturas estruturantes e estruturadas, a classe média irá se aproveitar para que, mesmo sem os privilégios exorbitantes da elite, ela se mantenha numa posição diferenciada das classes populares,

configurando-se com o que o autor chama de violência simbólica exercida a partir dos sistemas simbólicos.

CAPÍTULO 2 – PETISMO E ANTIPETISMO

Neste capítulo fizemos uma caracterização do que é o eleitor petista e o eleitor antipetista. A partir da bibliografia especializada desenvolvemos algumas discussões que possibilitaram inicialmente discorrer sobre o que seria ser um eleitor petista, ou seja, quais as principais pautas políticas defendidas por esses eleitores. Na descrição sobre o eleitor antipetista, verificou-se que esse se portava enquanto a antítese do eleitor petista, uma vez que esse grupo considerando o PT enquanto o partido mais corrupto da história do Brasil, justificaria uma postura contrária a todas as pautas defendidas pelo partido. Em decorrência dessa constatação, criamos um subcapítulo para demonstrar o que estaria por trás dessa postura negativa sobre o PT, pois a literatura também demonstrou que o “antipetismo é a forma como o anticomunismo se manifestou nas últimas décadas” (DALTOÉ, 2017, p. 93), ou seja, demonstra que existem representações anticomunistas dentro do antipetismo. Para mais, também situamos a classe que se porta como a tropa de choque da elite nacional subserviente aos interesses estadunidenses para a deslegitimação de governos mais à esquerda do espectro político.

2.1 O que é ser petista?

A ideia de um partido dos trabalhadores foi lançada oficialmente pela primeira vez em janeiro de 1979, a partir da resolução do Encontro dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, São Paulo. Contudo, durante a maior parte do ano de 1978 já se discutia essa possibilidade nos sindicatos de São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Porto Alegre. A questão de criar um partido, contudo, fora levantada, inicialmente, por Lula no final de 1978, em uma conferência de trabalhadores do setor petroquímico na Bahia.

Após o encontro de Lins, foram planejadas as discussões interpretativas da proposta, em que:

A ideia era lançar um partido dos trabalhadores num futuro imediato ou indeterminado? Um comitê informal – que incluía as figuras de Henos Amorina, representante dos metalúrgicos de Osasco; Jacó Bittar, pelos petroleiros de Paulínia, SP; Paulo Skromov Matos, representando os operários do setor de couros de São Paulo, e Wagner Benevides, dos petroleiros de Belo Horizonte – tentou apressar esse processo. Esse grupo

esboçou uma *Carta de Princípios* e fez distribuir cerca de duzentas mil cópias do texto por ocasião das comemorações do Primeiro de Maio nas grandes cidades de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará. A intenção declarada do comitê era, em seguida, recolher sugestões das bases sindicais para, depois, realizar encontro de comitês estaduais durante o mês de junho, o que, por sua vez, levaria à formação de uma comissão nacional encarregada de redigir a plataforma final. O grupo planejava registrar o PT no tribunal eleitoral em 25 de maio (KECK, 2010, p.102).

Essa *Carta de Princípios*, escrita basicamente por líderes sindicais, acabou por criar uma controvérsia, chegando a acusar os seus idealizadores de vanguardismo. O que se questionava era que, uma vez que essa carta fora redigida inicialmente por lideranças sindicais, em sua maioria do setor metalúrgico, se o PT era um partido dos metalúrgicos. Para explicar a controvérsia, Walter Benevides dirá que as reuniões que surgiram depois do congresso de Lins foram de extrema importância, pois corrigiram essa impressão (KECK, 2010).

Novas discussões acerca da formação de um partido dos trabalhadores surgiram em junho de 1979, no Encontro Nacional dos Metalúrgicos realizado em Poços de Caldas, onde colocou-se para ser votada uma resolução semelhante à de Lins. As discordâncias dos delegados se davam quanto ao momento de se lançar o partido, no entanto concordavam que a proposta deveria ser discutida pelas bases (KECK, 2010). Além do mais:

Depois do encontro de Poços de Caldas, o ritmo das discussões foi acelerado e suas perspectivas ampliaram-se. Naquele mesmo mês, realizou-se em São Bernardo uma reunião entre líderes sindicais, intelectuais e políticos do MDB. Em 26 de junho Lula anunciou em Belo Horizonte que uma primeira versão do programa seria distribuída aos operários para ser discutida na semana seguinte. Depois disso a criação do PT só dependeria da vontade dos trabalhadores. Nesse pronunciamento, ele já não se referia apenas às bases sindicais, mas também às associações de bairro. Um partido dos trabalhadores, dizia ele, significava um partido de todos os assalariados. Esta era uma pequena mudança de ênfase, ao distanciar do PT a ideia de um partido de sindicatos (KECK, 2010, p. 104).

Silva, em *PSDB e PT: uma análise da organização interna dos partidos* expõe sobre as disputas para o Executivo desde a redemocratização, que se deu em sua grande maioria entre esses dois partidos, com exceção de 1989. Ao analisá-los em suas experiências enquanto atuantes do Poder Executivo, no período denominado de Nova República, apresenta:

Contabiliza sete eleições diretas (1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) para o cargo de Presidente da República do Brasil. Com exceção do pleito de 1989, somente dois partidos políticos lograram êxito nessa disputa:

PSDB e PT. Conforme Nicolau (2005), esses dois partidos desenvolveram uma “vocação presidencial” ao disputarem com candidaturas próprias todas as eleições presidenciais desde a redemocratização (SILVA, 2017, p. 19).

Acrescente-se que, em 2018, temos mais uma exceção com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência, em um cenário que se assemelha ao de 1989 e alguns aspectos. Também é notório, como explica o autor, que essa polarização entre PSDB e PT se mantém em quase todas as subunidades da federação (SILVA, 2017). Sobre o período de formação política do PSDB:

Esta agremiação não fez a transição direta do papel de oposição para a Presidência da República. A trajetória deste partido é segmentada em três etapas: 1) quando teve origem e fez oposição aos governos Sarney e Collor no período 1988-1992; 2) a participação nos ministérios do governo Itamar entre os anos de 1992-94; 3) assumiu a Presidência da República nos anos de 1995 a 2002 (SILVA, 2017, p. 21).

Com relação ao Partido dos Trabalhadores, isso se faz de maneira distinta ao seu principal opositor nas eleições, pois o PT sempre estivera, desde a sua fundação, na oposição, e faz a transição para a presidência da República enquanto tal, como se verá a seguir:

O PT, por sua vez, fez a conversão de oposição ao posto de chefe do Poder Executivo. No primeiro momento, observa-se o período de formação da sigla em 1980 até a vitória de Lula no pleito eleitoral de 2002. Foram vinte e dois anos no âmbito da oposição ao governo federal. No segundo momento, os oito anos iniciais à frente da Presidência da República (2003-2010). Esses dois momentos contemplam trinta anos da história desta sigla (SILVA, 2017, p. 21).

Portanto, como visto, o PSDB nasce como um partido de origem exclusivamente parlamentar e o PT, ao contrário, “nasceu como partido de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário” (MENEGUELLO, 1989 p. 36). Esses apontamentos são pertinentes às propostas dessa narrativa por demonstrar, a partir de sua análise, em conjunto com as obras de Meneguello (1989) e Keck (1991), o que caracteriza o petismo, ou melhor, o que é ser petista. Esses apontamentos acima destacados indicam, já num primeiro momento, que não por escolha, mas o ato de ser petista historicamente já lhes confere o caráter de ser um partido de oposição. As consequências geradas pelo tempo em que um partido atua na oposição são analisadas por Panebianco *apud* Silva:

Os partidos que nascem e permanecem um período considerável na oposição têm acesso a uma menor fonte de recursos. Não dispõem do apoio da

burocracia estatal e nem podem utilizar os aparatos/recursos do Estado *pro domo sua* na mesma intensidade que um partido situado no governo. Acrescenta-se ainda o fato de receberem uma menor atenção dos grupos de interesse. Na ausência desses suportes, resta aos partidos de oposição atuarem para mobilizar com eficiência os membros internos a fim de fortalecer a própria organização (PANEBIANCO, p. 110, 2005)

O que se compreende, portanto, é que por ter essa característica de oposição, o PT acaba por fazer de todos os seus filiados um cabo eleitoral do partido que, principalmente em sua fase inicial, era exclusivamente militante. Como a demanda por organização, como visto acima, acaba por ser seu único recurso disponível (PANEBIANCO, 2005), é preciso que se estabeleça ao máximo uma formação ativa e constante em sua base de filiados, para que esses militem por onde passem e angariem novos filiados, que também serão novos cabos eleitorais, só que, como aqueles, esses devem ser também cabos eleitorais militantes, como se vê na exposição de Silva quando afirma que “na ausência dos recursos provenientes de quem ocupa o papel de governo, os partidos de oposição buscam compensar com uma atuação mais eficiente de mobilização dos filiados” (SILVA, 2017, p. 25). Outrossim, é preciso destacar a importância dos núcleos de base, que visavam ser uma instância de organização e educação política de seus filiados. Ao contrário, têm-se o PSDB que, criado em 1988 exclusivamente por parlamentares oriundos do PMDB, desde sua formação tem uma organização onde seus filiados só são convocados em períodos pré-eleitorais. Acerca da peculiaridade do PT, Silva explica que:

O PT aparece na literatura acadêmica como a principal exceção ao quadro partidário formado após o bipartidarismo formado pelo regime militar (KINZO, 2003; LAMOUNIER, 1989; MENEGUELLO, 1986; KECK, 1991; MENEGUELO, 1989; COUTO, 1995). Os setores à frente da constituição da sigla e a estreita atuação junto aos movimentos sociais particularizam a agremiação (SILVA, 2017, p. 102).

Em contrapartida, os partidos que nascem e logo adentraram no governo passam a possuir uma enorme quantidade de recursos públicos e privados a sua disposição, o que faz com que negligenciem o processo de fortalecimento da agremiação, conforme acrescenta Panebianco (2005). Deste modo, como descrito no capítulo 1, no que tange a organização do PT, onde se evidencia um elevado grau de organização e democratização interna no partido, ainda que depois com um grau menor de participação massiva dos filiados com a implantação do Processo de Eleições Diretas (PED) em detrimento dos Núcleos de Base (NB), ainda assim o PT se caracteriza como um partido com características peculiares, principalmente a partir

das políticas implementadas pelo governo Lula. A partir do lulismo, conforme Singer (2012) conseguiu-se fazer conviver os interesses dos grandes capitais com uma política de redistribuição de renda para as populações que antes nunca haviam sido beneficiadas por políticas públicas, que Souza (2009; 2017; 2020) chama provocativamente de ralé de novos escravos.

Keck (1991), por exemplo, indo ao encontro de Meneguello (1989) esclarece bem esse aspecto diferenciador do PT com relação a os outros partidos políticos, exemplificando três razões, sendo a primeira, “porque ele se propôs a ser um partido que expressava os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera política” (KECK, 1991, p. 271). A segunda é referente ao fato de o partido ter procurado ser democrático internamente, como a participação dos filiados nos núcleos de base, voltado para a integração e organização partidária e por último, porque buscava representar todos os seus membros e “responsabilizar-se perante eles pelos seus atos” (KECK, 1991, p. 271). Outrossim:

O papel conferido aos filiados durante a fase formativa do PT consta como um dos aspectos que afirma o caráter da “novidade” petista frente aos demais partidos nacionais. De acordo com Keck (1991), o esforço do PT para engendrar uma dinâmica de participação ativa dos membros o diferenciou dos outros partidos. Os filiados constituíam um importante recurso político da sigla (KECK, 1991). A inserção em núcleos de base e o esforço para integrar os filiados em atividades políticas de caráter permanente – reuniões, debates, festas, contribuições financeiras, edição de jornal, etc – somavam-se aos laços estreitos com os movimentos sociais (MENEGUELLO, 1989) (SILVA, 2017, p. 190).

Ser petista, todavia, como bem expressado, é ser um ator político ativo no âmbito social, havendo uma tentativa por parte da agremiação em fazer com que o filiado se sinta importante para o fortalecimento do partido não apenas durante as atividades eleitorais bienais, e sim a partir de uma organização voltada a manter os filiados em atividades políticas permanentes. Com as diversas reuniões, debates e festas, sem mencionar a obrigatória contribuição financeira, como mais uma maneira de tornar o filiado pertencente e com obrigações com o partido, fortalecia-se o grau de politização desses membros. Essa participação ativa e permanente na estruturação partidária é uma grande novidade com relação aos outros partidos que já surgiram dentro da arena política oficial e habitaram pouco tempo na oposição, o que lhes garante um menor grau de organização e democratização interna, como demonstrado acima.

Talvez, inicialmente, não por gosto, mas com o tempo acaba por se tornar uma atividade habitual, outra característica que podemos adicionar é que ser petista é ser uma

pessoa propícia a participar de muitas reuniões e ter voz ativa nelas, com acalorados debates entre seus membros por divergências internas. Na fase inicial essas discussões eram mais acirradas por conta da multiplicidade de tendências no partido, onde algumas delas, por estarem impossibilitadas de participar das disputas eleitorais por conta da ditadura, acabavam por gerar propositalmente discussões infundáveis para desmobilizar a agremiação, como evidenciou Secco (2011).

No esforço para a estruturação de um PT essencialmente democrático, algumas questões organizacionais internas procuraram responder a essa demanda. A seguir, dois importantes mecanismos organizacionais procuraram atender aos objetivos de democratização interna do partido e estímulo da participação de seus membros nos processos decisórios político-partidários.

Um foi o estabelecimento de um processo de convenção em dois turnos, mediante o qual, antes da realização de um encontro oficial, cuja composição era determinada pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, o PT realizaria pré-convenções de que participaria uma amostra mais ampla dos membros do partido. Esses encontros preliminares eram realizados em todos os níveis – municipal, regional e nacional – e constituíam as verdadeiras reuniões deliberativas. Os encontros oficiais do partido eram apenas formais e ratificavam, essencialmente, as decisões já tomadas nas reuniões preliminares. O Segundo mecanismo baseou-se na instituição dos núcleos do partido. Embora aparentemente próxima da unidade básica dos partidos tradicionais de esquerda, a concepção do PT sobre o núcleo também tinha afinidade com a forma de organização das comunidades de base da igreja, com o mesmo viés profundamente anticentralista que caracterizou os movimentos de que elas participaram (KECK, 2010, p. 150).

Sobre a autodefinição básica do PT, um elemento básico se baseava no pressuposto de que seus membros eram um grupo ativo e participativo, contudo, há de se pontuar que apesar de tê-la alcançada de forma bem mais modesta que o ideal promovido pela retórica partidária, “o ativismo continua a ser bem maior no PT que em qualquer outra agremiação brasileira”. (KECK, 2010, p. 159). Sobre os pontos positivos dessa forma de estruturação e organização partidária, têm-se a “natureza participativa da escolha dos candidatos, a contestação de eleições internas e a rotatividade das lideranças, além do ativismo de seus filiados” (KECK, 2010, p.160). Ou seja, pode-se ver que outra característica que se aplica aos petistas é o fato de esse ser, na fase de formação e estruturação partidária, necessariamente um ativista dedicado ao fortalecimento do partido que pretendia defender os interesses das classes trabalhadoras. Outra característica que se nota na citação acima diz respeito às pré-convenções e convenções, todas voltadas para a democratização interna do partido e para a

formação ideológica de seus filiados. O que se destaca é o fato de que, ser petista, portanto, é ser dedicado à democracia participativa, além de, como não existia até então outra agremiação que praticasse essa forma de organização partidária, ser também, a partir dessa característica organizativa, um filiado diferente. Salienta-se a existência da diferença entre a ideologia e a prática, mas não se nega um grau bem maior dessa postura democrática nos petistas. Sobre a oficialização do PT:

A proliferação de indivíduos e grupos que pretendiam falar em nome do PT, especialmente entre a esquerda organizada, pode ter convencido os sindicalistas envolvidos na sua articulação de que, para manter sob controle o processo, o partido teria de ser oficialmente lançado. De qualquer modo, 14 de outubro marcou um ponto de inflexão do processo: o foco deslocou-se para a organização formal do Partido dos Trabalhadores enquanto uma agremiação partidária, e não mais apenas uma ideia. No restaurante São Judas Tadeu em São Bernardo, cerca de cem pessoas – intelectuais, parlamentares e líderes sindicais – decidiram estruturar o PT como organização política, com a criação de uma comissão nacional provisória. O encontro aprovou uma Declaração Política, um documento chamado “Sugestões para Formas Transitórias de Funcionamento”. O Partido dos Trabalhadores estava lançado (KECK, 2010, p. 108 - 109).

Outrossim, como o partido surge em meio ao novo sindicalismo que visava romper com o antigo sindicalismo varguista, conhecido por ampla interferência do Estado nas decisões, chamado de pelego, várias lideranças adquiriram visibilidade nacional, como mostra Keck:

Lula não era o único líder envolvido na criação do PT que gozava de credibilidade nacional. [...] incluía-se Olívio Dutra, Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre desde 1975 [...] Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Santos, João Pedro Pires Vasconcelos e alguns outros (KECK, 2010, p. 114).

Cabe observar que foi baixo o número de parlamentares que se filiaram ao PT, entre eles estava Edson Khair, do Rio de Janeiro. Além de Khair, o único parlamentar que se filiou ao PT em 1979 foi Antonio Carlos de Oliveira, que ocupava o cargo de presidente do MDB no estado de Mato Grosso do Sul. Essas filiações começam a ganhar maior corpo, com relação à adesão de parlamentares ao partido, em meados de 1980, após uma disputa sobre eleições internas no MDB em que líderes e membros da tendência popular passaram a se sentir marginalizados da liderança do partido. Por conseguinte, no ano posterior, Lula e outros líderes do PT passam a ter reuniões frequentes com esses membros da tendência popular no interior do MDB na Assembleia Legislativa de São Paulo, ao mesmo tempo em que os que já

havia se filiado ao PT tentavam recrutar outros, como exemplo, temos o próprio deputado Eduardo Suplicy, que fora simpatizante do PT desde o início, chegando a consultar a opinião de seus eleitores sobre qual seria o grau de aceitação caso se filiasse ao PT, demonstrando a seriedade com a qual foi levada a discussão de adoção ao PT por parte de alguns membros do Legislativo (KECK, 2010, p. 122).

A partir do momento em que o partido começa a ganhar corpo com a adesão de deputados, claramente os recursos que deles trouxeram consigo foram de extraordinária importância para o partido, especialmente em sua fase inicial. Ocorre a partir daí que esses deputados não contavam com um apoio diretamente vinculado ao sindicato, como no caso dos fundadores do partido. Geraldo Siqueira, por exemplo, deputado pelo estado de São Paulo, acaba por se eleger com o apoio dos estudantes, enquanto Irmã Passoni, também de São Paulo e uma das fundadoras do Movimento do Custo de Vida, desenvolvia atividades entre as organizações da Igreja na zona sul. Tem-se também o caso do deputado Airton Soares, que se torna líder do PT no Congresso e ocupa um papel ativo na campanha pela anistia. Evidencia-se dessa maneira que além dos recursos oferecidos por esses deputados ao se filiarem ao PT (como um escritório para cada partido no Congresso e nas Assembleias Legislativas, além de pessoal para exercício de sua liderança parlamentar, carros e assessoria jurídica, que facilita no processo de registro do partido e recrutamento de seus filiados) eles demonstram, ao se filiar, que o partido “precisa levar mais a sério a relação entre a organização das bases e o poder político” (KECK, 2010, p. 123).

Com a reforma eleitoral imposta pelos militares em 1979, o PT, por ser um partido que se encontrava em processo de formação e adequação, acabou por ser o último partido a solicitar o registro provisório. A partir de uma pesquisa feita pelo jornal *Movimento*, em 1980, pode-se concluir que os partidos que sucederam organizações partidárias já existentes levaram vantagem, tendo como exemplo o PDS (que sucedeu a ARENA, partido aliado ao regime autoritário) e o PMDB (como sucessor do MDB). Após esta solicitação, em junho de 1981 o PT já afirmava possuir cerca de duzentos mil afiliados, além de ter realizado encontros municipais em dezoito estados, conseguindo atender as exigências legais em dez deles. Assim, em 11 de fevereiro de 1982, o PT tem seu registro provisório oficialmente concedido (KECK, 2010).

Com seu registro provisório oficialmente recebido e sua forma de organização mais estruturada, as lideranças do PT preocuparam-se mais com a imagem e evolução do partido em nível nacional, ampliando não apenas seu papel na coordenação nacional do partido, como

também se observa uma luta muito mais ativa e organizada em torno da liderança estadual e nacional do partido, tendo como exemplo a criação da *Articulação dos 113*, em meados de 1983. Em seu manifesto de fundação, dizia-se que foram formados para combater, por um lado, setores do partido que davam maior destaque para o papel institucional do PT e, por outro, combater o vanguardismo. Também defendiam que os membros do partido deveriam aumentar sua participação nos movimentos sociais, culturais e no movimento operário e por fim, ocupar-se com a educação política de seus filiados (KECK, 2010).

Ademais, a criação da *Articulação dos 113* se trata também de uma tentativa, por parte desses membros, incluindo-se o próprio Lula, de consolidar a liderança do partido. Contando também com militantes católicos e intelectuais, visavam impor uma agenda relativamente comum às diversas tendências no interior do partido (KECK, 2010).

O impacto que a formação da *Articulação dos 113* desempenha pode ser lida de duas maneiras, que não se tornam necessariamente contraditórias. A primeira seria que o grupo ajuda a esclarecer posições diferenciadas no interior do partido e possibilitando, portanto, que seus membros façam a escolha entre elas, o que acaba por contribuir para a democracia interna do partido. A segunda baseia-se no aspecto de que esse grupo constitui uma liderança característica, que corresponde à tese de Panebianco (2005), quando pontua que a formação de uma “coalizão dominante é uma parte integrante do desenvolvimento organizacional de um partido” (KECK, 2010, p. 165).

Ocorre que como o PT tinha por objetivo ampliar a imagem da agremiação em nível nacional assim como de sua evolução, no interior do partido acabou por surgir tendências externas que dificultavam as assembleias, muitas vezes propositalmente, com o intuito de recrutar membros para suas siglas. Olívio Dutra, que em outros momentos já houvera apontado esse aspecto no interior do partido, direciona sua crítica agora explicitamente ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) e a Convergência Socialista (CV), dizendo que esses tratavam o PT como uma arena de recrutamento, “apoiando suas posições somente quando lhes era conveniente e dando prioridade à manutenção das estruturas, lideranças, formação de quadros e imprensa de seu próprio partido, em vez de dedicarem-se a essas mesmas atividades no interior do PT” (KECK, 2010, p. 169).

A partir destas considerações, precisa-se esclarecer que o PT se portava como um polo de organização para todas as forças anticapitalistas no Brasil, e desta forma, opunha-se à exclusão de qualquer força política no interior do partido. Apesar da palavra tendência, no linguajar do partido, se referir às correntes e partidos revolucionários no seu interior, os

debates em torno dessa temática vão contribuir para a compreensão de que também existiam outros tipos de blocos organizados no interior do partido, tendo como exemplo a Igreja Católica e a tendência majoritária, no caso, a Articulação dos 113. O que é importante acrescentar para esclarecimento é o fato de que ninguém que participava desses debates propôs a não participação dessas tendências organizadas no interior do PT. O tema do debate girava em torno da forma que ele deveria acontecer (KECK, 2010).

Ser petista, portanto, não seja talvez ser anticapitalista, ainda mais se percebermos a indefinição do partido acerca do socialismo durante toda a sua existência, mas pode-se dizer que ser petista seja ser um crítico ao capitalismo, especificamente o neoliberal, ou seja, o projeto defendido pela elite brasileira, incluindo a sua imprensa que compõe esse grupo e atua enquanto um instrumento de manipulação. O que se propõe é que o fato do partido ser um polo de atração para todas as forças anticapitalistas do período de origem da sigla, demonstra que havia uma mínima convergência de ideias e projetos, afinal, o que justificaria a participação desses grupos no interior do PT, pois, contando também com militantes católicos e intelectuais, visavam impor uma agenda relativamente comum às diversas tendências no interior do partido (KECK, 2010). Outrossim, o partido sempre se posicionou com uma postura crítica ao capitalismo liberal e neoliberal, justificando mais uma vez essa classificação de um partido crítico ao sistema capitalista neoliberal, apesar de não propor nenhuma mudança nesse sentido.

Com toda essa dinâmica, com o curto período no qual os membros fundadores do PT tiveram para criar o partido, considerando-se as grandes dificuldades impostas no decorrer do processo, acabam por gerar uma série de consequências no partido que devem ser mencionadas. Primeiramente, a atenção principal do partido foi dar ênfase aos aspectos quantitativos mais que os qualitativos. Em segundo, em decorrência dos prazos estipulados por lei, a agremiação acaba dando uma posição privilegiada para indivíduos e grupos que contavam com recursos. E em terceiro e último, em decorrência justamente dos dois fatores acima mencionados, como o partido procura se concentrar no primeiro momento em questões organizacionais, acabam por deixar de lado “até bem mais tarde o desenvolvimento (e a resolução) de uma clara identidade política e ideológica partidária” (KECK, 2010, p.173). Provavelmente em decorrência desse último aspecto e a partir de uma precária compreensão de modelos político econômicos por parte da maior parte da população brasileira, vemos constantemente ataques ao PT rotulando-os de comunistas, apesar de todo o período em que ocuparam o poder executivo, especificamente 14 anos, não ousaram sequer uma tentativa de

dar um golpe de Estado, nem a constante e crescente estatização dos meios de produção, nem uma reforma agrária ampla que atendesse as pautas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por exemplo, apesar deste último ainda estar na base de apoio do partido. Destarte esses aspectos, é fato que o grau de democratização interna e o nível de participação no PT ultrapassam enormemente os de qualquer outro partido político vanguardista do Brasil (KECK, 2010).

A partir do exposto, o PT começa a ter nas campanhas eleitorais uma ferramenta para auxiliar em sua organização, tendo em vista que os curtos prazos estipulados pelo regime autoritário para oficializar o partido exigiram esse mecanismo de organização, como explica Keck:

A persistência de fatores autoritários que impunham limitações ao processo eleitoral de 1982 – a manutenção de um acesso limitado aos meios de comunicação de massa, por exemplo, e a mudança de regras eleitorais no meio do caminho – produziu, apesar de tudo, lógicas eleitorais distintas que competiam entre si. Para o PMDB, tratava-se mais uma vez de um caso de confronto entre governo e oposição. Para as agremiações menores, e em especial para o PT, tratava-se de uma disputa horizontal entre partidos, cujo objetivo era demarcar um território eleitoral próprio (KECK, 2010, p. 177).

Dentro desse contexto, para as eleições de 1982, o PT adotou posturas que são percebidas como contraditórias, se observar, por exemplo, que em um primeiro momento afirmou que concorria às eleições como uma forma de consolidação da organização partidária, justificando-se a partir da ideia de que não se poderia esperar mudanças significativas para os trabalhadores, tendo em vista um panorama em que os militares dificultavam o processo de abertura política, e pouco mais a frente, dirá que concorre para ganhar, especialmente em São Paulo. O que se viu após as eleições foi um lastimável desempenho com relação ao número de votos, levando muitos militantes a se afastarem por um tempo da organização partidária, gerando questionamentos sobre a sobrevivência da agremiação. Nas eleições seguintes, de 1985, para as prefeituras das capitais, o PT mudou sua estratégia, passando a apresentar candidatos de classe média e uma proposta de apelo mais ampla por centrar-se em questões locais, gerando resultados positivos para o partido (KECK, 2010).

Seguindo sobre as eleições de 1982, ocorre em São Paulo uma convenção nacional, em 27 e 28 de março de 1982, que aprova uma plataforma e uma carta eleitoral, contando com cerca de quatrocentos delegados escolhidos em convenções municipais e estaduais realizadas anteriormente. Acerca da Carta Eleitoral, ela expressava os objetivos do PT na campanha nos seguintes termos:

1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas essas que servirão para ampliar a consolidação do PT.
2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa a fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.
3. Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicato, UNE, associações de moradores etc.) e para isso assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.
4. Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apoiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo (KECK, 2010, p. 186-187).

A carta explicitava também o tipo de relação que os candidatos teriam com o partido, como suas responsabilidades perante este, devendo prestar-lhe conta de suas ações, assim como deveria consultar o partido ao planejar alguma atividade, apresentar os projetos de lei e contratação de pessoas, e também torna obrigatório para parlamentares de nível estadual e federal e outros detentores de cargos executivos 40% de seu salário para o partido, o que fazia com que esses dirigentes fossem vistos mais como servidores do PT do que liderança política. Uma característica que foi notada no partido pela revista *Isto é*, sobre as eleições de 1982, é o fato de ter apresentado candidatos de diversas origens sociais (KECK, 2010).

Silva pontua que, as relações entre PSDB e PT, sobre dez pontos analisados comparativamente entre os dois partidos, em sua fase inicial, apenas em três obtém-se semelhanças, que seria ausência de uma liderança carismática, uma baixa estruturação territorial e “localização/força territorial concentrada no Sudeste” (SILVA, 2017, p. 139). Isto evidencia mais uma vez o quanto o partido se apresentava como uma novidade na arena política nacional. Ademais, “diante desse quadro, as duas siglas nasceram sob distintos modelos de origem. As características de origem do PT agregam mais elementos societários, enquanto no PSDB prevalecem aspectos vinculados à esfera governativa” (SILVA, 2017, p. 139).

Já nas eleições de 1985, o bom desempenho nas eleições para as prefeituras das capitais aumenta a confiança e o ânimo do partido, projetando-o no cenário nacional como uma outra alternativa política em crescimento. Parte desse sucesso, segundo líderes do PT, seria em decorrência da “mudança de tom da campanha: o partido aparecia mais aberto,

menos sectário, misturando o humor a sua mensagem programática” (KECK, 2010, p.217), aprendendo a usar os meios de comunicação de forma muito mais eficaz que na campanha de 1982. Com slogans como *trabalhador vota em trabalhador* ou *Vote no 3, o resto é burguês*, além de mais uma vez expor a característica do petista de ser crítico ao capitalismo, torna-se um protótipo para as campanhas futuras. Outra característica importante da campanha de 1985 foi a predominância de candidatos da classe média (KECK, 2010).

Em 1986, o PT passa a ter uma maior flexibilidade para coligações, diferente do pleito anterior, onde as coligações significavam essencialmente para o partido ficar de lado na disputa e apoiar o candidato do outro partido. Não obstante a vitória esmagadora do PMDB em 1986, que se encontrava na esteira do Plano Cruzado muito popular no período, o PT consegue fazer crescer consideravelmente sua delegação no Congresso, saindo de cinco deputados para dezesseis, com o próprio Lula sendo eleito para o Congresso com a maior votação, ultrapassando até mesmo Ulysses Guimarães, então presidente do PMDB. Também nessa mesma eleição outros líderes populares foram eleitos para os Legislativos estaduais, “onde o total dos deputados do PT subiu de doze em quatro estados para 33 em treze deles” (KECK, 2010, p. 220).

No pleito de 1988 para as prefeituras, percebe-se pela primeira vez que a maior parte do eleitorado estava disposto a rejeitar estritamente o *status quo*, que a partir desse pleito passa a ser incorporado pelo PMDB, passando a seguir o caminho “antes trilhado pela ARENA e pelo PDS” (KECK, 2010, p. 220). Este pleito de 1988 representou para o PT um grande salto, pois:

O partido havia administrado uma prefeitura depois de 1982 e uma em 1985, depois de 1988, administrava 31 municípios, entre eles as capitais de São Paulo, Espírito Santo (Vitória), Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Também entre eles contavam-se três das quatro cidades do ABCD: São Bernardo do Campo, Santo André e Diadema. Embora sua maior vitória fosse em São Paulo, onde conquistou treze municípios, o partido também ganhou prefeituras em nove outros estados. Alguns municípios menores onde o PT venceu as eleições eram áreas rurais, cuja luta pela posse da terra nos anos 80 haviam sido particularmente virulentas. Nessas regiões, o PT trabalhou muito próximo ao movimento dos sem-terra e/ou dos sindicatos rurais. De fato, esta foi a primeira vez que as lutas rurais tiveram uma influência significativa sobre a votação do PT. Nas eleições para as Câmaras Municipais, os números foram particularmente surpreendentes: estima-se que 40% dos vereadores eleitos pelo partido em 1988 eram trabalhadores rurais ou trabalhavam com a Pastoral da Terra da Igreja (KECK, 2010, p.221).

Por consequência, os candidatos à presidência em 1989 compreenderam a seriedade das mensagens das urnas do ano anterior, fazendo com que todos tentassem se apresentar

como candidatos de oposição, contando o primeiro turno dessas eleições com 22 candidatos concorrendo a uma vaga no segundo turno. Esse contexto acaba por favorecer os candidatos que eram vistos como os mais viáveis considerando o seu afastamento com relação ao governo, que seriam, especificamente, Fernando Collor de Melo, com 28,52%, Leonel Brizola, com 15,45% e Luís Inácio Lula da Silva, com 16,08% dos votos. Como resultado, Fernando Collor de Melo, que concorria por um partido minúsculo, Partido da Reconstrução Nacional, PRN, saiu vitorioso nos dois turnos, conseguindo forjar sua imagem de homem da política oficial do *establishment* e, ao mesmo tempo, como político contrário a ela. Esse argumento apresenta-se como contraditório se analisar que Collor, herdeiro de uma das mais importantes famílias oligárquicas do Alagoas, iniciou a carreira política sendo nomeado prefeito de Maceió durante o regime militar. Posteriormente, foi eleito em 1982 para o Congresso, pelo PDS, e ganhou o governo do Alagoas sob a sigla do PMDB. Traçando uma luta contra a política de José Sarney, tornando-o assim seu principal adversário político, com apoio da mídia, especialmente da *Rede Globo*, difundiu pelo país a retórica de que acabaria com a corrupção nos cargos públicos (KECK, 2010).

A campanha de Lula para as eleições presidenciais de 1989 já continha algumas transformações nos aspectos ideológicos, no entanto, as siglas que apoiaram a partir da coligação Frente Brasil Popular eram o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Socialista Brasileiro, PSB. Embora Lula continuasse com proposições para uma transformação socialista da sociedade brasileira, reconhecia que não seria possível fazê-la por decreto, desta maneira, a campanha concentrou-se em defender a necessidade de uma reconciliação nacional e também da formação de governo nacional e popular (KECK, 2010).

Apesar da vitória de Fernando Collor de Mello para as eleições de 1989, em que Collor recebeu 42,75% dos votos válidos contra 37,86% de Lula, o PT percebe uma dupla mensagem:

Revelando o que vários comentaristas após as apurações chamaram de confronto entre o Brasil organizado e o Brasil desorganizado, as eleições demonstraram que o Brasil organizado não é suficientemente forte para vencer uma disputa nacional, enquanto as imagens projetadas pelos meios de comunicação de massa – “o espetáculo da política” – têm mais peso que as considerações programáticas e institucionais. A mensagem mais surpreendente – e que grande parte da esquerda, inclusive o PT, custou a reconhecer, em meio a decepção – era que o Brasil “organizado” era quase forte o suficiente para vencer. Num sistema político altamente elitista, onde a política era considerada domínio exclusivo dos letrados e bem nascidos, um metalúrgico com um diploma supletivo de um ginásio, líder de um partido dedicado a organizar os trabalhadores e os pobres, tinha ficado apenas a um passo da conquista da presidência. O Brasil que Fernando Collor de Melo

iria presidir a partir de 15 de março de 1990 não era o mesmo que havia começado a sua transição para a democracia há quinze anos. O PT era um reflexo dessa mudança, tendo simultaneamente contribuído para produzi-la (KECK, 2010, p. 224-225).

Há também de se pontuar que o PT além de mais que duplicar sua delegação na Câmara dos Deputados a cada eleição, em 1990 o partido também consegue eleger o seu primeiro senador, Eduardo Suplicy, de São Paulo. A partir das eleições de 1986 o PT passa a se abrir para mais alianças com outros partidos, isso em decorrência da aliança com o ainda incipiente Partido Verde, no Rio, em que Fernando Gabeira, apesar de não ter saído vitorioso, mostrou ao partido uma nova possibilidade.

Sobre a relação do PT com o movimento sindical, sabe-se que o partido deveria ser uma extensão da classe trabalhadora, “organizada institucionalmente em sindicatos e, ao mesmo tempo, ser algo separado; como partido, deveria respeitar a autonomia desses sindicatos, entretanto, ao mesmo tempo em que deveria permanecer separado, seu papel era considerado complementar” (KECK, 2010, p. 249-250). A influência dos sindicalistas nos órgãos dirigentes no interior do partido sempre ficou claro desde o seu princípio, tendo posteriormente, após a formação da *Articulação dos 113*, reafirmado o papel dos sindicalistas nas lideranças do partido. Acerca dessa relação do PT com o movimento sindical, Keck indica que é importante identificar essa relação em três momentos, “da fundação do PT, em 1979, até as eleições de 1982; de novembro de 1982 a novembro de 1985; e o período que se inicia após o pleito de novembro de 1985” (KECK, 2010, p. 257).

Durante o primeiro período, as lideranças sindicais projetavam na formação do PT uma forma de fazer serem ouvidas as reivindicações dos trabalhadores numa esfera pública mais ampla. No segundo período, que compreende novembro de 1982 a novembro de 1985, tanto Olívio Dutra como Lula já enxergavam claramente que o movimento sindical era um espaço de ações concretas mais dinâmicas e importantes que um partido. O terceiro período inicia-se com uma importante virada nos aspectos sindicais e partidários. Encabeçando a coordenação das greves em larga escala, somado ao crescimento contínuo e vitórias em eleições em diversos sindicatos, a CUT passou a ser reconhecida como a mais importante organização sindical do país. Ocorre desta maneira o fortalecimento simultâneo do PT e do movimento sindical, tornando esse último cada vez mais autônomo, levando a uma complexidade na relação entre os dois. Resumidamente, em seus anos iniciais a relação do Partido dos Trabalhadores com o setor sindical, que se tornava cada vez mais autônomo e combativo, foi de ajuda recíproca (KECK, 2010).

Em se tratando do número de filiados, semelhante aos demais partidos do país, o PT iniciou o processo de expansão dos filiados desde a década de 1980. Durante a fase inicial do sistema partidário, “PMDB e PDS despontavam com os maiores contingentes de filiações. Os outros três (PT, PDT e PTB) ficavam bem distantes nesse quesito” (SILVA, 2017, p. 190). O autor explora a ideia de que possivelmente a estrutura político-partidária anterior, no caso, o bipartidarismo entre MDB e ARENA, tenha feito com que o PMDB e o PDS, herdeiros dessas siglas, tenham garantido vantagens sobre os seus concorrentes. Portanto, o PT só terá uma expansão maior na sua base de filiados no ano de 2002, quando Lula vence as eleições. Logo em seguida, nas campanhas de filiação em 2003 e 2006, o partido estava com o Poder Executivo nacional, passando a se tornar notícia diária na imprensa, até que, “nos anos de início (2003) e fim do governo Lula (2009 - 2010), a sigla atingiu o melhor desempenho na taxa de preferência partidária entre os principais competidores desde 1989” (SILVA, 2017, p. 192) e:

A observação do percentual de filiados petistas por grupo de mil eleitores atesta a trajetória ascendente das adesões no decorrer do tempo. A sigla eleva o patamar de densidade das filiações a cada década que passa. Os valores mais elevados sucedem durante o governo Lula, atingindo o pico no último ano da série. Entre os sete maiores partidos (PT, PDT, PMDB, PTB, PDS/PP, PFL/DEM e PSDB), o PT registrou o maior crescimento de filiados em termos absolutos (405.006) e percentuais (40,93%) no período de 2004 a 2010. Os outros dois partidos com maior adesão de filiados no mesmo período alcançaram números absolutos equivalentes à metade do desempenho petista: PMDB (236.545) e PSDB (205.681). Ao fim de 2010, o PT contava com o segundo maior contingente de filiados no país (SILVA, 2017, p. 192–193).

Como demonstrado, além do fato de que nos primórdios o PT aglutinou diversas correntes e agremiações revolucionárias em seu interior, estes, inclusive, encontravam ainda na ilegalidade durante o processo de abertura democrática pelos militares. Outra peculiaridade está nas campanhas com eleições diretas, onde se vê o partido abrindo o leque de coligações. Estes dois pontos sugerem que, como o partido agrega diversas correntes ideológicas, outra característica do petista é ser a favor de amplas pautas reivindicadas pelas minorias, uma vez que também são críticas ao capitalismo e propunham, ao menos antes da campanha de 2002, uma alteração do *status quo*. Essas pautas são, sinteticamente, defender os direitos humanos, os movimentos da população afrodescendente contra o racismo, que propiciem políticas públicas abrangentes e universais. É também ser um filiado ou partidário diferente, como sugerido no próprio título do livro de Keck (2010) e em decorrência de sua organização

democrática e inédita, o que também propõe mais uma vez que ser petista é ser a favor de uma democracia participativa, valendo mencionar o referendo popular realizado no ano de 2005 sobre o estatuto do desarmamento.

Ser petista é ser a favor e incentivar os movimentos feministas, assim como o do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ou seja, ser a favor de uma reforma urbana que não marginalize a população periférica e da reforma agrária. É ser a favor do fortalecimento e ampliação da sindicalização dos trabalhadores de todas as esferas. Ser petistas é ser defensor das pautas do movimento LGBTQIA+, dos movimentos dos povos indígenas. Ser petista ser a favor da ampliação das universidades públicas e sua universalização, ou seja, ser a favor das cotas para a população historicamente marginalizada.

A partir do exposto, é preciso destacar que o PT, a partir do momento em que passa a ocupar o Executivo nacional, tem uma redução na ocorrência dos Encontros e Congressos. Houve também “um alargamento dos mandatos das instâncias diretivas, sendo ampliado para três anos. Com menos Encontros Nacionais e mandatos diretivos mais longos, menor a possibilidade da base partidária influenciar a instância dirigente” (SILVA, 2017, p. 224). Esse é o fator que é muito delicado ao PT, pois, como já visto, essa democratização interna ao partido com o poder de decisão dos filiados constituía um importante recurso político da sigla (KECK, 1991).

Aqui se propôs fazer uma caracterização do que é ser petista, que não deve ser confundido com o que fora praticado durante os governos petistas, na medida em que se compreende que apesar do elevado grau de democratização partidária interna, o que se propõe e o que se pratica nem sempre é realizado pelas instâncias superiores dentro do partido.

Retomando o que se viu neste capítulo, em razão do partido ter uma origem extra parlamentar, e em decorrência disso contar com menores recursos, o petista tem a característica de ser de oposição. Como demonstrado por Panebianco (2005), os partidos que surgem e se mantêm por tempo considerável na oposição acabam por não contar com os recursos da burocracia estatal, além de não contar com o apoio do mercado. Acrescente a isso o fato do partido ter os *slogans* que se afirmava como o partido sem patrão. Seguindo com o autor acima citado, para os partidos que não contam com esses aparatos resta-lhes mobilizar com a maior eficiência possível seus membros e simpatizantes para o fortalecimento da agremiação.

Como consequência, outra característica do petista é ser um cabo eleitoral militante do partido em tempo integral, que é algo que não se tinha no país até então, sendo normalmente os eleitores de outras agremiações convocados apenas durante as campanhas eleitorais, como afirmam Meneguello (1989) e Keck (2010). Como a estratégia que restou ao partido foi a mobilização de seus membros para o seu fortalecimento, este fato demandou uma enorme quantidade de tempo em reuniões para a formação desses. Esses encontros não acontecem apenas de maneira formal, sendo composto por festas para interação. A atividade política se dava de maneira permanente, com debates e reuniões frequentes como demonstração de sua postura de ser um partido internamente democrático. Afora isso, como o petista se torna um membro que é cabo eleitoral militante, ele irá promover novas reuniões em seu *locus* para angariar novos adeptos ao partido. Portanto, uma característica que pode ser acrescentada ao petista é ser um filiado que está predestinado a participar de muitas reuniões.

O petista, também se viu, que justamente por esses motivos se tornou um ativista político do partido. Isso porque dentro do partido, por praticar uma democracia participativa interna, com suas convenções para a escolha dos candidatos, a contestação de eleições internas e a rotatividade das lideranças (KECK, 2010) acabam por torná-lo também um ator político apoiador de uma democracia participativa. Enquanto o partido ainda se consolidava na década de 1980, no contexto da abertura política pelos militares, com vários partidos revolucionários encontrando-se na ilegalidade, o partido tornou-se um polo de atração para todas as forças anticapitalistas no Brasil. Esse fato sugere, contudo, que ser petista é ser também crítico ao capitalismo, justificado tanto pela sua fase inicial com suas cartas oficiais fazendo menção ao socialismo, ainda que de forma vaga e sem definição precisa (AZEVEDO, 2016) como pela sua postura crítica sobre o liberalismo e o neoliberalismo. Esse fator também indica que ser petista é ser um partidário interessado em alterar o *status quo*, compreendendo, por exemplo, que desde o seu surgimento, e depois, com a sua carta eleitoral para as eleições de 1982, um dos objetivos fundamentais era a luta contra a ditadura e as forças que a apoiaram direta ou indiretamente (KECK, 2010). Além disso, também destaca-se que depois do pleito de 1988, o PMDB, maior partido até então, passa a representar o *status quo*, “caminho antes trilhado pela ARENA e pelo PDS” (KECK, 2010, p. 220).

Em se tratando do seu papel aglutinador de forças de oposição, inicialmente ao regime militar e posteriormente aos partidos que representavam o *status quo*, muitos deles originários da ARENA e do PDS, o PT incorpora, a cada eleição que irá concorrer, diversas pautas que integram as minorias. Dentre elas, têm-se a defesa pelos direitos humanos, a luta

contra o racismo, o incentivo a políticas públicas abrangentes e universais, os movimentos contra a desigualdade de gênero representado pelo movimento feminista, sendo importante salientar a criação da Lei Maria da Penha ou Lei do Feminicídio (Lei Nº. 11.340), sancionada por Lula em 07 de agosto de 2006.

Ser petista é também defender o MTST, o MST, o fortalecimento e ampliação da sindicalização de todos os trabalhadores, lutar junto com o movimento LGBTQIA+ por direitos iguais contra essa parcela da população ainda discriminada e marginalizada. Ser petista é defender os povos indígenas ou povos originários, com participação na luta pela demarcação de seus territórios. Ademais, outras peculiaridades que também estão relacionadas à defesa de políticas públicas abrangentes e universais, mas que cabe mencionar é a defesa das instituições públicas, com destaque para as universidades, com obstinada defesa sobre as cotas e o Sistema Único de Saúde (SUS). Esse último aspecto nos remete a outra característica que é ser contra as privatizações, visto que se contrapõe às pautas acima elencadas.

O próximo tópico iniciará uma discussão acerca dos antipetistas, tema central para a compreensão dos objetivos dessa narrativa. Procurar-se-á, como nesse item, elencar algumas características universais sobre esse grupo que se posiciona com uma postura crítica sobre o PT e a política em geral. Como será visto, essa oposição se dará de maneira talvez até óbvia, o que promoveu uma nova discussão para tentar ir mais a fundo e buscar compreender o sentimento por trás de tamanha repulsa para um partido, sem, em contrapartida, ter alguma afinidade ideológica com relação a qualquer outro, como demonstrou o artigo de Paiva, Krause e Lameirão (2016) ao estudar as relações entre políticos e eleitores a partir dos conceitos norteadores de partidarismo, antipartidarismo e identidade partidária negativa.

2.2 O que é ser antipetista?

A partir da conquista do PT de três vitórias eleitorais sucessivas (2006, 2010, 2014), ocorre uma reviravolta na topografia política, onde uma esquerda que exerceu desde o seu surgimento uma postura de oposição transformou-se em situação e, em contrapartida, às direitas, ao lado das demais frações de esquerda, assumiram a oposição. Deste modo, “na esfera política, os partidos aliados e concorrentes do PT, e, na esfera cultural, os intelectuais e

artistas, históricos apoiadores do PT ou críticos dele, foram instados a redefinir suas maneiras de intervenção face às posições políticas disponíveis” (RODRIGUES, 2018, p. 278).

Lidiane apresenta em seu artigo o mercado de reação que será constituído por Olavo de Carvalho, Demétrio Magnoli, Marco Antonio Villa, Reinaldo Azevedo, Luiz Felipe Pondé, Rodrigo Constantino e Leandro Karnal, o que se mostrou de muita importância para compreender o antipetismo, tendo a autora analisado o perfil dos dois colunistas analisados por este trabalho, Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli. Demonstra, a partir de uma perspectiva sincrônica, as classificações, os enquadramentos e algumas demandas que esses jornalistas-professores e professores-jornalistas recebem de seus adversários, contratantes de clientelas. No segundo momento, agora diacronicamente, “ocupa-se da sociogênese do espaço e dos agentes, resultantes da estruturação do sistema ensino e da indústria cultural, ocorrido nos anos 1970” (RODRIGUES, 2018, p. 280). Nesse segundo momento, o que se pretende é “caracterizar, estruturalmente, o princípio gerador de suas tomadas de posição e ambições de legislação a respeito do arbitrário cultural e político” (RODRIGUES, 2018, p. 280). Por fim, “com o objetivo de situar-se no interior da discussão de dois eixos especializados da sociologia da cultura – o da indústria cultural e o dos intelectuais – discute o entrelaçamento deles, subjacente à abordagem desenvolvida nesse artigo” (RODRIGUES, 2018, p. 280). Além do mais, a autora irá:

Tratar de um setor particular da reconfiguração do trabalho de dominação política e produção simbólica daí oriunda – a saber: um mercado de reações às gestões petistas, estabelecido tanto por meio dos suportes das mídias convencionais mescladas às ultratemporâneas quanto da produção social de figuras duplamente híbridas. Os intelectuais que ofertam essas reações são jornalistas-professores e professores –jornalistas. Uns são jornalistas de profissão, outros tem praticado o colunismo/comentarismo político, mas se originam do sistema superior de ensino, de segmentos das humanidades (RODRIGUES, 2018, p. 278).

Sobre os conceitos difundidos à direita do espectro político, a partir da análise de um fragmento da fala de Leandro Karnal, Rodrigues apresenta um importante aspecto que ajudará a compreensão de como as ferramentas de escoamento das representações antipetistas funcionam no âmbito simbólico, uma vez que “trata-se de um denominador comum ao conjunto – pois, partindo de um acordo discursivo a respeito da ‘hegemonia cultural de esquerda’ é possível apresentar-se como um derrotado rebelde, transgressor, que ‘quebra a regra sendo de direita’, espécie de fiador de rebeldia e desobediência” (RODRIGUES, 2018, p. 293). Outrossim:

As posições objetivas correspondem a fórmulas discursivas de conteúdo ideológico e uma delas é comum a todos: o *antipetismo*. Ele consiste na contraposição às gestões petistas, como uma catapulta para tomadas de posição em matéria de educação e cultura, permitindo que emitam juízos a respeito da hierarquia cultural legítima e rechacem a ordem simbólica que simultaneamente os destituiu de reconhecimento e consagrou “todos” os outros (RODRIGUES, 2018, p. 302).

Tratando dos antecedentes históricos do termo antipetismo, tem-se o caso de Athos Magno, membro da Articulação, acusando membros da Democracia Socialista (DS) de serem antipetistas, que no período se inseriram no PT, pois encontravam-se impossibilitados de representatividade durante a abertura democrática:

É que quando a Articulação lançou seu manifesto dos 113 a OT decidiu integrar a nova corrente, mas foi repelida. À época do *Manifesto dos 113*, a corrente O Trabalho já acusava, entre outras coisas, os trotskistas mandelistas da Democracia Socialista (DS) de oporem-se à linha do grupo de Lula. É nessa mesma época que o jornal *O Trabalho* publicou uma entrevista de Athos Magno, membro da articulação em Goiás e primeiro candidato a Governador naquele Estado, na qual acusava a DS de defender posições antipetistas, algo que provocou a resposta da DS, na qual acusava O Trabalho de “usar” os sindicalistas da Articulação (SECCO, p. 96, 2011).

Essa elucidação se faz necessária uma vez que a partir da literatura é possível perceber que existe o antipetismo enquanto conceito real, que é expresso a partir de grupos que se opõem a todas e quaisquer pautas defendidas pelos petistas que, como demonstrado no subitem acima, são demasiado abrangentes. Há também um antipetismo interno, que se manifesta, como na exposição acima, a partir de uma forma de reação contra interesses particulares das vertentes no interior do partido. Esse trabalho irá tratar do que Mangolin (2017) denominou de antipetismo de direita, que se trata do primeiro grupo descrito, aqueles que se opõem a todas as pautas políticas implementadas pelo PT.

Voltando com os apontamentos de Rodrigues, ela elucida uma questão necessária para os objetivos dessa narrativa por demonstrar uma forma de consolidação de um grupo que executa uma inversão da hierarquia simbólica. Essa inversão se faz para que se apresente ao seu público-alvo, no caso, os antipetistas, com o mesmo grau de legitimidade que a dos intelectuais que atuam na academia e a partir da análise dos pares, como forma de legitimidade, publicam seus trabalhos. Afora isso, sobre como se realiza essa inversão:

A atração entre a clientela e esses intelectuais se funda na contraposição à ordem simbólica que os privou de reconhecimento (equivalente aos que

acreditam que os seus adversários desfrutem). Em função dos benefícios materiais e simbólicos dos quais foram despossuídos, sua posição os insta a tomar todos os intelectuais (em posições distintas das suas) como dominantes e adversários. E, como estes o são, efetivamente, *em relação aos professores-jornalistas/jornalistas-professores, embora não o sejam no campo da produção restrita* – o encaixe da rejeição tem a aparência da necessidade. Eis a razão pela qual a inversão da hierarquia simbólica por meio das “denúncias” de fragilidade e incompetência intelectual de autoridades, da falência das instituições de saber, são fortemente instadas e tão bem recebidas. Sendo injusta a ordem que consagrou os “rivais eleitos”, faz sentido que jornalistas-professores/professores-jornalistas e suas clientelas compensem seu malogro nas posições rebaixadas na hierarquia simbólica, denunciando a injustiça, o absurdo e a relatividade dessa ordem (RODRIGUES, 2018, p. 302).

Essa explanação é pertinente por dialogar diretamente com argumentos que povoam os grupos antipetistas, que a partir de fontes nunca apresentadas expressam a existência de um “marxismo cultural” que teria doutrinado todos os pós-doutores, doutores, mestrados e acadêmicos que se simpatizam ou simplesmente, em alguns casos, não odeiem o partido. Rodrigues (2018) comenta sobre esse aspecto, importante para pensar o antipetismo, por denunciar, a partir das estratégias do que ele chama de hierarquia invertida, que se mostra duplamente eficaz:

As frustrações em sintonia, orientadas à mesma direção – posições dominadas/ ambições dominantes; desejo de dignificação – promovem um encaixe na construção de um espaço próprio para vigência da hierarquia invertida (em relação ao espaço social mais amplo), mas de assimetria inequivocadamente reposta (a clientela se torna fã/seguidora/leitora/admiradora dos doutrinadores). Daí suas mensagens serem simultaneamente culturais e políticas, submetidas à performance da inversão da hierarquia vigente nos dois âmbitos (Estado/PT, ordem simbólica/ intelectuais em geral e petistas em particular). Essa inversão atende às demandas simbólicas tanto dos professores-jornalistas/jornalistas-professores (dominados simbolicamente, acumulando capital econômico) quanto de sua clientela cativa (destituída de capital cultural legítimo, em busca de dignificação). Em política, o petismo e o “politicamente correto”, é apresentado como dominante, e conta com a posição objetiva do PT no governo – ensejando todas as oportunidades para oposição incondicional a ele. Em cultura, o repertório de ideias, causas, símbolos da esquerda (revolução comunista, feminismo, minorias, etc. – sem diferenciá-los). Trata-se de uma fórmula discursiva de “antipetismo” duplamente eficaz, pelas inversões que possibilita (política/cultura) (RODRIGUES, 2018, p. 303-304).

O grupo antipetista se caracteriza, então, especificamente pela antítese do que é ser petista. Mangolin também comenta sobre dois tipos de antipetismo, sendo o antipetismo de esquerda caracterizado por um grupo que expressa que o PT fora um “serviçal governo de

direita que perdeu a importância e foi descartado” (MANGOLIN, 2017, p. 16) e o de direita que expressa que o governo petista “foi o mais corrupto da história” (MANGOLIN, 2017, p. 16), além de dizer que por esse motivo mesmo deixaram os cofres públicos endividados. Por ser o partido mais corrupto da história, justifica-se para os antipetistas serem a perfeita inversão do que é o petista (CALDARA, 2020).

Com relação ao golpe jurídico-parlamentar ocorrido em 2016, se utilizando das técnicas de dominação imperialista estadunidense, tema esse que será discutido em subitem à frente, Mangolin explana sobre a partidarização do judiciário nas investigações, uma vez que:

Quanto mais nos distanciamos no tempo do momento da queda da presidenta eleita e da ascensão do governo golpista e ilegítimo de Michel Temer, ficam mais claras as disposições pessoais e da sua camarilha de estancarem as possibilidades de investigações que os atingissem, como foi de maneira clara e direta expresso na gravação telefônica do Senador Romero Jucá, do PMDB. Mas há outro aspecto notável no discurso moralista sobre a corrupção e que demonstra bem sua utilização para fins apenas políticos e para os objetivos do golpe: não há disposição alguma para a apuração das denúncias envolvendo quaisquer personagens que não estejam ligados aos governos petistas, ainda que apareçam evidências materiais e isso ocorre entre as referidas disposições e no próprio poder judiciário (MANGOLIN, 2017, p. 4).

Sobre os antipetistas de direita, esses se localizam na classe média, em grande medida, e é chamada por Mangolin de massa de manobra “pequeno burguesa” (MANGOLIN, 2017, p. 9) e está de acordo com as proposições de Souza (2017; 2020), que orientam e dão sustentação a proposta de demonstrar o que há ainda por trás do antipetismo além de sua perfeita antítese das pautas petistas. Uma vez que suas características básicas se expressam em pautas que são a antítese das defendidas pelos petistas, é preciso compreender o espaço ocupado por aqueles e o porquê de se posicionarem em muitos momentos a partir de pautas que beneficiam apenas a elite econômica. Mangolin traz apontamentos sobre essa classe:

Essa massa de manobra essencialmente pequeno burguesa não faz parte, obviamente, da seleta elite que concentra em suas mãos o grosso da riqueza social produzida. Mas seus militantes de direita repetiram chavões e palavras de ordem sem sentido e serviram de base para a crise política que interessava apenas a determinados setores do grande capital. Foram e são apenas marionetes dele. Como disse João Quartim de Moraes, “É evidente que os empreiteiros do golpe só prosperaram porque conseguiram manipular com êxito frustrações, ressentimentos e ódios do reacionarismo latente nos setores mais obscurantistas e empedernidos da pequena burguesia (ou “classe média”, como dizem muitos) (MANGOLIN, 2017, p. 9 – 10).

Acerca da seleta elite denunciada por Mangolin (2017), Souza (2017) na sua obra *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* propõe que a crise atual brasileira é também e antes de tudo uma crise de ideias, onde ideias velhas acabaram por nos legar o tema da corrupção na política como nosso grande problema nacional. O autor partirá do pressuposto de que, a corrupção real, constituindo-se como a grande fraude que impossibilita o Brasil de avançar em temas urgentes como a abissal desigualdade social, se localiza noutra lugar e é constituída por outras forças que são propositalmente tornadas invisíveis para melhor exercerem o poder real, que será o que Souza denomina de elite do atraso e posteriormente, em *A guerra contra o Brasil: como os Estados Unidos se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro* (2020), obra complementar, propõe que o poder real, anterior ainda à elite do atraso nacional, se localiza no setor do capitalismo financeiro, encabeçado pelo projeto de dominação imperialista estadunidense.

Como as características dos antipetistas se localizam na oposição as pautas petistas, a questão que se coloca são as motivações que levam esse grupo a agir, uma vez que já se sabe em qual classe o conceito de antipetismo mais se expressa, no caso, a classe média ou pequeno-burguesa. Sabendo-se, como demonstrado por Azevedo (2016), que existe uma atuação midiática que não apenas da maior visibilidade, como também amplifica repetidamente suas posições também antipetistas, o que estaria por trás dessa postura tão radical ao ponto de se opor a pautas como a de direitos humanos, sem mencionar a atuação de alguns grupos nazifascistas em seu interior, que não será discutido, mas cabe uma pesquisa aprofundada sobre o tema, em decorrência do seu crescimento. Para mais, é intrigante um grupo que passa a se caracterizar no extremo oposto das pautas de outro partido.

Azevedo compreende, a partir das manchetes e editoriais dos principais diários de grande circulação nacional entre os anos de 1989 e 2014, entre eles a *Folha de S. Paulo*, é que foi feito durante todo o período – alguns com mais intensidade, como a campanha de 1989, outros menos, como a campanha de 1998, como demonstrado no capítulo anterior – conteúdo predominantemente negativo em relação ao PT, seus candidatos ao executivo e os governos petistas instalados em Brasília desde 2003. Para mais:

Tanto a revisão de literatura quanto os dados do nosso levantamento sustentam a afirmação de que a grande imprensa brasileira manteve, durante os períodos eleitorais, não só uma posição crítica em relação ao PT e ao petismo, nos editoriais, como uma cobertura jornalística enviesada e desfavorável. Essa postura ganha matizes e gradações variadas dependendo da conjuntura e do estilo do jornal, mas, em seu conjunto, reproduz o antipetismo explorado no campo político pelas forças de centro-direita, sugerindo um forte paralelismo político entre o campo da mídia e o campo

político. Ademais [...] o antipetismo da grande imprensa tem precedentes históricos, à medida que reitera, com notável continuidade, posições assumidas no passado, ao lado de liberais e conservadores, de combate às correntes alinhadas ao nacional desenvolvimentismo, às políticas distributivas, ao estatismo e ao intervencionismo estatal na economia (AZEVEDO, 2016, p. 132).

Com relação a essa postura da mídia de atuação paralela com o campo político, demonstrado acima, Ridenti (2014) assinalou, analisando o momento de consolidação da cultura de massa e da indústria cultural no Brasil que “a não profissionalização dos meios intelectuais e artísticos e a frágil constituição dos polos autônomos de produção permitiu que se intercambiassem técnicas, repertórios, quadros e critérios de um espaço a outro” (RIDENTI, 2014, p. 43). Em sua fase inicial, portanto, a indústria cultural não contando ainda com uma formação própria de profissionais qualificados, se aproveitará de profissionais formados em outros espaços e “relativamente opostos a ela – em termos ideológicos” (RIDENTI, 2014, p. 43).

Relativamente opostos, pois é preciso seguir minimamente, ou ao menos forjar, que existem pensamentos contrários em seu editorial, para que garantam credibilidade. Apesar do surgimento tardio da imprensa no Brasil, na primeira metade do século XIX, ela já assume um perfil comercial e profissional, contudo, precisa-se pontuar que, como observou AZEVEDO, a “autonomia comercial e financeira e a independência em relação aos partidos políticos não significavam apartidarismo ou neutralidade política nem impediam eventuais convergências ideológicas e políticas com partidos e programas eleitorais” (AZEVEDO, 2016). Esse apontamento é pertinente para as proposições que esse trabalho propõe, pois, como observado a partir dos colunistas analisados, Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli, em suas colunas na *Folha*, são nítidas as posições liberais de exaltação ao estado mínimo, indo de acordo com as pautas de partidos centro-direita, direita e extrema direita, em detrimento de pautas nacional-desenvolvimentista, adotadas por parte dos partidos de centro-esquerda do Brasil. Acerca desse aspecto:

Os historiadores da mídia brasileira, como a própria Abreu (2002) e Sodré (1999), são unânimes em ressaltar o engajamento e a participação ativa da grande imprensa, nos embates políticos ao longo da democracia de 1945 e das crises políticas que a marcaram e que culminaram no episódio da ruptura democrática de 1964. Essa participação não se limitava apenas nos episódios críticos ou nos períodos eleitorais, quando os ânimos políticos estavam exacerbados, mas também era exercida no dia a dia da política nacional e no acompanhamento rotineiro da ação governamental (AZEVEDO, 2016, p. 133).

Esse aspecto também foi verificado na análise das fontes a partir dos colunistas Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli à *Folha*. No ano de 2018, ao analisar as fontes buscando referências negativas sobre o PT, percebeu-se que, sob as formas dos conceitos de patrimonialismo e populismo, recurso intrínseco ao discorrerem sobre o PT, esses colunistas acabam por atingir negativamente o partido como demonstrado na citação acima, o que eles não fazem tão sistematicamente quando se trata de partidos mais ao centro ou a direita do espectro político. Ou seja, um posicionamento que os colunistas apresentam enquanto indiscutível, tanto pela sua aplicação diária como pela representação que esses conceitos exercem sobre os brasileiros, acabam por relegar ao partido a imagem de partido mais corrupto da história do Brasil. Além disso, verifica-se corriqueiras exaltações às políticas neoliberais, não sendo poucos os elogios atribuídos às reformas praticadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer após o golpe jurídico-parlamentar de 2016.

Em Souza (2020), *A guerra contra o Brasil: como os Estados Unidos se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*, temos a elaboração de uma tese sobre as estratégias de construção do imperialismo informal estadunidense, que nos darão indícios de algumas dessas técnicas que serão úteis para a reprodução amplificada do antipetismo. A partir da compreensão de que toda relação econômica de dominação se fundamenta a partir de uma trama simbólica de ideais e valores que a legitimam e justificam, caso contrário, não se compreenderia uma população tão pacífica em meio a um dos países com maiores índices de desigualdade social do mundo. A partir deste contexto, o autor irá explorar a relação de dominação imperialista dos Estados Unidos sobre o Brasil.

A seguir, tratar-se-á de compreender o sentimento que está por trás do antipetismo, podendo ser considerado um conceito na medida em que se expressa materialmente e ideologicamente tanto na esquerda como na direita, como pontuou Mangolin (2017).

Embasado principalmente por Souza (2017; 2020), uma vez que esse traz uma compreensão mais aprofundada da sociedade brasileira a partir de uma análise sociocultural, a discussão terá por objetivo explorar como se dá o processo de sobreposição do racismo fenotípico para o culturalismo. Isto irá ocorrer sem perder sua característica racista, antes entre brancos e negros, e a partir do culturalismo, entre modernos e atrasados e esses, portanto, dignos de serem subalternizados.

O subitem a seguir irá procurar compreender os sentimentos por trás desse conceito e os mecanismos que os motivam e sustentam. Esses sentimentos remontarão ao período da escravidão, que apesar de supostamente ter uma ampla bibliografia a respeito, acaba por

carregar uma espécie de dogmatismo científico a partir das obras de Sérgio Buarque de Holanda, que acabam por minimizar as consequências que os mais de trezentos e cinquenta anos de escravidão deixaram na sociedade brasileira.

2.2.1 O culturalismo racista da teoria da modernização: uma ruptura falseada

Com o objetivo de *A elite do Atraso: da escravidão à lava-jato* (2017) sendo dedicado a exercer uma resposta crítica ao clássico *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936, e compreendendo a fecundidade desta obra na produção acadêmica tanto por intelectuais de esquerda como de direita, Souza dirá que será a influência continuada desse clássico que nos torna tolos. Ademais, a tese proposta é a de que o sucesso desta obra decorre de uma ação combinada de dois fatores, sendo o primeiro pelo fato de Sérgio Buarque de Holanda ter construído uma narrativa totalizadora, como a das religiões, que não deixam espaço para questionamentos e, o segundo, seria o de ter criado a legitimação ideal para uma dominação oligárquica e antipopular, apresentando-se, portanto, como crítica social (SOUZA, 2017).

Souza, perseguindo três eixos temáticos bem definidos, demonstra como uma interpretação da sociedade brasileira da década de 1930, de forma comparativa com os estadunidenses, acabou por tornar nossa sociedade inferiorizada física e moralmente. Sendo o primeiro eixo temático tomar a escravidão - e não a suposta continuidade com Portugal, onde não havia escravidão -, e seu patrimonialismo, como a origem de toda a sociabilidade brasileira, apreendendo esses dois aspectos enquanto conceitos, percebe-se que eles criam um ambiente excludente e perverso dentro da sociedade brasileira. Essa sociabilidade, portanto, se perpetua no tempo justamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada (SOUZA, 2017).

O segundo eixo temático buscou perceber como a luta das classes por privilégios e distinções construiu alianças e preconceitos que esclarecem nosso padrão histórico que se repete nas lutas políticas do Brasil contemporâneo. Evitando compreender as classes de modo superficial e economicista, como fazem tanto liberalismo como o marxismo, percorrerá o caminho percebendo as classes sociais como fruto de uma construção sociocultural, partindo da influência emocional e afetiva da socialização familiar. Conforme a tradição, que segundo Souza, é inaugurada por Sérgio Buarque, que é extremamente influente até hoje, não é

possível perceber a ação das classes sociais, com Sérgio Buarque tendo criado o homem cordial, ou a versão atualizada de DaMatta do homem do *jeitinho brasileiro*. O conflito de classes também acaba sendo distorcido, onde o que se reproduz é um falso conflito entre Estado corrupto e patrimonial e o mercado virtuoso, em contrapartida. Será, então, em decorrência dessa concepção de Sérgio Buarque e seus adeptos de esquerda e direita que os problemas da sociedade brasileira são vistos sob a ótica do patrimonialismo e do populismo, “dois espantalhos que permitiram a aliança antipopular que caracteriza o Brasil a partir de 1930” (SOUZA, 2017, p. 126). Patrimonialismo e populismo, como se verá melhor adiante, serão os subterfúgios perfeitos que sempre serão acionados pela elite brasileira para tocar no moralismo da classe média e incentivá-la, com forte entusiasmo e apoio da imprensa, para irem às ruas para tirar do poder qualquer partido que proponha mudanças para as classes subalternizadas historicamente. Isso ocorreu também com relação ao PT, a partir desses mesmos conceitos, patrimonialismo e populismo, desqualificadores da sociedade brasileira, nas fontes analisadas por esse trabalho.

O terceiro ponto trata-se de um diagnóstico feito com primor da atualidade, uma vez que, se os dois pontos tratados anteriormente são importantes, a sua eficácia deve ser comprovada por uma análise do momento atual mais profundo que o do racismo culturalista, como é chamado o paradigma inaugurado por Sérgio Buarque que o autor critica. Assim, quando se procura refletir sobre um objeto multifacetado, como o mundo social, a primeira coisa a se fazer é perceber as hierarquias de questões mais importantes para se esclarecer. Por conseguinte, o poder é a questão central de toda sociedade e o dinheiro, mera convenção, só pode exercer seus efeitos por estar ancorado em acordos políticos e jurídicos, que acabam por refletir o poder relativo de certos estratos sociais. Conforme o autor esclarece, para se compreender uma sociedade, faz-se preciso reconstruir a sinuosidade do processo que permite a reprodução do poder social real.

Sobre esse poder real, para que se exerça, é preciso que ele seja legitimado. No mundo contemporâneo, quem irá criar essa legitimação que possibilitará o acesso a todos os privilégios são os intelectuais que construíram, no caso brasileiro, um falso rompimento com o racismo científico a partir do conceito de culturalismo da teoria da modernização. O culturalismo, que vem propor romper com o racismo fenotípico dominante até a década de 1920, compreendia que não bastaria simplesmente habitar um corpo com determinadas características fenotípicas ou determinada cor de pele para se explicar o comportamento das pessoas, e sim o estoque cultural que ela herda. Essa forma de explicação tornou-se tão

dominante que rapidamente sai dos ambientes científicos e toma o senso comum, que, por sinal, compõe o conjunto de crenças dominantes compartilhadas pela maioria dos indivíduos de uma sociedade. Por consequência, o culturalismo tomou o mundo para explicações das diferenças sociais e de desenvolvimento relativo no mundo (SOUZA, 2017).

O momento em que o culturalismo se sobressai foi durante a entronização da teoria da modernização, produzida especialmente nos Estados Unidos no segundo pós-guerra, e a partir daí, disseminada para o mundo. Essa teoria explicaria de modo preciso o porquê de algumas sociedades serem mais ricas e adiantadas que outras. Nesse enredo, os EUA são transformados num modelo exemplar para o mundo, e a partir de comparações empíricas massivas com outros países demonstraram que os Estados Unidos eram o paraíso, tendo como base o argumento da herança cultural do protestantismo individualista americano como modelo insuperável para a produção de uma sociedade rica e democrática e, os outros países, realizações imperfeitas desse modelo (SOUZA, 2017).

A partir do exposto, a primeira tese é a de que as ciências sociais no mundo todo estejam sob o domínio quase total do paradigma da modernização. A segunda, nesse sentido, é a de que o paradigma culturalista é uma falsa ruptura com o racismo científico. A terceira é a de que as ciências sociais dominantes no Brasil reproduzem esse próprio esquema e o mesmo falso rompimento com o racismo científico, que segundo o autor, é de fácil demonstração, pois, quando se invoca o estoque cultural como forma de explicar as diferenças entre indivíduos ou sociedades inteiras, o aspecto central dessa ideia nunca é discutido ou apreendido, que é o seu racismo implícito. Esse racismo implícito no culturalismo residiria no mesmo *locus* de todo o racismo, ou seja, a separação ontológica entre os seres humanos de primeira e segunda classe (SOUZA, 2017).

A partir da transferência do racismo fenotípico pelo estoque cultural, o objetivo é dar a impressão de cientificidade, mas acaba por reproduzir os piores preconceitos. De forma sintética, o culturalismo, falsamente científico, acaba por cumprir a mesma função do racismo científico da cor da pele, que é garantir uma sensação de superioridade e distinção para os povos e países que estão em situação de dominação e, a partir do culturalismo, legitimar e tornar merecida a dominação. Esse modelo ajuda as camadas dominantes dos países centrais a legitimar seu próprio sistema social para sua população local, que não deve reclamar do sistema, visto que seria superior aos outros. E, importante de se enfatizar, uma vez que vai percorrer toda a obra, acaba por ajudar essas mesmas camadas superiores internacionais, pois é mais fácil explorar riquezas de povos que se consideram inferiores e desonestos.

Portanto, o racismo culturalista passa a ser uma dimensão não refletida do nosso comportamento social, tanto na relação entre os povos como entre as classes de um país. Assim, a partir da força tanto da legitimidade e do prestígio da ciência quanto do poder de repetição e convencimento midiático, as pessoas passam a pensar o mundo de forma a favorecer a reprodução de todos os privilégios que ganham (SOUZA, 2017).

Com o culturalismo, cria-se uma mentalidade do “senhor”, nos países que mantêm uma divisão internacional do trabalho que passa a beneficiar o “escravo” - criados para obediência e subordinação - por merecimento. Logo, o racismo culturalista se torna uma dimensão não refletida. Um exemplo dessa dimensão entre as classes de um mesmo país pode ser demonstrado a partir de um brasileiro de classe média que, não sendo abertamente racista, também se sente, em relação às classes populares do próprio país, como um alemão e um americano se sente em relação a um brasileiro. Por conseguinte, o que se inicia a partir de um pressuposto científico passa a ser - por motivações e aprendizado, como escolas e universidades, e meios de divulgação, como jornais, televisão e cinema - uma crença compartilhada socialmente. Ou seja, o que antes era ciência, a partir dos incentivos do poder real, torna-se crença compartilhada, o que torna difícil a desconstrução dessa visão de mundo, resultado dessa teoria (SOUZA, 2017).

O pressuposto nunca refletido será a separação da raça humana entre os que possuem espírito e os que não possuem, sendo, esses últimos, animalizados e percebidos como corpo, como fora praticado durante os mais de trezentos e cinquenta anos de escravidão no Brasil. Essa distinção, entre espírito e corpo, faz-se fundamental, tendo em vista que a instituição mais importante da história do Ocidente, a Igreja Cristã, escolheu como caminho para o bem e para a salvação, a noção de virtude, definida por Platão, uma vez que ele definiu as virtudes a partir da necessidade de o espírito controlar as vontades do corpo, que era percebido como habitado por paixões incontroláveis, sendo o sexo e a agressividade em primeiro lugar, que, segundo Platão, levariam o indivíduo à escravidão do desejo e à loucura.

Contudo, é preciso compreender que não foi a leitura de Platão, tendo surgido em um período em que poucos sabiam ler, que proporcionou que essa hierarquia penetrasse em nossa vida social, de modo a percebermos como óbvia e, portanto, pré-reflexiva. Essa leitura irá incorporar, como comentado, no dogmatismo cristão e, a partir do trabalho diário, por séculos, de milhares de padres e monges que, diariamente, primeiramente na Europa e depois em regiões mais remotas, induziu aos camponeses e cidadãos essa noção particular de virtude como necessária para a salvação (SOUZA, 2017).

Como observado, é então a partir dessas ideias dominantes, impregnadas por séculos e em um mesmo sentido, que passam a determinar a vida das pessoas comuns e seu comportamento diário, sem que essas pessoas tenham sequer consciência disso. As ideias unem-se sempre a interesses, que no caso religioso seria conquistar mais fiéis e passa pela ação institucional que vai legitimá-la a partir de seus agentes, como sacerdotes e monges.

Outrossim, foi justamente por conta dessa ação institucional, que se inicia com a Igreja Cristã e na atualidade, pela ação da mídia e da indústria dos bens de consumo cultural, como livros e filmes, que essa hierarquia moral irá separar homens e mulheres em cidadãos de primeira e segunda classe. Como as classes superiores são a classe do espírito, do conhecimento que tem valor, as classes trabalhadoras são do corpo, do trabalho braçal e muscular, aproximando-os dos animais. A partir de uma divisão de gênero, o homem será percebido enquanto espírito e as mulheres, em oposição, definidos como afeto, que origina a ideia da divisão sexual do trabalho, relegando às mulheres um trabalho invisibilizado e desvalorizado nos trabalhos domésticos e no cuidado dos filhos. Ou seja, como não refletimos sobre essas hierarquias, elas se tornam tão poderosas ao ponto de serem naturalizadas, como o efeito de respirar (SOUZA, 2017).

A questão central para se refletir sobre essas hierarquias que se tornam invisíveis e naturalizadas é que ela apresenta uma enorme eficácia capaz de colonizar a mente e o coração também de quem é inferiorizado e oprimido. A vantagem que tal teoria apresenta às classes dominantes é que o culturalismo racista em contraposição ao racismo clássico, como não é vinculado à cor da pele, permite que até os negros estadunidenses sintam-se superiores aos latinos e estrangeiros. Por consequência, após o convencimento de todo um povo de que ele é inferior não apenas intelectualmente, mas também, e talvez mais importante, moralmente, permite que esse povo colonizado por essas ideias prefira entregar suas riquezas nacionais para quem tenha essa superioridade intelectual e moral que, como visto, fora esculpida a partir do modelo do protestante estadunidense do segundo pós-guerra (SOUZA, 2017).

Todo racismo, como visto, e inclusive o culturalismo racista, só pode ser exercido, como é no mundo inteiro, se o oprimido for escravizado pelo espírito, e não apenas pelo seu corpo. A partir de conceitos decorrentes desse culturalismo, se junta a ele a noção de patrimonialismo congênito, ou seja, contaminando toda a política em benefício próprio, com a noção antipopular de populismo, que também fora produto criado por intelectuais, legitima todo ataque contra qualquer governo popular. Assim, a colonização da elite brasileira sobre

toda a população só foi possível em decorrência dessas visões de mundo, vindas de fora para dentro, que permitem explicar a miséria da população brasileira.

A partir da Revolução Francesa no Ocidente, a justificação científica e filosófica passa progressivamente a ocupar o lugar da religião, que não desaparece, mas passa a deixar de ocupar o papel de protagonista e passa a ser um coadjuvante muito ativo em inúmeros casos. Sabendo que o que atribuiu reconhecimento a determinadas teorias não são necessariamente seu conteúdo em si ou o quão explicativa ela possa ser. O que importa nesse contexto, tendo em mente que o campo científico não carrega consigo intrinsecamente a neutralidade, é que a importância dada a uma ideia será medida pela sua eficácia social como ferramenta na luta por justificação e legitimação do seu poder. Para exemplificar, significa que o sucesso que algumas ideias irão lograr está mais relacionada à ação de operadores e divulgadores de outras esferas sociais que amplificam essas ideias para legitimar o poderio de uma classe minoritária, que no Brasil contemporâneo corresponde a 1% da população (SOUZA, 2020).

Esse aspecto é importante para se compreender o sucesso do sociólogo estadunidense, criador e expoente mais reconhecido da teoria da modernização, Talcott Parsons. Sem desconsiderar, em parte, seu prestígio acadêmico. O que lhe conferirá prestígio será a narrativa de uma teoria que legitima politicamente a ideia de que os estadunidenses são exemplos nos aspectos sociais e culturais. Como dito anteriormente, sobre as ideias terem mais valor de acordo com os interesses que ela defende, essa ideia será perfeita para justificar o imperialismo informal estadunidense (SOUZA, 2020).

A partir da colonização do espírito que estadunidenses e europeus conseguem legitimar seus privilégios, haja vista que de nada adiantaria se eles - americanos e europeus - se autodeclararem superiores, se africanos, asiáticos e latino-americanos não se convencessem disso. Da mesma maneira, agora se referindo a nossa elite do dinheiro, de nada adiantaria constituir uma concepção de país e nação para favorecer seus interesses se a classe média e a população no geral não forem convencidas sobre isso. É nesse momento que entram intelectuais e a mídia, amplificando e reproduzindo mensagens duais, que fingem explicar o mundo como ele é, quando para o bem da verdade, existem para tirar dos indivíduos toda compreensão que resultaria em sua defesa (SOUZA, 2017).

Na contemporaneidade, a dominação precisa ser legitimada cientificamente, pois é ela quem atribui prestígio a uma ideia, que antes era legitimada pela igreja. Isso explica, por exemplo, o fato de toda informação midiática, em jornais ou TV, procuram legitimar suas

ideias chamando algum especialista na área que se esteja discutindo. Com essas estratégias de dominação, que se apresentam mais como simbólicas que material, a posse, por parte agora da ciência, do que é verdadeiro, permite se apoderar de decidir o que é justo e o que é injusto, honesto e desonesto, bem e mal, e assim sucessivamente. A partir do prestígio científico controla-se tudo o que é importante na nossa vida (SOUZA, 2017).

Acontece que no Brasil os nossos intelectuais sempre tiveram uma obsessão em fazer comparações com os EUA. Logo, antes mesmo da teoria da modernização ter atravessado todas as fronteiras possíveis, a elaboração do nosso culturalismo racista fora feita pelas mãos dos nossos intelectuais, na década de 1930. No caso do racismo culturalista estadunidense, ele é implementado por política de Estado e não por ação espontânea. Desse modo, a teoria da modernização recebe dinheiro pesado do departamento de Estado, onde milhares de trabalhos são realizados nas duas décadas seguintes ao início do século XX com a intenção de mostrar como os estadunidenses eram o exemplo ideal para as demais sociedades. Sendo assim, todos os outros países seriam uma espécie de realização incompleta desse padrão. Em seguida, os estadunidenses irão doar dinheiro, a partir de fundações, para fazer circular essa teoria e seus pressupostos implicitamente racistas no mundo, inclusive para o Brasil (SOUZA, 2017).

Souza explica que, simultaneamente ao momento em que Talcott Parsons iniciava o seu engenhoso esquema, que se tornaria influência máxima da teoria da modernização no mundo, enaltecendo os estadunidenses a partir de sua prosperidade, no Brasil era desenhada a descrição do vira-lata, produto típico do pensamento de um escravo dócil, que era a imagem invertida do americano protestante e superior no mundo a partir de Parsons. Para descrever essa proposição, percebe-se que se Parsons e seus seguidores procuraram construir a imagem dos estadunidenses enquanto objetivos, pragmáticos, universalistas e produtivos, os nossos intelectuais mais influentes construíram o brasileiro com a imagem oposta, sendo, no entanto, pré-moderno, tradicional, particularista, afetivo e, para completar a desqualificação, possuidor de uma tendência à desonestidade (SOUZA, 2017).

No início da aventura brasileira nesse campo de pensamento, contudo, não fora de todo maligna. A partir de Gilberto Freyre que, como homem fruto de seu tempo, fora prisioneiro do racismo científico e, nos anos 20 do século passado, ao culturalismo, descreve o Brasil moderno cheio de ambiguidades e contradições, como o próprio Freyre. O que Gilberto Freyre irá construir, ancorado no culturalismo racista do seu período, será um sentimento de identidade nacional ao brasileiro, que possibilitasse algum tipo de orgulho nacional, como uma fonte de solidariedade interna. A partir desta construção, nesse contexto

surge a ideia do brasileiro possuidor de uma cultura única no mundo, que será percebida como abertura cultural ao diferente, somando-se as virtudes dominadas, no entanto, associadas ao corpo e não ao espírito, como a sexualidade, a emotividade, o calor humano, a hospitalidade etc. Antes disso, cabe enfatizar, não existia uma identidade nacional que fosse compartilhada por todos os brasileiros (SOUZA, 2017).

Com essa descrição feita por Freyre, a partir do paradigma do culturalismo brasileiro, temos ainda hoje a compreensão de que temos uma continuidade com Portugal de onde viria nossa emotividade como traço singular da nossa cultura. O que ocorrerá a seguir será a crítica a essa obra de Freyre por Sérgio Buarque de Holanda, que se aproveita das ideias fundamentais da obra de Freyre (2004) em seu clássico *Raízes do Brasil*, mas se aproveitando dessas ideias de uma forma muito particular. O que se verá será todo o esforço de Freyre em ver aspectos positivos, ou pelo menos ambíguos, no que ele enxergava como legado brasileiro, sendo desconstruído por Sérgio Buarque e transformado em aspectos exclusivamente negativos. Contudo, será esse mesmo homem emotivo descrito por Freyre que será manipulado por Buarque e transformado em *homem cordial* (SOUZA, 2017).

A primeira transformação empreendida por Buarque será a mutação completa do brasileiro que será pensado de maneira genérica sem distinções de classe enquanto pura negatividade do homem cordial. A segunda concerne ao alargamento dessa mesma noção para a noção de Estado patrimonial. Segundo Souza essas duas noções juntas constroem a ideia do brasileiro como vira-lata, que, como visto, é a contraposição do protestante americano, próspero e honesto por natureza, enquanto nós, os brasileiros, desonestos por natureza, herdando a emotividade e o personalismo lusitano (SOUZA, 2017).

O patrimonialismo, na interpretação de Buarque, dirá que o Estado no Brasil seria um alongamento institucionalizado do homem cordial, abrigando elites que roubam a população enquanto privatizam o bem público. Essa concepção será central para que seja legitimado o liberalismo conservador no Brasil e se torna, tendo em vista os interesses políticos e econômicos, a própria interpretação dominante dos brasileiros sobre si mesmos, tanto nos espectros políticos de esquerda, de centro e de direita.

Prosseguindo, Souza acrescenta que Sérgio Buarque não demonstra em sua obra a nossa hierarquia social, tendo em vista que não explica a gênese do tipo de capital que, para ele, singularizava o Brasil. Assim sendo, o capital do homem cordial refere-se ao capital de relações pessoais, que seu seguidor, Roberto DaMatta, chamará mais tarde de *jeitinho brasileiro*, outra concepção que para o autor nos é naturalizada pela repetição.

O grande problema do conceito de Buarque e readaptado pelos seus discípulos, ou seja, a maioria dos pesquisadores, é que a partir do conceito de patrimonialismo, onde o Estado é visto como naturalmente corrupto, uma vez que ocupado por brasileiros cordiais e vira-latas, é que ele ao mesmo tempo endeusa o mercado, pela mera oposição. A problemática que daí decorre é sentida a partir de sua influência na sociedade, desde a formação escolar inicial. Assim, todo brasileiro enquanto criança apreende os pressupostos dessa teoria culturalista, com a ideia das três raças formadoras, além da continuidade com Portugal e à crítica da corrupção só do Estado.

Contudo, em contraposição à ideia de patrimonialismo de Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, Freyre, em *Sobrados e mucambos*, dirá que o sadismo brasileiro, originário da escravidão e da família patriarcal instaurada no Brasil pelos portugueses a partir de 1932, transformar-se-á em mandonismo, saindo da esfera privada e invadindo a esfera pública, o que inaugura uma dialética particularmente brasileira de privatização do público pelos poderosos, que é, portanto, o oposto do proposto por Faoro e Holanda, que viam a elite má e aproveitadora no Estado, o que invisibiliza o mandonismo real, no caso, primeiro dos proprietários rurais e posteriormente dos urbanos (SOUZA, 2017).

Avançando para o século XIX, o familismo e o patriarcalismo rural entram em conflito, pela primeira vez, com valores universalizantes. Esses valores universais e ideias burguesas entram no Brasil da mesma forma que haviam sido propagadas na Europa no século XVIII, através da troca de mercadorias. A partir do século XIX, o que se verá será um embate valorativo entre os dois sistemas, sendo a característica fundamental do Brasil moderno. A partir do novo contexto urbano, o patriarca deixa de ser visto como referência absoluta e ele próprio se vendo obrigado a respeitar um novo sistema de valores, com regras específicas e aplicável a todos, até mesmo a própria elite social. Agora, a opressão é exercida progressivamente menos por portadores de escravos, e mais pelos portadores de valores europeus de qualquer cor, contra os pobres, africanos e índios.

Precisa-se esclarecer que durante o período de transição do poder político, econômico e cultural do campo para a cidade, de início, o privatismo e o personalismo rural foram transportados para a cidade da mesma forma que eram exercidos no campo. É nesse contexto que irá surgir a classe que comporá o estrato médio da sociedade. O principal elemento que irá dissolver a sociedade e a cultura patriarcal será a máquina, que desqualifica o trabalho muscular e desqualificado do escravo, o que acabou por diminuir a importância tanto do senhor como do escravo (SOUZA, 2017).

Como parte dessa revolução, nessa nova sociedade urbana nascente havia enorme número de mestiços e filhos ilegítimos de senhores e padres, pessoas com status intermediários, que na maior parte das vezes assumiram as funções de agregados das famílias patriarcas rurais, encontram na nova sociedade urbana uma chance de ascensão que antes era imprevisível enquanto agregados. Assim, esses indivíduos, em sua maioria mestiços, sem outra forma de ganhar a vida senão sua habilidade e disposição em aprender novos ofícios mecânicos tornam-se, em sua maioria, aprendizes de mestres de artesãos europeus, que começam a originar o elemento mais distintivamente burguês daquela sociedade nascente, o estrato médio, a partir da forma de uma meia-raça.

Deste modo, o conhecimento passa a ser um elemento definidor e progressivo na definição do novo estrato social. Com o enriquecimento gradual de mulatos aprendizes e artífices, além de imigrantes, que nesse período eram em sua maioria portugueses, como comerciantes, principalmente, iniciam-se as rivalidades e preconceitos de maneira gradativa (SOUZA, 2017).

A partir das exposições, percebe-se que aí se localiza a gênese de uma classe decisiva para o novo Brasil que se constituía, no caso, a classe média, que terá por privilégio a reprodução do capital cultural valorizado. Por conseguinte, essa classe média de formação incipiente no século XIX já indica para uma forma de distinção social que irá ter mais peso com o tempo, que será a sua distinção em relação aos de baixo.

Paralelamente a formação dessa classe média, ocorre o processo de proletarização e criminalização do negro, sendo justamente esse estrato o elemento que todos procuraram distinguir-se. Essa classe, portanto, proletarizada e discriminada, será o que Souza diz ser a gênese da ralé brasileira, com uma diferença que hoje essa classe é composta por negros e mestiços de todas as cores, cuja única transformação ocorrida foi no termo raça condenada para classe condenada. O que permanece, contudo, é sua função social, servindo às outras classes como mecanismos de distinção de duas maneiras: a primeira, simbólica, pelo simples prazer da sua ascendência e do poder de mando, e a segunda, material e pragmática, visando criar uma classe sem futuro que poderá ser explorada de maneira covarde (SOUZA, 2020).

O negro que fora abandonado em sua suposta liberdade, uma vez que sem políticas inclusivas que lhes permitissem algum tipo de ascensão social, vai ser vítima da maior das violências, sendo ela agora primeiramente no plano imaterial, a partir do pressuposto de que, enquanto fora animalizado para ser usufruída a sua força muscular, em serviços que demandavam muito esforço físico, além de estigmatizado, agora pede-se a ele que se torne um

trabalhador, também utilizando a sua força muscular, e se orgulhe disso. Ou seja, o que antes significava o elemento da sua desumanidade, agora lhe é exigido apreço. A partir da imigração de italianos, que serão seus principais concorrentes nos trabalhos braçais, ele é colocado em uma competição desonesta, pois os italianos já viam no trabalho motivo de orgulho e realização pessoal. Esse contexto evidencia as desigualdades e dificuldade que foram impostas aos negros a partir da abolição em 1888 (SOUZA, 2017).

Outrossim, apesar de não haver mais escravidão, as práticas de abandono e de ódio de classe, que se reproduziram no tempo e são existentes até hoje, a cada dia se apresentam enquanto mais desumanas, de modo a termos uma força policial que, com o aval da classe média e da elite econômica, legitimada pelo Estado, mata negros e pobres brancos indiscriminadamente. Chacinas realizadas em presídios (onde a população carcerária em sua maioria é composta por negros e brancos pobres) são justificáveis para essas classes, quando não comemoradas.

Aqui, portanto, é o cerne das proposições de Souza (2017) que irão dar sustentação às proposições dessa narrativa. O ódio ao pobre na contemporaneidade se trata de uma continuidade do ódio que antes fora direcionado ao escravo, uma vez que, quando as classes médias se indignaram e passaram a sair às ruas em 2013, contra o PT, com a pauta da corrupção, o mesmo não se viu quando foram comprovados casos de corrupção de outros partidos. Esse aspecto gera naturalmente a reflexão do motivo que estaria por trás de os erros do PT ter sido visto com tamanha indignação e, em contrapartida, de outros partidos, em sua maioria do centro para o centro-direita do espectro político, são vistos com tamanha naturalidade.

A partir das reflexões empreendidas, o fator central é que o ódio ao pobre fora travestido ao ódio ao partido que diminuiu as distâncias entre essas classes sociais no Brasil moderno, que fora justamente o que lhe havia garantido a superioridade com relação à elite e as classes populares, através do capital cultural. Assim, a partir do público leitor da fonte analisada por essa reflexão histórica, no caso, a *Folha de S. Paulo*, que, como salientado, em sua maioria classe média e elite econômica, sem mencionar o próprio grupo Folha, componente dessa mesma elite, contribuem para a disseminação desse ódio a partir da produção e propagação do antipetismo. A partir das análises realizadas e da literatura especializada, o tema da corrupção, como demonstrado a partir de Mangolin (2017), se restringem apenas quando são referentes aos candidatos petistas, pois não se vê manifestações tão massivas e com tanto apoio midiático quando se trata de outros partidos.

No subitem a seguir trataremos de como a classe média se apropria dos espaços públicos em decorrência do seu privilégio em adquirir capital cultural que não era, antes de 2003, acessível a ralé expressa por Souza, pois no período tanto varguista como janguista, as pautas se concentravam, no primeiro, nos trabalhadores urbanos e no caso de Jango, também para os rurais, com sua proposta de reforma agrária. A diferença que ocorre em 2003 é que fora incluída no orçamento público a população mais vulnerável da sociedade brasileira, que viviam em média com um quarto de salário-mínimo, e que passaram a ser assistidas a partir do primeiro governo Lula, conforme expõe Secco quando diz que “o número de pessoas que vivia abaixo da linha de pobreza (até um quarto do salário-mínimo) caiu de 21,3%, em 2003, para 10,5% em 2008” (SECCO, 2013, p.184).

A descrição a seguir é importante, pois evidencia que essa classe, a média, ou essas, acabam atuando enquanto massa de manobra da elite brasileira, principalmente a partir de seus usos instrumentais da imprensa venal, para ir às ruas contra governos com grande apoio popular sob os motes de patrimonialismo e populismo, como demonstramos acima. Ou seja, patrimonialismo, enquanto uma representação do brasileiro enquanto naturalmente corrupto e o populismo, que dito de maneira clara, expressa na realidade um preconceito dessas classes por considerar as populações menos favorecidas incapazes de escolher seus representantes e por isso facilmente manipuláveis por líderes carismáticos. Esse conceito, portanto, presume que as classes desprivilegiadas não possuiriam cognição para compreender os avanços e retrocessos em sua existência enquanto sujeitos históricos ativos na arena social.

2.2.2 O privilégio oculto: a desconstrução da meritocracia

Souza (2017) expõe que, sabendo que as contradições e os conflitos sociais de uma sociedade são sempre relações de dominação entre as classes, não se pode confundir e reduzir esses conflitos de classes apenas à corrupção do Estado para ocultar a realidade, nem reduzi-las apenas ao aspecto econômico. Complementa afirmando que sem que se reconstrua a pré-história da classe de cada indivíduo, vamos ter apenas pessoas competindo em condições iguais, pelos bens e recursos em disputa na sociedade. No entanto, sem a ideia de classe e as consequentes injustiças nelas existentes desde o berço, continuaremos tendo a legitimação perfeita para a farsa da meritocracia.

Para que se reconstrua, todavia, a pré-história de classe de cada um de nós, faz-se preciso partir desde a tenra infância, na socialização familiar primária, uma vez que as classes são reproduzidas no tempo pela família. Logo, o sucesso escolar dependerá se a disciplina, o pensamento prospectivo e capacidade de concentração são verdadeiramente transmitidas aos filhos. Desse modo, compreendendo que cada classe social tem um tipo específico de socialização familiar, é justamente aí que as diferenças entre as classes precisam ser encontradas e refletidas, tomando essa reflexão a partir de uma ótica sociocultural, e não apenas econômica (SOUZA, 2017).

Para exemplificar a proposta de Souza, esse acrescenta que serão os estímulos que uma criança de classe média recebe na própria família, como o hábito da leitura, que lhe permitirá ampliar sua imaginação, o reforço corriqueiro de sua capacidade e autoestima, fazem com que o sucesso escolar e futuramente, o profissional, seja-lhes o destino. Por outro lado, os filhos dos trabalhadores braçais, sem o mesmo estímulo à imaginação e que brincam com a carriola do pai que trabalha como servente de pedreiro, acabam por aprender afetivamente, pela identificação com a figura amada, a serem também trabalhadores manuais/braçais desqualificados. Como os seres humanos são formados por imitação e incorporação pré-reflexiva e inconsciente daqueles que amamos, normalmente os pais, ou seja lá quem ocupa esse papel, as classes e os seus privilégios decorrentes, ou suas carências, são também reproduzidas a cada geração (SOUZA, 2017).

Apesar de todas as classes sociais possuírem sua posição relativa de poder e importância pré-determinada, abaixo da elite econômica a grande luta que ocorre é por capital cultural, que a partir da interpretação de Souza sobre o conceito de Bourdieu, seria a posse de conhecimento útil e valorizado nas suas mais variadas formas, uma vez que progressivamente o capital econômico se torna mais hereditário. A partir do conhecimento e seu caráter impessoal, indispensável para a reprodução do capitalismo como capital econômico, o que resta para a disputa às outras classes é o capital cultural (SOUZA, 2017).

Esse capital, no Brasil, vai ser historicamente exercido pela classe média, que irá agir do mesmo modo que a elite econômica age com o dinheiro, ou seja, vai acreditar que o conhecimento valorizado, ou capital cultural, é exclusivo à sua classe. Esse estrato é o que dará peso e amplificação ao antipetismo na contemporaneidade, uma vez que a concentração de renda no Brasil e sua conseqüente desigualdade relega ao topo da pirâmide social uma parcela quase insignificante da sociedade brasileira que não seria capaz de causar desconfortos a partido ou político algum. Compreendendo que, a partir das políticas públicas

desenvolvidas pelos governos petistas, entre elas as cotas, que incluía classes antes marginalizadas ao acesso à universidade, esse capital cultural que era exercido quase exclusivamente pela classe média, passa a ser disputado pelas classes populares, o que lhes torna a tropa de choque da elite econômica, ativadas e desativadas sob o mote da corrupção e do populismo (SOUZA, 2017).

Assim, a sua participação massiva nos golpes contra as classes populares, inclusive o de 2016, contra a presidente Dilma Rousseff, não tem origem na moralidade e combate à corrupção e sim com estratégias de reprodução desses privilégios, que eles passam, inclusive, a não enxergar comodamente. Dessa forma, por esse capital cultural ser impessoal, ou seja, não ser transmitido como o capital econômico, irá ser a classe que defenderá arduamente a meritocracia, por não compreender esse privilégio de berço ou negá-lo (SOUZA, 2017).

Para exemplificar esse privilégio, é preciso mais uma vez compreender as relações socioculturais de cada classe, e, desse modo, o simples motivo da classe média poder comprar o tempo livre de seus filhos exclusivamente para a escola, enquanto nas classes populares os filhos precisam conciliar estudo e trabalho geralmente a partir dos 11 ou 12 anos. A criança de classe média, devido aos estímulos já anteriores ao colégio, chega à escola com mais propensão à concentração nos estudos e ao hábito da leitura, formando uma classe já predestinada a ocupar os espaços privilegiados na competição social (SOUZA, 2017).

Em contrapartida, nas classes populares, com um contexto social distinto dessa classe média do privilégio, descendente de escravos libertos sem nenhuma política inclusiva, se mistura a uma pequena parcela de mestiços e pobres brancos que também contam com um histórico de abandono, o que recebem de herança é, na realidade, o ódio e o desprezo devotado ao escravo no passado, apesar de agora a dominação ser de classe e não de raça. Essa classe, a partir desse preconceito invisibilizado, só é tolerada para exercer funções mais penosas, com preço baixo, para o conforto e para poupar o tempo das classes médias e alta. Essa classe, portando, subalternizada, acaba por concluir a escola, geralmente, como analfabeto funcional, justamente por não ter podido, pelo contexto familiar, se dedicar integralmente aos estudos (SOUZA, 2017).

A partir das quatro grandes classes sociais no Brasil contemporâneo, que internamente são divididas e tantas outras frações, especificamente a elite dos proprietários, a classe média e suas frações, a classe trabalhadora semiqualficada e a ralé de novos escravos, têm-se que a classe que sempre se tornou uma peça estratégica para o padrão de dominação que mantém estável o *status quo* é a classe média. A elite dos proprietários mantém suas

posturas como outrora, no caso dos latifundiários, a grilagem de terra e invasão de territórios indígenas ainda é recorrente, com a elite do dinheiro comprando o parlamento e sentenças judiciais. Com a ralé de novos escravos, o mesmo ódio que se projetava ao escravo, uma vez que agora passam a competir, ainda que de maneira desigual, pelo capital cultural que a classe média decidiu por bem – dos seus, diga-se de passagem-, que era de uso restrito a sua classe (SOUZA, 2017).

A partir de 1980 inicia-se um processo de mudança, ainda que modesta, com a fundação do PT, onde a completa relação de subjugação aos interesses elitistas passa a ser contrabalanceada de algumas formas. Dentro desse contexto, trabalhadores e movimentos sociais das classes populares passaram a ter algum poder de fala, ainda que pequeno, além de estarem constantemente vigiados e suscetíveis ao poder de difamação da grande imprensa. Portanto, a classe média atua para manter estáveis tanto a classe da elite dos proprietários, como o seu próprio *status* de classe predestinada a usufruir exclusivamente do capital cultural. Será esse capital cultural que lhe permitirá se distinguir materialmente e simbolicamente da ralé de novos escravos. Ela irá ser a tropa que, ao comando da elite dos proprietários, formará com a mesma um pacto antipopular que será expressa a partir de uma instituição fundamental que nasce com o mundo moderno, no caso, a esfera pública (SOUZA, 2017).

Como toda dominação da elite dos proprietários, possuidores do capital econômico, interferem diretamente na economia, o questionamento que surge instantaneamente seria de que maneira ele adentra e passa a mandar indiretamente no mundo social e político. Isso, conforme Souza (2017) se consolida com colonização, a partir do dinheiro, da opinião pública. Como a desigualdade surge da acumulação de capital, uma vez que ele implica sua reprodução ampliada ao infinito, a elite econômica traveste seus interesses de proprietários em interesse público, garantindo seu controle da reprodução social e mantendo seus privilégios. Isso se dá na medida em que mesmo tendo o controle dos meios de produção material e simbólicos, a partir de jornais, revistas e editoras, ainda sim é preciso outras formas de colonização e dominação (SOUZA, 2017).

O domínio exercido pela elite dos proprietários ocorre de maneira distinta entre as classes médias e populares. Entre as classes médias, o domínio da elite se dá de maneira simbólica, enquanto com as classes populares ela atua a partir da repressão e da violência material. A partir do desenvolvimento da imprensa e da televisão, que no caso brasileiro, não houve concorrência com outros tipos de organizações - como as televisões públicas que existem em alguns países europeus, nos Estados Unidos e no Canadá -, e sim apenas

interesses comerciais, favoreceu a criação de conglomerados na área da comunicação, que como visto em Azevedo (2016), transformam-se em arregimentadores e, também, instrumento de interesses privados que são vendidos, a partir das notícias, como se fossem públicos. Importante ressaltar que, nesse caso, os interesses privados também são os dessa imprensa, uma vez que também compõem essa elite de proprietários.

O que fica evidente é que enquanto a elite econômica, a partir do patrimonialismo, se utiliza da retórica da privatização do Estado pela elite política, não se questiona a privatização da esfera pública por essa elite proprietária, apegada apenas aos interesses econômicos. Assim, a partir de um projeto muito bem elaborado por essa elite, uma falsa contradição é sempre exposta no lugar do conflito real (SOUZA, 2017).

A partir do início do século XX, não podendo mais controlar a sociedade com a farsa eleitoral juntamente com a violência física, a nova forma de controle oligárquico deveria se desenvolver agora de maneira distinta. O que passa a ser a nova arma dessa elite será o domínio da opinião pública. Adaptando o liberalismo aos novos tempos, ele precisava agora convencer mais que oprimir. Agora, o que se formava era uma captura intelectual e simbólica da classe média letrada pela elite do dinheiro, o que forma o pacto antipopular da elite de proprietários com a classe média, criando a aliança de classe dominante que caracteriza o Brasil até hoje (SOUZA, 2017).

A seguir, tratar-se-á da consolidação do domínio da opinião pública pela elite proprietária. Portanto, a partir das exposições, compreende-se que o fato da classe média demandar determinando esforço para angariar capital cultural acaba por tornar grande parte dessa classe defensora da meritocracia. Portanto, demonstrou-se, a partir de uma análise que centraliza o debate da sociedade brasileira partindo da escravidão e procura compreendê-la a partir de uma análise sociocultural, que o privilégio dessa classe vem de berço, a partir do aprendizado afetivo e depois com a possibilidade de dedicarem-se exclusivamente aos estudos, o que não ocorre nas classes populares.

2.2.3 Alienação estratégica

O pacto antipopular se consolida a partir de uma estratégia que conta com diversos atores que compõem a elite proprietária. Para que esse projeto se consolide, essa elite de proprietários irá legitimar seu poder criando a Universidade de São Paulo, USP, que

funcionaria como um tipo de *think tank*¹⁰ com amplitude muito maior, que irá adaptar o liberalismo aos moldes mais do convencimento que de violência. Com o patrimonialismo, ou seja, o Estado corrupto enquanto prolongamento do homem cordial, do “jeitinho brasileiro” de Raymundo Faoro inspirado nas obras de Sérgio Buarque e o Estado corporificando todas as mazelas do país, a elite do dinheiro se apropria desse conceito sempre que a soberania popular coloque alguém contrário aos interesses do poder econômico. Cabe acrescentar que isso não significa que a USP não tenha produzido outros trabalhos com vertentes distintas do liberalismo conservador e sim que o que teve mais destaque e amplificação, em âmbito nacional, eram as mais úteis para a tradição elitista conservadora. Com acesso a editoras conceituadas, agências de financiamento, sem mencionar os mecanismos de consagração da grande imprensa, atuante no pacto, com a amplificação de informações descontextualizadas ou mesmo falseadas, o caminho fica livre para a circulação de ideias que contribuem para a formação desse pacto (SOUZA, 2017).

Esse embasamento coaduna com o que é percebido a partir das colunas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli, uma vez que a prática de apontamentos negativos em relação PT é nitidamente um tema central em suas colunas que saem às sextas-feiras e sábados, com raras exceções. Ademais, a exaltação às políticas de cunho liberal, também exercida de maneira incessante pelos colunistas, com mais destaque para Reinaldo Azevedo, acabam por sempre beneficiar candidatos que apresentem pautas semelhantes ao seu posicionamento ideológico, assim, pode-se dizer que eles preparam o terreno para que ideias liberais-conservadoras frutifiquem, a partir das rotineiras exaltações a políticas liberais simultaneamente às críticas a políticas nacional-desenvolvimentistas e estatistas, como será acrescentado no exemplo a seguir:

A incursão da imprensa no campo político não se dava ligada verticalmente ao campo político (com as exceções já ressaltadas, com *A Tribuna*, de Carlos Lacerda, e a *Última Hora*, ligada ao varguismo e ao governo Jango, e, fora da grande imprensa, como os jornais editados pelos comunistas), entretanto, o compartilhamento de valores ideológicos e modelos econômicos convertia os grandes diários num aliado conveniente para as correntes liberais e conservadoras. Para perceber o que estava em jogo, é necessário lembrar que, de meados dos anos 1940 até a primeira metade dos 1960, a clivagem fundamental em torno da disputa entre os nacional-desenvolvimentistas e os liberais e conservadores (LAMOUNIER, 2005). Os primeiros abrigavam as correntes estatistas, nacionalistas e distributivas, distribuídos num amplo espectro da esquerda, reunindo desde socialistas e comunistas até

¹⁰ *Think tanks* “são organizações especializadas em produzir análise de políticas públicas e defender causas ou políticas entendidas como de relevância coletiva” (SECCHI; ITO, 2016, p. 335).

trabalhistas ligados a Vargas e Jango. Do outro lado, estavam os liberais (na economia), adeptos das medidas pró-mercado e da redução do tamanho e do papel do Estado, e conservadores (na política), contrários às reformas sociais, e ambos reunidos num bloco liderado politicamente pela UDN. A grande mídia sempre esteve dos liberais e conservadores, atuando como um braço midiático da oposição nos governos Vargas e Jango – os dois mais comprometidos com o projeto nacional-desenvolvimentista. Esta clivagem entre liberais e conservadores e nacional-desenvolvimentista, após o interregno da ditadura militar, seria ativada com novos atores políticos, na atual quadra democrática, através da polarização eleitoral entre PT e PSDB (AZEVEDO, 2016, p. 33).

O argumento do autor acima exemplifica uma das maneiras da mídia conseguir alienar a opinião pública. Ao se posicionar enquanto liberal, a mídia se torna um instrumento conveniente aos políticos liberais e conservadores, utilizada instrumentalmente para atingir seus opositores. Com manchetes diárias que exaltem políticas de cunho liberal e as suas benesses, prepara-se o terreno para o candidato incorporar a pauta já decidida de antemão. A partir dessa clivagem, que se observa em dois momentos distintos da história brasileira, cobrindo dezenove anos do chamado período populista (1945-1964), e os últimos vinte e cinco anos (1989-2014), podemos observar e assinalar as permanências e continuidades no comportamento da imprensa, assim como sua relação com o cenário político (AZEVEDO, 2016).

A característica que vai perdurar desde essa época no liberalismo conservador será o discurso do falso moralismo da higienização moral da nação, sendo esse o discurso acionado pela elite para ativar sua aliada – a classe média – contra políticas públicas que visem diminuir nossa exuberante desigualdade social. Como o privilégio dessa classe é invisível, uma vez que não compreendem o que Souza chama de reprodução da socialização familiar, que esconde um trabalho prévio, feito desde o nascimento, para formar seres humanos mais aptos à competição social, essa é a classe na qual o discurso meritocrático e de superioridade moral irá se alicerçar (SOUZA, 2017).

O discurso elitista e conservador brasileiro ancora-se em dois conceitos, ambos desenvolvidos na USP, e posteriormente vão se incorporar à opinião pública. O conceito de patrimonialismo, já explicitado, e o de populismo. Isso acontece não em decorrência de que todos os intelectuais passarão a compreender seus trabalhos a partir dessa categoria, e sim porque as ideias que irão de encontro com o projeto de dominação elitista serão reverberadas pela imprensa cotidianamente, tornando-as como consagradas, fazendo com que elas se transformem em uma arma política (SOUZA, 2017).

Com o objetivo de estudar o comportamento das classes populares na política, Francisco Weffort, um dos membros fundadores do PT, desenvolveu outro conceito onde o liberalismo conservador irá se apoiar quando necessário. Como a própria ideia de patrimonialismo e de corrupção apenas no Estado, esse conceito também foi criado para estigmatizar o legado de Getúlio Vargas.

Como ampliação, a noção de populismo será usada para rotular a presença das massas na política. A noção de populismo, que coligada aos interesses das classes abastadas, pretende desvalorizar a importância do voto das camadas populares. Isso fica evidente quando a propagação de ideias de que as classes populares não sabem votar ecoam no dia a dia da sociedade brasileira, classes essas que compõe, em certa medida, apesar de não filiadas, o campo eleitoral do PT, que efetivamente lhes trouxe alguma mudança pragmática e imediata, algo que não viam desde o período das pautas trabalhistas e nacional-desenvolvimentistas das décadas de 1950 e 1960 (SOUZA, 2017).

Para demonstrar, Goldstein (2015b) *apud* Azevedo (2016), em tese defendida recentemente na Universidade de Buenos Aires, a partir de uma pesquisa comparativa das posições políticas d'O *Globo* e do *Estadão* através de análise dos seus editoriais, colunas e artigos, no período do governo Vargas (1951-1954) e do primeiro mandato do governo Lula (2002-2006) concluiu que “a desqualificação, tanto no caso de Vargas como no caso de Lula, e em ambos os jornais, era operada basicamente a partir de dois eixos temáticos centrais, que organizavam o discurso antivarguista e contra o lulopetismo: o populismo e a corrupção” (GOLDSTEIN, 2015 *apud* AZEVEDO, 2016, p. 134).

Continuando com as proposições acima, o argumento do populismo, resguardadas as características peculiares ao seu tempo e ao contexto político, qualificam tanto Vargas como Lula como políticos de partidos populistas - já no período anterior ao ano de 2002, no caso de Lula, a designação que lhe era atribuída era de radical de esquerda -. Ambos são associados aos sindicatos de trabalhadores de forma pejorativa e seus interesses corporativos, tendo no caso de Vargas, por exemplo, a política de valorização do salário mínimo sendo vista e disseminada como uma estratégia eleitoral e, no caso de Lula, o Bolsa Família fora apresentado como uma política clientelista com objetivo eleitoreiro e, apesar de ter sido reconhecida internacionalmente como exemplo de boa política redistributiva, ainda hoje é propagada por alguns jornais (AZEVEDO, 2016).

O que o patrimonialismo propõe é que o problema do país seja às elites políticas, que por estarem representando o aparato público, estão mais visíveis, inclusive quando ocorrem

denúncias de desvios de verba. Em contrapartida, omitem a partir dessa narrativa que essa elite do estado apenas faz o trabalho corruptivo de uma verdadeira elite mais desonesta, que é a elite do dinheiro, dos proprietários, que dessa forma dirigem o mercado e conseguem manter-se invisibilizado (SOUZA, 2017).

O populismo se apresenta de outra forma, sendo seu objetivo desqualificar o voto da massa mais carente de recursos. Mas o que na realidade ele esconde é que ele se disfarça de uma análise crítica. A opinião pública colonizada se estabelece com a informação seletiva e da opinião instrumentalizada, projetando e propondo pautas que vislumbram apenas às classes alta e média. Por trás desse cenário, sob o comando, a elite do dinheiro e seus conceitos construídos a partir de uma intelectualidade, difundido com o prestígio dos colunistas e editorialistas da imprensa, o patrimonialismo que demoniza seletivamente o chefe de Estado e o populismo, que desqualifica e inferioriza as classes populares, ganham terreno na classe média que não percebe seus privilégios e se posicionam a favor do discurso meritocrático (SOUZA, 2017).

O conceito de populismo, como explicitado, é forjado para expressar uma forma de governar, contudo, carrega consigo preconceitos históricos. As características que são apresentadas como composição do populismo seria que os “líderes populares foram apoiados e eleitos por uma massa de eleitores desinformada, do ponto de vista político, e manipulada por apelos demagógicos” (AZEVEDO, 2016, p. 135). Desta forma:

O conceito de populismo e de líderes populares, como é o caso de Vargas e Lula, é usualmente associado à demagogia e a irracionalidade política, reproduzindo, assim, os argumentos, sempre esgrimidos no passado mais longínquos pelos udenistas derrotados nas urnas, para questionar a legitimidade das eleições presidenciais perdidas ou, no passado mais recente, para justificar (no caso dos tucanos) as derrotas nas urnas. Por fim, um outro recurso bastante usado nos editoriais e artigos no processo de desqualificação é a equivalência de Vargas e Lula com as lideranças da América Latina, relatadas de modo negativo pela grande imprensa: Vargas com Perón e o peronismo e, mais recentemente, Lula com chaves, o chavismo e o bolivarianismo (AZEVEDO, 2016, p. 135).

Esse ponto tocado acima sobre as associações entre Vargas/Perón e Lula/Chávez é demasiadamente utilizado pelos colunistas analisados por essa narrativa. Souza descreve que para ser considerado gente, um ser humano, não se depende de um dado natural e sim de uma construção social. Assim, diferentemente das outras narrativas que procuraram compreender o sistema político, econômico e social brasileiro a partir do século XX, pontuou que o que singulariza a sociedade brasileira será justamente essa subclasse de sub-humanos. O

moralismo seletivo atua dentro desse panorama, a partir do pacto da elite econômica com a classe média, que se opõem a toda e qualquer pretensão de redução das desigualdades sociais. Esse tema é muito importante para que se compreenda como isso irá se ligar ao antipetismo a partir desse moralismo seletivo (SOUZA, 2017).

Entre os anos de 1945 e 1975, os países desenvolvidos viveram em um contexto de bonança com relação a menor concentração de renda, maior igualdade em todas as esferas públicas, além de um significativo aumento do nível de escolaridade e bem-estar social, que no caso brasileiro fora interrompido com o golpe de 1964. O novo pacto social do pós-guerra, chamado pacto social-democrata envolvia, de forma inédita, a participação política dos sindicatos e de partidos das classes trabalhadoras que em grande medida definiam os resultados das eleições. No entanto, a partir da dominância do capitalismo financeiro nos anos 1990, todo o esquema do Estado fiscal que garantia essa pequena redistribuição de renda, onde quem ganhava mais, pagava mais impostos, acaba. Com a acumulação do capital, os novos capitalistas financeiros passam a chantagear a política e o Estado em seu benefício a partir do seu capital econômico (SOUZA, 2017).

Consequentemente, essa elite passa a pagar muito pouco ou não paga seus impostos, transferindo seu dinheiro para paraísos fiscais. O Estado, porém, precisa de financiamento com a renda do trabalho coletivo, no caso, a riqueza social. Porém essa riqueza se concentra justamente nessa elite, que representa 1% da nossa população. Com o Estado ficando sem dinheiro, os ricos ficando cada vez mais ricos e não pagando os devidos e proporcionais impostos, o Estado pede dinheiro emprestado aos bancos que compõem essa mesma elite, que na verdade era seu por direito. Assim se portando, tem-se que no Brasil a nossa taxa de juros reais é a maior do mundo, e para remunerar quem na verdade lhe deve, esse mesmo 1%. O orçamento do Estado que seria voltado para serviços essenciais vai enriquecer mais ainda essa elite, com uma taxa de juros absurda, o que leva à conclusão, de acordo com Souza, que esse 1% não é apenas de donos de empresas, indústrias, dos conglomerados midiáticos, dos bancos e de fundos de investimento, e sim do próprio Estado, uma vez que eles agora se apropriam do orçamento público, via empréstimos com o BNDES, por exemplo (SOUZA, 2017).

Como exemplo explícito de como essa elite corrompe o estado em benefício próprio, a PEC 55, que congela despesa dos órgãos públicos por vinte anos, é justamente para a garantia de pagamento da dívida pública para essa elite que sonega impostos de maneira legal, a partir da década de 1990 com o domínio do capitalismo financeiro e fim da singela redistribuição de renda entre as décadas de 1945 e 1975 e ilegal, com o envio dos capitais

para paraísos fiscais. O questionamento, portanto, que precisa ser feito é se o interesse em corromper beneficia mais essa classe política ou essa elite que lucra por todas as vias. A imprensa, nesse contexto, entra como defensora fiel do capital financeiro, no qual ela também é componente, desviando a atenção dessa classe proprietária e centrando-se na acusação sempre recorrente do patrimonialismo como o principal problema nacional (SOUZA, 2017).

Com essas proposições buscou-se desconstruir o mito de que o problema de todas as mazelas do Brasil se concentra na classe política. Como demonstrado, essa noção invade a opinião pública por ancorar-se em teorias que são apropriadas, quando não deturpadas, para atender aos interesses do capitalismo financeiro, que tem por principal expoente os Estados Unidos. O que fica claro é a facilidade que se encontra esse setor, que ocupa o topo da hierarquia social brasileira, por raramente encontrarem-se nas manchetes sob denúncias de escândalos de corrupção. Assim, não estando em evidência, ela consegue se apropriar na surdina das riquezas nacionais de diversas formas, inclusive via empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Já a classe média, como se trata de uma classe intermediária, localizada entre a elite do dinheiro, onde atua como defensora, e as populares, que ela explora, ela precisa se legitimar tanto para essa elite como para as classes subalternas. Souza (2017) defende que ela se justifica em relação a elite a partir do moralismo e em relação às classes populares com o populismo, ambas as ideias criadas por intelectuais para colonizar a cabeça da classe média e torná-la manipulável pela elite econômica. O que torna esse projeto vigoroso é que esse conceito, que é dado pelos intelectuais à grande imprensa, vai ser usado para cativar essa classe média que irá defender interesses que não são os seus e nem os da nação, e sim dessa mesma elite. Portanto, não é suficiente que esses conceitos de patrimonialismo e populismo tenham surgido da instituição de mais prestígio em âmbito nacional. É preciso também que a imprensa esteja nas mãos dessa elite que amplifica teorias falsamente críticas para o público que não é capaz, muitas vezes, de compreender os interesses ocultos aqui descritos (SOUZA, 2017).

Um segundo ponto de justificação que classe média se utiliza contra as classes populares e bem característico é o ódio e o desprezo ao pobre, que tem resquícios seculares. Logo, para que seu moralismo não seja questionado, para que se possa odiar o pobre, ela irá construí-lo como responsável pela sua sorte, por não reconhecer seu privilégio de serem desde o nascimento treinados para serem vencedores na competição social desigual, quando não ainda torná-lo perigoso e ameaçador à sociedade (SOUZA, 2017).

No próximo capítulo descrevemos o periódico escolhido como fonte, assim como os colunistas analisados neste trabalho. Em seguida, passaremos a demonstrar a partir das análises das fontes as formas com as quais esses referidos colunistas atuam enquanto amplificadores de ideias antipetistas.

CAPÍTULO 3 – ANTIPETISMO NA *FOLHA DE S. PAULO*: REPRESENTAÇÕES A PARTIR DOS COLUNISTAS REINALDO AZEVEDO E DEMÉTRIO MAGNÓLI

A seguir, discutiremos sobre as características da mídia impressa escolhida como fonte para esta pesquisa, a *Folha de S. Paulo*. Em seguida, começaremos a demonstrar a partir das colunas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli como é representado o antipetismo a partir desses colunistas.

3.1 *Folha de S. Paulo*

Se tratando do mercado da mídia de forma ampla, a literatura explora a tese de que o mercado da mídia brasileira é estruturado com “elementos característicos do modelo pluralista polarizado: o surgimento tardio da mídia e do profissionalismo, a baixa circulação dos jornais, a orientação para as elites e a centralidade da televisão no mercado de informação” (AZEVEDO, 2016, p. 39). Sabe-se que o surgimento tardio da mídia e do profissionalismo tem raízes, a partir de uma breve revisão histórica, na política colonial de Portugal, que irá perdurar até os primeiros anos do século XIX, buscando explicitamente isolar o Brasil do resto do mundo com medidas restritivas, que se expressava, por exemplo, no fechamento dos portos para comércio internacional e proibição de abertura de fábricas, escolas e universidades, assim como, é claro, a proibição irrestrita de impressão de livros, panfletos e jornais.

Em decorrência, o primeiro jornal que vem a circular no país, o *Correio Braziliense*, que chegou a circular mensalmente até 1822, irá surgir somente em 1808, bem oportuno, uma vez que era o ano da transferência da Corte para o Brasil. É preciso acrescentar que o *Correio Braziliense* era editado e impresso em Londres, o que leva a considerar que se for em referência ao primeiro jornal editado e impresso em solo Brasileiro e impresso em máquinas inglesas importadas, foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, centrado exclusivamente para a publicação dos decretos da Corte e “a à cobertura das atividades da família real exilada no Brasil, que circulou pela primeira vez em 10 de setembro de 1808 (AZEVEDO, 2016, p. 40).

A partir de 1821 surgirão novos jornais, sendo a maioria ligados aos liberais e à maçonaria, e apenas após a independência, em 1822, e no decorrer do todo o império é que a imprensa irá se ampliar. Em 1860 ocorre uma mudança, com os jornais passando a se

segmentar, onde surgem revistas ilustradas dirigidas para um público específico e, posteriormente, passa a reproduzir as clivagens políticas do período, como a disputa entre monarquistas e republicanos, assim como entre abolicionistas e partidários da escravatura. No entanto, a mídia com os padrões mais semelhantes aos contemporâneos surgirá apenas no último terço do século XIX, ou seja, uma imprensa com vocação nacional e um modelo de negócio sustentável comercialmente, baseado em assinaturas e anunciantes (AZEVEDO, 2016). Sobre os principais jornais brasileiros e sua cronologia:

Os grandes jornais de prestígio e circulação nacional, como os pioneiros *O Estado de S. Paulo* (originalmente *A província de S. Paulo*, abolicionista e republicano) e o *Jornal do Brasil* (monarquista), que hoje circula apenas no formato digital, foram criados, respectivamente, em 1875 e 1891, sendo seguidos pelo extinto *Correio da Manhã* (fundado em 1901 e fechado em 1974) e por *O Globo* e *Folha de São Paulo* (que nasceu com o nome *Folha da Manhã*), ambos criados em 1925 (AZEVEDO, 2016, p. 40).

A partir do exposto, percebe-se, portanto, o surgimento tardio da grande imprensa nacional, tendo sido formada no último século e meio. Para ter uma percepção comparativa, em vários países da América-latina, colonizados pela Espanha, a imprensa remonta aos séculos XVI e XVII, sendo talvez o primeiro surgido no México, chamado *Gazeta de México* e *Notícias de Nueva España*, em 1722, seguido pelo *Diario de Lima*, fundado em 1790 (AZEVEDO, 2016).

É importante notar que, apesar de uma expansão e modernização do mercado de informação nos últimos cinquenta anos, o número dos grandes jornais com notícias diárias encolheu, onde sete jornais com publicações nacionais e ressonância política, vendidas nas bancas desde o início dos anos 1960, restam apenas três, sendo dois deles de São Paulo e um do Rio de Janeiro. É preciso também pontuar que além do surgimento tardio, a mídia brasileira tem uma peculiaridade, pois apresenta uma baixa diversidade política (AZEVEDO, 2016).

Compreende-se que a liberdade de expressão e de imprensa, ao longo do tempo, transformaram-se em um valor universal para todas as democracias ocidentais, fazendo com que se transcendessem as fronteiras ideológicas originais do liberalismo e se incorporando, inclusive, ao conjunto de conceitos de diversas correntes de linhagens teóricas distintas, como a socialista e a social democrata, por exemplo. No entanto, em se tratando da diversidade das fontes de informação e para o desprazer do consenso teórico em torno da sua importância para o pleno funcionamento das democracias, a sua atuação concreta amparada nesses consensos

depende sobretudo da configuração particular de cada organização midiática (AZEVEDO, 2016).

Azevedo explicita que apesar de os sistemas de mídia dependerem de sua configuração particular, só existem dois modelos regulatórios que demarcam juridicamente o funcionamento dos meios de comunicação:

O *modelo de mercado*, cujo exemplo paradigmático é o norte-americano, hoje é amplamente dominante em toda parte, sendo baseado na propriedade privada dos veículos de comunicação e na lei da oferta e da procura, em que a produção de informações e entretenimento é guiada pela demanda do público, aferida por pesquisa de audiência e pelos anunciantes e patrocinadores comerciais. Nesse modelo, regido primariamente pela lógica da competição entre os veículos por audiência e verbas publicitárias, a noção de diversidade frequentemente se restringe ao aumento de mais opções de plataformas de mídia (jornais, revistas, canais e emissoras, *sites*, portais, *blogs*, etc.) e novos conteúdos e programas para o público. Mas, como lembra McQuail (2012, p.162-163), o modelo de mercado, ao se orientar primariamente pelo lucro e pela audiência, apresenta vários problemas: entre outros, a tendência a privilegiar grupos de consumidores de alta renda em detrimento dos segmentos mais pobres; os altos custos de acesso (TV por assinatura, internet); a homogeneização dos padrões culturais, secundarizando conteúdos locais ou regionais; e a representação fraca ou a invisibilidade das minorias e dos sujeitos políticos periféricos ao centro do sistema político (AZEVEDO, 2016, p. 21).

O segundo modelo, alternativo ao anteriormente explicitado seria o “sistema público de rádio e televisão (cujo exemplo mais conhecido internacionalmente é a BBC” (AZEVEDO, 2016, p. 21-22), que poderia ou não ser associado com uma legislação de regulamentação da mídia, que pode também estar presente no modelo de mercado, proposta essa que é defendida inclusive pelo PT e tendenciosamente deturpada pelos colunistas Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli. Esse modelo se difere da televisão estatal e procura mediar a relação entre Estado e sociedade, normalmente nos campos do jornalismo e da cultura, tendo existido em parte da Europa no século passado, chegando a coexistir em alguns países com o modelo de mercado (AZEVEDO, 2016). Com relação à diversidade, o autor acrescenta:

Em relação a sua estrutura organizacional, pode assumir duas formas distintas. A *diversidade externa*, na qual as correntes políticas e ideológicas e os grupos socioculturais relevantes da sociedade possuem canais próprios para expressarem suas ideias e seus interesses, como nas sociedades com divisão regional, cultural e linguística (exemplos: Holanda, Bélgica, Suíça), e, no passado, em sistemas de mídia em que predominou o sistema de mídia partidário, com os partidos controlando verticalmente e editando seus próprios jornais, como na França e na Itália. Essa forma, em seu estado puro, não existe mais nos modernos sistemas midiáticos, mas, com o surgimento de novos canais e plataformas de mídia (TV a cabo e as novas mídias sociais

baseadas na internet), há uma tendência recente para a ampliação da diversidade externa orientada para públicos e audiências segmentados, especialmente em sociedade polarizadas politicamente. Um exemplo dessa tendência é o canal *Fox News*, nos Estados Unidos, cuja linha editorial é orientada para o público conservador e republicano ou, no Brasil, a revista *Veja* e, no outro polo político, a revista *Carta Capital* (AZEVEDO, 2016, p. 22).

A segunda forma, chamada “*diversidade interna*” seria:

À pluralidade de conteúdos e pontos de vista no interior de cada meio para contemplar uma audiência ampla e heterogênea em seus interesses políticos, sociais e culturais. Neste caso, a atividade jornalística está frequentemente associada à ideologia da objetividade e do equilíbrio reivindicada pelo jornalismo liberal e aos seus códigos deontológicos e de rotinas profissionais. Porém, a lógica comercial embutida nessa estratégia editorial é a ampliação da audiência (e fonte de receita publicitária), oferecendo notícias, informações e opiniões diversificadas para o maior número de leitores, ouvintes e espectadores (AZEVEDO, 2016, p. 21-22).

Essa explanação conecta a outra importante característica que as mídias irão ocupar dentro do plano político, que remete ao conceito de parcialidade política, que possui, inclusive, um longo histórico na literatura de comunicação política. Azevedo trouxe a contextualização de que a imprensa escrita desde o seu início atuou em apoio às causas políticas, se tornando, entre os séculos XVIII e XIX, ativamente partidária, a partir da figura dos publicistas e da presença de jornais que eram criados ou financiados por facções políticas ou partidos. Em seguida, a partir do final do século XIX, surge como uma contraposição a essa estrutura de jornalismo militante ou partidário o modelo de jornalismo semelhante ao que temos hoje, onde o jornalista, na maioria das vezes, é idealizado como uma figura politicamente neutra, ou seja, não atuando em nome de interesses particulares ou políticos. Essa transformação se dá na medida em que ascendem e desenvolvem-se o jornalismo comercial, pois a partir da sua sustentação a base de publicidade, a produção de informações passa a visar à obtenção de lucro em primeiro lugar, deixando em segundo plano os objetivos políticos (AZEVEDO, 2016).

A expressão em segundo plano torna evidente que não se trata de ter deixado de lado os objetivos particulares e políticos. O que ocorre é que embora autoproclamado neutro, e recomendado pelos modelos normativos da objetividade do jornalismo contemporâneo, o que ocorre é que “há uma batelada de pesquisas mostrando evidências da falácia da neutralidade e da objetividade, seja porque os jornalistas compartilham crenças e valores embutidos na sociedade, seja por conta dos padrões de recrutamento adotados pelos veículos” (AZEVEDO,

2016, p. 24). Também é oportuno acrescentar que, além dos motivos já elencados que desmentem o argumento da imparcialidade jornalística, existem, por conta das rotinas produtivas, pautas que irão selecionar e hierarquizar essas notícias (AZEVEDO, 2016).

É sabido que vivemos um período em que a imprensa ocupa um papel essencial não apenas na disseminação das informações como também acabam por criar representações sobre determinados aspectos da vida social e política. Compreende-se que essas representações, ao mesmo tempo em que procuram representar a realidade, acabam por construí-la, em contrapartida.

A partir dessa compreensão, descrevo os motivos pelos quais a proposta da pesquisa se debruça sobre a imprensa escrita, especificamente para perceber as representações do antipetismo nas colunas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli no jornal *F. de São Paulo* em 2018. Essas eleições foram escolhidas visando analisar o antipetismo a partir das eleições de 2018. A escolha da eleição de 2018 fez-se importante uma vez que foi o ano em que o PT deixou o Poder Executivo ao perder as eleições, em segundo turno, para o então candidato Jair Messias Bolsonaro. Conforme Capelato e Prado:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informação”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

Luca ao discutir sobre o conteúdo produzido na imprensa e seus idealizadores afirma que “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal pretende atingir” (LUCA, 2010, p. 140), e que se faz necessário perceber que os jornais ou revistas são coletivos, ao agregarem um conjunto de indivíduos em torno de “ideia, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2010, p. 140).

Azevedo afirma que a *Folha* tem origem nos anos 20 do século passado e que é fruto de duas publicações que foram as que lhe deram origem, *Folha da Noite* e *Folha da Manhã*, sendo a primeira fundada em 19 de fevereiro de 1921 “por um grupo de jornalistas liderados por Olival Costa e Pedro Cunha e seu público alvo eram os leitores dos segmentos de classe média mais baixa e trabalhadores urbanos” (AZEVEDO, 2016, p. 64). Ainda, conforme o autor, o jornal não era contemplado pelo tradicional *Folha de São Paulo*, pois “orientado para as

elites paulistas, adotava uma linguagem mais simples e clara e um estilo noticioso mais que opinativo (AZEVEDO, 2016, P. 65).

De acordo com Azevedo, a *Folha* passaria por muitas mudanças em seu aspecto ideológico, uma vez que após falência dos primeiros donos, o jornal fora vendido, em 1961 para os empresários “Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho que, ao longo das duas décadas seguintes, o modernizaram, (foi o primeiro veículo *offset* da América Latina), ampliaram a circulação e as receitas publicitárias para disputar a liderança do segmento” (AZEVEDO, 2016, p. 65). Esse concorrente se tratava de *O Estado de S. Paulo*. Nessa nova fase o jornal passaria por mudanças bem distintas do ponto de vista político, em dois períodos, no primeiro, que percorre os anos 1960 até meados dos anos 1970, “o diário assume posições políticas marcadas pela oposição às bandeiras de esquerda, como as reformas de base e o governo Jango, o apoio ao golpe de 1964 e a defesa decidida e explícita do regime autoritário” (AZEVEDO, 2016, p. 66).

O segundo período teria início a partir de 1976:

Marcado pela abertura política, em que a luta pela anistia e pela redemocratização começa a ganhar impulso no país e o coração e as mentes da classe média. Reposicionado editorialmente, o jornal cresceu nos segmentos da sociedade mais jovem e de classe média e apoiou a luta pela anistia, pela constituinte e pelas eleições diretas, fazendo coberturas extensas de episódios políticos críticos para o regime militar, como a morte de Wladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, a invasão da PUC e as greves do ABC paulista lideradas por Lula. Mas, o grande momento do jornal neste período foi, sem dúvida, durante a campanha das “Diretas, Já”, que recebeu apoio incondicional da publicação e tornou o diário líder de circulação e audiência no mercado, ultrapassando seu principal concorrente local, *O Estado de S. Paulo* (AZEVEDO, 2016, p. 67).

Embora a *Folha* tenha desempenhado papel de apoiadores do golpe de 1964, é possível perceber a partir da literatura e no trato com as fontes que ela é a que mantém maior diversidade em sua linha editorial, sendo um dos mais abertos comparados aos outros dois com maior circulação nacional, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. No âmbito ideológico, como o jornal se posiciona como liberal, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista econômico:

Tanto no governo Lula quanto da Dilma, o jornal editorialmente reforçou e ampliou sua posição crítica, na medida em que, filosoficamente, o diário se define como liberal, tanto do ponto de vista político como econômico e, portanto, se localiza ideologicamente no polo oposto das políticas estatistas e nacional-desenvolvimentista empreendida nos últimos anos pelo PT. Nesse sentido, a *Folha*, por conta da sua pluralidade interna, pode ser localizada na

margem mais próxima do centro do espectro político, que vai do centro a direita, mas certamente a sua posição mais precisa seria a de uma publicação liberal tanto no sentido político como no econômico. Assim, o jornal compartilha com seus dois outros concorrentes diretos, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, o campo centro direita, mas se distingue deles pela prática mais ampla e sistemática do pluralismo interno (AZEVEDO, 2016, p. 68).

Salienta-se que o periódico tem como principal público consumidor a classe dominante e suas frações, especificamente “41% fazem parte da classe A, três quartos fizeram faculdade e 24% também possui pós-graduação, segundo dados do próprio jornal, divulgados em 16 de outubro de 2011 e que se referem ao público do periódico em diversas plataformas” (VELOSO; VASCONCELOS; CARDOSO, 2017, p. 31). Destaca-se a importância da compreensão dos principais grupos consumidores, assim como sua relação direta com a linha editorial, “uma vez que os meios de comunicação, pela sua centralidade no mundo moderno e penetração em diversas esferas sociais, são também responsáveis pela disseminação dos valores dos seus grupos controladores para seus públicos” (VELOSO; VASCONCELOS; CARDOSO, 2017, p. 31). Sobre as influências que os mecanismos do campo jornalístico irão aplicar, Veloso; Vasconcelos e Cardoso descrevem:

Bourdieu (1997) destaca a influência que os mecanismos do campo jornalístico – que recebe pressões do mercado, leitores e anunciantes – exercem sobre os jornalistas e os diferentes campos de produção cultural, jurídica, literária, artística e científica. Para o pesquisador, o campo do jornalismo influencia diretamente os demais campos, afetando “o que aí se faz e o que aí se produz” (BOURDIEU, 1997, P. 101). Essa análise, no entanto, não é estanque, já que o próprio autor afirma que esse discurso midiático concentra-se em alguns indivíduos, os quais têm a “capacidade de produção do discurso sobre o mundo social e, por conseguinte, [...] de ação *consciente* sobre esse mundo” (BOURDIEU, 2013, P. 371). Para o pesquisador, a construção da opinião pública nas várias classes perpassa pelo campo cultural e pelo campo político e o discurso ganha o *status* de opinião legítima (VELOSO; VASCONCELOS; CARDOSO, 2017, p. 35).

Com essa exposição fica latente a profundidade que o campo jornalístico atinge no ambiente social, tese essa fundamental para a argumentação essencial desse trabalho que investiga as formas que os colunistas da *Folha*, Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli expressam seu antipetismo neste periódico. A partir de conceitos apropriados do universo acadêmico, como patrimonialismo e populismo que, por sinal, conforme indica Souza (2017; 2020), também são de alguma maneira privilegiados por órgãos (também sob a influência das elites econômicas, das quais a própria grande imprensa integra) que irão dar maior visibilidade a determinadas ideias/conceitos. Essa maior visibilidade se dá a partir de uma

melhor adequação ao seu posicionamento ideológico (SOUZA, 2017). Seguindo com a descrição da *Folha*:

A Folha de S. Paulo se enquadra na categoria de jornais de opinião, fonte de credibilidade na informação política. Além disso, o veículo goza de considerável penetração, uma vez que, de acordo com dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), a *Folha*, líder entre os jornais do país, teve uma circulação média de 361.231 exemplares nos quatro primeiros meses do ano de 2015, o que configura uma alta de 6,4% na comparação com 2014 (VELOSO; VASCONCELOS; CARDOSO, 2017, p. 35).

No seu manual de redação de 2008, a *Folha* aponta que seu editorial deve ser ao mesmo tempo “enfático e equilibrado, [...] apresentar com concisão a questão que vai tratar, defender os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela *Folha* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008, p. 64)” (VELOSO; VASCONCELOS; CARDOSO, 2017, p. 40). Sobre o ano de 2015 e as ondas de protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, as autoras afirmam:

Embora trate de temas negativos do governo em questão – inclusive assuntos relacionados ao *impeachment* -, os editoriais da *Folha de São Paulo* não estimulam explicitamente a saída de Dilma Rousseff do cargo. Todavia, considerando a influência do jornal na opinião pública, as críticas à gestão petista talvez possam ter contribuído com o movimento de massa que levou ao afastamento definitivo da presidente (VELOSO; VASCONCELOS; CARDOSO, 2017, p. 40).

Outrossim, ao analisar a cobertura da *Folha* sobre as manifestações de rua no Brasil que pediam o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, além de dar uma mostra do perfil ideológico desse periódico, as autoras constataram que:

Identificou-se que os espaços dedicados, a rigor, à opinião da *Folha*, seus editoriais, não foi utilizado para discorrer sobre as manifestações anti-Dilma, apesar de alguns deles fazerem duras críticas ao governo e ao PT, sem relacioná-las diretamente aos protestos. Diferentemente do perfil dos editoriais, os espaços opinativos da editoria *Poder* sinalizam, em muitos casos, para uma apologia aos protestos, aos ataques ao governo e ao PT, sobretudo na coluna *Painel*, assinada por Vera Magalhães, e nos textos dos articulistas Reinaldo Azevedo e Élio Gaspari (VELOSO; VASCONCELOS; CARDOSO, 2017, p. 41).

Para realização desse texto, utilizamos a versão impressa, embora ela tenha sido adquirida de maneira *online* através do *site*. As colunas analisadas encontram-se na seção *Poder* do referido periódico, comumente iniciadas na página A4. As colunas do jornalista

Reinaldo Azevedo saem às sextas-feiras, e as de Demétrio Magnoli aos sábados. Apesar de haver a possibilidade não intencional, não se pode deixar de perceber que esses colunistas antipetistas acabam por desfrutar de relativo privilégio ao ter suas colunas publicadas às sextas e sábados, por ser um dia que comumente seu principal grupo leitor desfruta de mais tempo para o seu lazer e, portanto, ler a *Folha de S. Paulo*.

3.2 Reinaldo Azevedo

Em estudo que analisa Reinaldo Azevedo (R.A) e sua produção antipetista dentro da revista *Veja Online*, Daltoé expõe que “Reinaldo de Azevedo nasceu na cidade de Dois Córregos em 19 de Agosto de 1961, formado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo, viveu boa parte de sua vida em Santo André, no ABC paulista” (DALTOÉ, 2017, p. 17). Sobre sua religiosidade, o autor acrescenta que “é Católico apesar de discordar, segundo ele, de certas posições da igreja, como por exemplo, a adoção de crianças por casais homossexuais, sendo a favor e a igreja contra, e contrário ao celibato obrigatório e a teologia da libertação” (DALTOÉ, 2017, p. 17). Esta última, destaca-se, “chamada pelo mesmo como ‘escatologia da libertação’. É casado e tem duas filhas, atualmente reside na cidade de São Paulo” (DALTOÉ, 2017, p. 17).

O referido colunista passou a trabalhar enquanto colunista da revista *VEJA.COM* em 2006, e desde então “escreve diariamente em seu *blog* hospedado nos domínios de *VEJA.COM*. Sua atuação é bem ampla, escrevendo diariamente desde críticas literárias até análises político-econômicas e sociais” (DALTOÉ, 2017, p. 18). A escolha deste colunista para análise se fundamenta, também, a partir da citação a seguir:

Reinaldo de Azevedo é hoje um dos principais porta-vozes da política antipetista no Brasil, e tem como um dos seus principais objetivos constituir o consenso político e econômico da direita contra o que ele chama de “hegemonia socialista”, denunciando um suposto processo de “revolução cultural gramsciana”, ou até mesmo “golpe bolivariano” que estaria em curso no país encabeçado pelos ideólogos do PT. Apesar de majoritariamente circunscrito à internet, R.A. tem uma influência que ultrapassa este veículo midiático, tendo seus bordões e termos repetidos por apresentadores de televisão e outras mídias (DALTOÉ, 2017, p. 18).

Atuando enquanto colunista do grupo *Folha de S. Paulo* a partir de 2009, com seu *blog* inserido no portal *UOL*, do referido grupo, “Reinaldo de Azevedo também conta com

exposição em outras formas de mídia dentro do mundo virtual, sendo consideravelmente popular nas redes sociais. Neste espaço ele apresenta suas ideias de forma sintetizada e divulga suas participações em palestras” (DALTOÉ, 2017, p. 18 – 19) além de fóruns ou lançamentos de livros. Ademais, “tem participação em outras formas de organização, como o Fórum Centro de Liderança Pública, ou apenas Fórum CLP, que em seu slogan traz a frase ‘determinar prioridades e liderar mudanças inovadoras’” (DALTOÉ, 2017, p. 19). Para o colunista:

[...] não existe imprensa de direita no Brasil – infelizmente, não, o que nos faz refletir esta relativização da categoria social de direita, ao passo que o escritor segue sua avaliação naturalizando a condição das mídias que defendem, frontalmente ou de maneira velada, a visão política de direita, afirmando que [...] o que elas são, sim, é mais bem-feitas dos que as concorrentes – e, por isso, têm, em seu ramo, um público leitor ou telespectador muitas vezes maior do que os competidores”. Como se o fato de investimentos em publicidade, via inserção de propagandas de empresas que comungam com as construções sociais expostas na revista, não tivessem peso algum sobre o número de leitores ou o número de vendas desta (DALTOÉ, 2017, p. 19).

Para mais, cabendo ainda aos motivos da escolha desse jornalista:

Seus livros, “O País dos Petralhas” Volume 1 e 2, são essencialmente constituídos por recortes de seus artigos postados em seu *blog* da *VEJA.COM*. O próprio termo “Petralha”, repetido por vários sujeitos *antipetistas* em todo Brasil, foi cunhado por R.A. Referência da associação do PT com a quadrilha de ladrões “Irmãos Metralha”, do desenho animado do “Tio Patinhas”, produzido pela Walt Disney. No mesmo sentido pejorativo, R.A. formulou termos como “esquerdopata”, visando sugerir que esta ideologia é uma forma de doença social. Estes elementos de desqualificação estão presentes em boa parte de seus artigos (DALTOÉ, 2017, p. 19).

O autor acima supracitado acrescenta que a “ideologia ilustrada pela cunhagem de termos acerca da atuação político-ideológica da esquerda segue no sentido de construir uma imagem ligada à corrupção, subversão e imoralidade” (DALTOÉ, 2017, p. 19). Adiante acrescenta que “podemos afirmar que R.A. possui os traços essenciais de um intelectual *Anticomunista* e, portanto, antidemocrata. Um elemento de interesse nesta reflexão é a origem política de R.A. Tendo sido militante de grupos de esquerda socialista durante os anos 70 e 80” (DALTOÉ, 2017, p. 21), participando, inclusive “de grupos como ‘Liberdade e Luta’ (LIBELU) e ‘Convergência Socialista’ (CS), ambos grupos trotskistas. Nos anos 1990 militou no próprio PT, na região do ABC, berço do partido” (DALTOÉ, 2017, p. 21).

Nas conclusões de seu trabalho, Daltoé expõe uma característica complementar às representações antipetistas a partir dos discursos de R.A:

Como apontamos, anteriormente, acreditamos que o elemento de maior agregamento presente no discurso de R.A. é a forma como o *Anticomunismo* foi “travestido” e utilizado na última década e meia no Brasil: o *Antipetismo*. Portanto, buscamos compreender a construção do *Antipetismo* através das associações pejorativas implementadas no discurso de R.A (DALTOÉ, 2017, p. 94).

É importante aqui pontuar que R.A hoje apresenta algumas mudanças em seus discursos com relação ao PT ou políticas por ele implementadas. Contudo, é preciso esclarecer que este trabalho analisou as representações desse colunista em suas colunas à *Folha* do ano de 2018, como recorte temporal necessário para a realização de uma narrativa científica. Além do mais, ele continua sendo o autor dos referidos livros e dos termos que caracterizam pejorativamente o PT acima explicitados, e sua mudança não extrapola muito as suas críticas para além de sua postura hoje favorável às políticas afirmativas de cotas raciais implementadas pelo PT.

A seguir, descreveremos sinteticamente a trajetória de Demétrio Magnoli e as principais características de seu posicionamento político-ideológico, além de demonstrar as motivações que levaram a escolhê-lo para análise.

3.3 Demétrio Magnoli

Demétrio Martinelli Magnoli (D.M.), nascido em 1958, em São Paulo, é um jornalista, Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e sociólogo. Em sua vida profissional é comentarista de política internacional no *Jornal das Dez*, da *Globo News*. Além disso, faz análise política em suas colunas, tanto no periódico *O Globo* como na *Folha de S. Paulo*. Anteriormente, havia sido colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*, revista *Época*, rádio *BandNews FM*, sem mencionar sua atuação enquanto comentarista do jornal *TV Cultura*. Além dessas ocupações, o referido colunista também é autor de livros paradigmáticos de Geografia e História.

D.M, além de atuar em *Think tanks*, o colunista se manifesta em suas colunas com uma postura mais conservadora do que R.A, como demonstraremos, no que se refere principalmente ao aspecto das políticas afirmativas, sendo o último, atualmente, favorável, se

realizada de maneira paliativa, enquanto D.M se mostra veementemente contra a política de cotas, manifesta em duas colunas selecionadas que serão abaixo discutidas.

Em artigo recente, Fernandes e Vieira (2019) trazem em seu texto um dado interessante sobre o colunista, ao procurar delimitar o espaço social ocupado pelos intelectuais midiáticos de direita que atuaram em favor do *impeachment* de Dilma Rousseff entre 2005 e 2006. Os autores expõem em uma tabela orientadora algumas características desses intelectuais de direita, e sobre D.M vemos que esse além de ter recebido prêmios pelos seus trabalhos jornalísticos, tem envolvimento com *think tanks* enquanto R.A não atua neste ramo.

Segundo Fernandes e Vieira, caracteriza-se os *think tanks* enquanto “instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas” (FERNANDES; VIEIRA, 2019, p. 173). Sobre os *think tanks*, viu-se no capítulo dois a partir de Souza que atua no campo da dominação simbólica, que se materializa a partir de uma estrutura dividida em três partes, sendo a primeira dimensão de maior abstração, a da ciência hegemônica, a partir de universidades, *think tanks* e centros de pesquisa e a seguir temos os operadores que trabalham na fabricação do consentimento entre o mercado e o Estado. A terceira, por fim, está relacionada a esses dois anteriores, mas com relação mais íntima com os operadores, que se trata da imprensa comercial na produção manipulada e distorcida, a partir de cima, da opinião pública (SOUZA, 2020).

Voltando ao artigo de Fernandes e Vieira, coadunando, portanto, com o autor acima mencionado, esses *think tanks* atuariam se portando enquanto uma ponte entre a academia e a esfera pública, se concentrando em traduzir resultados de pesquisas especializadas de maneira simplificada para facilitar a compreensão de seu público-alvo, “os agentes responsáveis pela formulação e pela implementação de políticas públicas” (FERNANDES; VIEIRA, 2019, p. 173). Assim sendo:

Fazem parte do Millenium Alexandre Schwartsman, Bolívar Lamounier, Denis Rosenfield, Fernando Schuler, Monica de Bolle, Murillo de Aragão, Samuel Pessoa, Demétrio Magnoli, Guilherme Fiuza, Merval Pereira, Ricardo Amorim, Bruno Garschagen, Leandro Narloch e Rodrigo Constantino. Ha ainda que se ressaltar a atuação de Constantino, Fiuza e Rosenfield como cofundadores. Os especialistas e convidados do Instituto Millenium tem atuação recorrente em grandes veículos de comunicação — como os principais jornais do país, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, além de programas televisivos, como os telejornais e programas da *Globo News*. Nesses espaços, aparecem seja como fontes *experts* das notícias, seja como colunistas, seja, ainda, como palestrantes em eventos de

formação e atualização dos profissionais da imprensa (FERNANDES; VIEIRA, 2019, p. 173 – 174).

Sobre a atuação de D.M na área impressa do Grupo *Globo*, vemos que esse tem um papel fundamental por exercer o papel de intelectual e jornalista responsável pela análise política, o que é utilizado por essa mídia para dar legitimidade aos discursos:

No braço impresso do Grupo Globo estão presentes os colunistas Miriam Leitão, Merval Pereira, Demétrio Magnoli, Fernando Gabeira, Denis Rosenfield e Murillo de Aragão, no jornal *O Globo*, e Fernando Schuler e Guilherme Fiuza, na revista *Época*. Premidos pela organização institucional, os personagens que ocupam esse polo tendem a censurar o polemismo puro e simples na medida em que seus padrões e o campo jornalístico permitem, extravasando quanto mais inexperientes e *outsiders* forem na empresa jornalística ou a medida que conquistam a condição de “radical” consentido, controlado e aceito pela instituição. Já os mais assentados tendem a demonstrar certo equilíbrio e distanciamento nas análises, aproximando-se muitas vezes dos especialistas tanto no afã de legitimar suas posições como para confirmar intelectualmente seus vereditos. Fazem parte do Millenium Alexandre Schwartsman, Bolívar Lamounier, Denis Rosenfield, Fernando Schuler, Monica de Bolle, Murillo de Aragão, Samuel Pessôa, Demétrio Magnoli, Guilherme Fiuza, Merval Pereira, Ricardo Amorim, Bruno Garschagen, Leandro Narloch e Rodrigo Constantino. Há ainda que se ressaltar a atuação de Constantino, Fiuza e Rosenfield como cofundadores. Os especialistas e convidados do Instituto Millenium tem atuação recorrente em grandes veículos de comunicação — como os principais jornais do país, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, além de programas televisivos, como os telejornais e programas da *Globo News*. Nesses espaços, aparecem seja como fontes *experts* das notícias, seja como colunistas, seja, ainda, como palestrantes em eventos de formação e atualização dos profissionais da imprensa (FERNANDES; VIEIRA, 2019, p. 179).

A partir dessas exposições propôs-se demonstrar a razão da escolha de D.M para analisar as representações que esse faz sobre o PT. A partir da legitimidade que a sua posição de professor e jornalista lhe atribui, ele compõe um grupo que atribui à sociedade às pautas que serão debatidas pelo espaço de influência que ocupa tanto na imprensa, se viu, e em *think tanks*, o que torna ainda mais relevante essa escolha. No próximo item, enfim, discutiremos sobre as representações antipetistas em suas colunas, no ano de 2018, sendo as de R.A nas sextas-feiras e as de D.M aos sábados.

3.4 O antipetismo nas colunas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli: patrimonialismo e populismo, o falso moralismo e sua violência simbólica

É sabido que, na contemporaneidade, vivemos um período em que a imprensa ocupa um papel essencial não apenas na disseminação das informações, como também acabam por criar representações sobre determinados aspectos da vida social e política. Compreende-se que essas representações, ao mesmo tempo em que procuram representar a realidade, acabam por construí-la, em contrapartida.

A partir dessa compreensão, descrevo os motivos pelos quais a proposta da pesquisa se debruça sobre a imprensa escrita, especificamente para perceber as representações do antipetismo no jornal *Folha de São Paulo* em 2018 a partir das colunas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli. Essas eleições foram escolhidas visando analisar o antipetismo a partir das eleições, momento em que os ânimos políticos acirram. A escolha da eleição de 2018 fez-se importante uma vez que foi o ano em que o Partido dos Trabalhadores (PT) deixou o Poder Executivo ao perder as eleições, em segundo turno, para o então candidato que nunca havia se candidatado para concorrer a algum cargo do Poder Executivo, Jair Messias Bolsonaro.

Conforme destaca Barros (2005), dentro de uma pesquisa, a necessidade de ver (teoria) e de fazer (metodologia) propiciará enxergar a realidade de maneira inteligível. Também, é a partir de uma teoria que se escolhe os conceitos fundamentais para a compreensão do objeto pesquisado e, assim, a escolha metodológica permite racionalizá-lo.

A teoria é o que permitirá enxergar determinada realidade a partir do ponto de vista do pesquisador, e ela não se dá de forma aleatória, uma vez que faz parte da subjetividade do pesquisador. Para reforçar essa afirmação, Barros complementa que “é uma determinada teoria – uma certa maneira de ver as coisas – e seus instrumentos fundamentais, os conceitos, que nos permitem formular uma determinada leitura da realidade histórica e social, enxergar alguns aspectos e não outros” (BARROS, 2017, p. 16). Ou seja, é a partir da linha teórica que se propõe uma reflexão de uma dada realidade social e, assim, formula conceitos que levem a compreender os aspectos concernentes ao aspecto subjetivo de cada um, e que não poderiam ser explicados de outra forma. Barros diz que sem uma escolha teórica adequada torna-se impossível estabelecer “conexões que não poderiam ser estabelecidas sem os mesmos instrumentos teóricos de que nos valem” (BARROS, 2017, p.17). Assim, como um campo teórico, tem-se, por exemplo, História Cultural, História Política ou História Econômica, que é a forma de pensar, de ver o objeto, enquanto a metodologia se caracteriza pela forma que se

vai trabalhar algo, eleger ou até mesmo construir matérias que auxiliem para uma melhor compreensão histórica, sendo compreendido enquanto um modo de fazer (BARROS, 2017, p.17).

Portanto, esse trabalho irá a partir da História Cultural propor uma discussão que elucidie sobre as maneiras como são representadas características antipetistas nos discursos de Reinaldo Azevedo, que será caracterizado no corpo do texto como R.A e Demétrio Magnoli, caracterizado por D.M. Apesar do tema se referir a uma história política, pensamos que como o antipetismo se mostra não somente como uma antítese do que é ser petista, como demonstrado no capítulo 2, e sim enquanto um preconceito de classe histórico que no Brasil ainda têm o atenuante do seu passado escravocrata que remeteu as pessoas negras em sua grande maioria diretamente às bases da estrutura social.

A partir dos conceitos de representação, de Roger Chartier, e o de violência simbólica, de Pierre Bourdieu, iremos demonstrar nas colunas dos jornalistas referidos que os conceitos de patrimonialismo e populismo irão ser as sustentações teóricas que a elite nacional subserviente aos interesses estadunidenses irá deslegitimar todo e qualquer governo com apoio popular. Antes, como as pautas trabalhistas e operárias giravam em torno dos partidos e agremiações socialistas e comunistas, a grande imprensa atuava por meio de matérias e colunas que criminalizam o socialismo e o comunismo, a partir do anticomunismo. A partir dos anos 1980, com o PT pegando para si as pautas trabalhistas, essa imprensa irá tanto se apropriar desses recursos anteriores ao PT como lhes dar novas roupagens. O que fica claro é que essa prática deslegitimadora é alicerçada pelos conceitos de patrimonialismo e populismo.

Com relação aos aspectos teórico-metodológicos que nortearam a produção da dissertação, o trabalho de Cruz e Peixoto propõe uma reflexão sobre imprensa e história, sugerindo um roteiro e procedimentos metodológicos que busquem articular a análise de qualquer jornal ou material da imprensa periódica “que se estude ao campo de lutas sociais no interior dos quais se constituem e atuam” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 253). Desta maneira, pontuam o uso cada vez mais crescente do uso da imprensa como suporte didático-pedagógico em sala de aula, além de evidenciar que a imprensa vem sendo utilizada como fonte e como objeto de pesquisa há um bom tempo nos “ambientes de trabalho das ciências sociais e das humanidades” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 254).

Deste modo, é importante mencionar que a partir das possibilidades interdisciplinares dentro do campo de saber das humanidades, tema tão discutido entre os intelectuais da área da

História e das Ciências Sociais, este trabalho utiliza algumas propostas metodológicas da área das Ciências Sociais, uma vez que grande parte dos estudos sobre a temática do antipetismo é trabalhado esses. Barros, em sua obra *Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber*, discute as incorporações e intercâmbios de método:

Um dos mais conhecidos e percorridos caminhos interdisciplinares entre dois saberes é o da transferência, incorporações e intercâmbios de métodos. Talvez, a ponte interdisciplinar do método, como ligação entre dois campos disciplinares, só rivalize com a ponte interdisciplinar da teoria. [...] Para acrescentar um exemplo específico do campo de saber História, podemos lembrar os métodos seriais e quantitativos que, desde fins do século XIX, já vinham sendo empregados pelos economistas com vistas aos objetos tradicionais daquela disciplina (BARROS, 2017, p.79).

A partir da seleção do periódico *Folha de S. Paulo* como principal fonte para a pesquisa, para compreender as representações do antipetismo na seção Política do mesmo, as autoras Capelato; Prado (1980), Cruz; Peixoto (2007) e Luca (2010) com seus trabalhos produzidos sobre história e imprensa ajudam a pensar essa fonte para que se construa uma análise crítica histórica, como entender que todo periódico atende a um projeto político, independentemente da quantidade de tiragens e que, necessariamente, a análise dos meios de comunicação como fonte necessitam de um campo interdisciplinar e que se encontra como força ativa da história do capitalismo, e não como “um mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas” e que a imprensa não tem uma “opinião”, mas ao atuar acaba por “delimitar espaços, demarcar temas, mobilizar opiniões, constituindo adesões e consensos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 5). Ademais, “podem ser uma fonte importante para o historiador na busca de informações que vão desde acontecimentos históricos até a ideologia que eles expressam” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 9), desempenhando papel ímpar na história, atuando de forma complexa, “tanto na esfera pública como na privada. E tem uma forte influência política na formação dos cidadãos, pois não só divulgam os acontecimentos, mas participam da história, divulgando textos diversificados com assuntos sociais, políticos e econômicos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 9).

Conforme a bibliografia das pesquisadoras que se especializaram na relação entre história e imprensa:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informação”, transmissor imparcial e

neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

Luca (2010) ao discutir sobre o conteúdo produzido na imprensa e seus idealizadores afirma que “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal pretende atingir” (LUCA, 2010, p. 140), e que se faz necessário perceber que os jornais ou revistas são coletivos, ao agregarem um conjunto de indivíduos em torno de “ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2010, p. 140).

Assim, a partir de Capelato e Prado (1980), e Luca (2010), a análise das fontes seguiu alguns desses critérios e efetuou algumas adaptações a partir das sugestões práticas de Luca: 1) Localizar a(s) publicação(ões) na história da imprensa; 2) Atentar para as características de ordem material; 3) Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; 4) Caracterizar o material iconográfico presente, atentando-se para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; 5) Caracterizar o grupo responsável pela publicação; (LUCA, 2010, p. 141-142). Afora isso, acrescenta-se a catalogação e análise das fontes “de acordo com a problemática escolhida” (LUCA, 2010, p. 142).

Com relação à catalogação, como a partir da leitura bibliográfica para a construção deste trabalho identificou-se que as principais maneiras de ataque ao PT vinham sob os conceitos de patrimonialismo e populismo, e, a partir da primeira análise das fontes, com fortes ataques sobre o seu suposto caráter autoritário, desenvolveu-se uma tabela com as chaves conceituais de: 1) Patrimonialismo/corrupção; 2) Populismo; 3) Autoritário.

De um lado, por tanto, destacamos as colunas de R.A, e de outro, as de D.M, e a partir da análise de cada coluna desses jornalistas que saíram no ano de 2018 a partir da *Folha*, que totalizou em média 48 colunas de cada jornalista, uma vez que esses tiram regularmente férias em dezembro e voltam logo no início de janeiro, selecionamos as colunas que evidenciaram de maneira mais clara alguma dessas chaves conceituais ou mais de uma em uma mesma coluna, o que não foi incomum. Foi verificado durante as análises que o ano de 2018 foi, até o resultado das eleições no segundo turno, em 28 de outubro, predominantemente negativo com relação ao PT em ambos os jornalistas.

Na coluna de R.A do dia 16 de fevereiro de 2018, página A6, com o título “Lula na mira; antipetismo em pânico” temos a primeira referência negativa ao PT relacionada ao mote da corrupção. Nessa coluna chama-se muito a atenção o aspecto de R.A estar argumentando

em favor de Lula, acerca dos debates do período sobre se Lula seria preso ainda em segunda instância. Como demonstrou Azevedo (2016), uma característica da *Folha* é apresentar seus argumentos antipetistas e antiesquerdistas, assim como a defesa de uma política de cunho liberal de maneira velada. Apresentando dados sobre as pesquisas eleitorais do período, R.A. escreve “ainda é cedo, claro! Mas uma sociedade diz alguma coisa de si mesma, do processo político e do futuro quando uma média de 30% dos eleitores, mesmo depois de tudo, ainda está com Lula”, remetendo a uma publicação sua do ano anterior, de 17 de fevereiro de 2017. Quando o colunista acrescenta esse “mesmo depois de tudo”, ele refere-se aparentemente mais uma vez ao mote do patrimonialismo, ou seja, das denúncias de corrupção durante o governo petista, especificamente, nesse caso, o período de Lula no executivo, ou seja, de 2003 a 2010.

R.A. coloca em sua coluna, que é realçada como um subtítulo da matéria em negrito, que “a indignação com corrupção e desmandos do PT degenerou em moralismo tacanho, ódio à política”. Pelo fato dessa narrativa não propor uma discussão sobre os acertos e os erros praticados pelo partido enquanto ocupante do poder Executivo, e sim evidenciar que a noção do brasileiro enquanto corrupto, a partir do conceito de patrimonialismo, expresso por Souza (2017), legitima o saque dos bens públicos pela elite brasileira a serviço do imperialismo estadunidense. Além de Souza, Daltoé reforça essa proposta, ao analisar os artigos de R.A. na revista *Veja*, em sua versão online entre 2009 e 2013. O autor escreve que a partir do antipetismo expresso por R.A., dando ênfase aos termos usados pelo colunista como *petralha*, que, cunhado por R.A., gera uma “referência da associação do PT com a quadrilha de ladrões ‘Irmãos Metralha’, do desenho animado do ‘Tio Patinhas’, produzido pela Walt Disney” (DALTOÉ, 2017, p. 19) Ademais:

No mesmo sentido pejorativo, R.A. formulou termos como “esquerdopata”, visando sugerir que esta ideologia é uma forma de doença social. Estes elementos de desqualificação estão presentes em boa parte de seus artigos. Estes termos, geralmente utilizados com cunho pejorativo se mostram cada vez mais presentes e vigentes no discurso e atuação de grupos ligados às ideologias conservadoras, com sentido de incorporar, em um só campo de atuação, todo o espectro da “esquerda”, destituindo deste último grupo o seu cunho independente ou autônomo ao governo do PT. Prevalece-se na intertextualidade deste discurso o seu apelo a elementos fundamentados na ideologia do *Anticomunismo* (DALTOÉ, 2017, p. 19).

Sobre a relação do antipetismo com o anticomunismo, DALTOÉ explica:

A resposta é mesmo esta: O anticomunismo é sempre um verniz, uma cobertura para disfarçar interesses antidemocráticos e antipopulares. A

democracia não pode conviver com o anticomunismo, que é a arma dos reacionários e dos fascistas. Naturalmente, isto não quer dizer que os democratas sejam adeptos do comunismo ou simpáticos a ele. Conservadores, democratas-cristãos, liberais, trabalhistas, social-democratas e socialistas não são comunistas, mas compreendem que a defesa das suas ideias devem ser feitas através de argumentos políticos e não do uso da força de repressão. É preciso diferenciar os não-comunistas dos anticomunistas. Há muitos democratas não-comunistas. Os anticomunistas, porém, jamais serão democratas (NETTO, 1987, p. 11 *apud* DALTOÉ, 2017, p. 21).

Em seguida, Daltoé complementa acrescentando que a partir da percepção acima elencada, R.A “possui os traços essenciais de um intelectual anticomunista e, portanto, antidemocrata” (DALTOÉ, 2017, p. 21). Além disso:

Ele não é um intelectual de origem política da “direita tradicional”, possuindo alguma leitura de teóricos marxistas e comunistas. A utilização deste conhecimento para a instrumentalização de seu discurso *Anticomunista* é importante, pois garantiria maior legitimidade ao seu discurso, já que sua origem política supõe um “conhecimento de causa” para tanto (DALTOÉ, 2017, p. 21).

A ideologia antipetista representada por R.A em suas colunas, dirá Daltoé “ilustrada pela cunhagem de termos acerca da atuação político-ideológica da esquerda segue no sentido de construir uma imagem ligada à corrupção, subversão e imoralidade” (DALTOÉ, 2017, 19). O que pretendemos aqui, portanto, não é uma maneira de legitimar a corrupção de um partido, apenas evidenciar que esse argumento, historicamente usado contra partidos com base de apoio popular, quase nunca aparece contra partidos que representam o projeto ideológico dominante, na qual a *Folha* é componente, além de ferramenta instrumental legitimadora do poder simbólico. No período Vargas (antivarguismo) e Jango (anticomunismo/ anti-janguismo/ antiesquerdismo), essa mesma imprensa procurava a partir de pautas similares às utilizadas contra o PT, ou seja, a partir do argumento do patrimonialismo, de que todo brasileiro é corrupto e o de populismo, onde as classes trabalhadoras e minorias não possuiriam sabedoria para escolher suas lideranças, pois eram “iludidas” por figuras carismáticas que os enganariam para poder se apropriar dos cofres públicos.

Ou seja, nesse segundo argumento, vê-se um preconceito velado por desrespeitar o direito de escolha das classes trabalhadoras. Sobre o papel da imprensa brasileira e sua ação partidarizada, Azevedo (2018) em seu artigo esclarece ao analisar a relação dos três principais jornais de referência do Brasil (*O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo*) com o PT, nos editoriais durante as eleições presidenciais entre 1989 e 2014:

Essas publicações fazem parte da chamada “grande imprensa” e no passado tiveram intensa atuação política apoiando as forças de centro-direita contra o governo nacionalista de Getúlio Vargas (1951-1954) e o governo reformista de João Goulart, o Jango (1961-1964), ambos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de centro-esquerda (SODRÉ, 1999; ABREU, 2008; CARVALHO, 2013; GOLDSTEIN, 2017). Todos esses jornais apoiaram o golpe militar de 1964 e o regime autoritário, com o dissenso posterior de *O Estado de S. Paulo*, após o aprofundamento da ditadura com a edição do Ato Institucional no 5 em 1968. A partir da redemocratização e da instauração da Nova República, em 1985, os veículos passaram a conviver com um novo sistema partidário e uma nova dinâmica política que, a partir de 1994, polarizou a disputa eleitoral presidencial entre as forças de centro-esquerda, lideradas pelo PT, e as de centro-direita, comandadas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Uma revisão da literatura (GUIMARÃES; VIEIRA, 1989; LIMA, 1990; ALBUQUERQUE, 1994; RUBIM, 1985; AGUIAR, 1995; JORGE, 1997; RUBIM ; AZEVEDO, 1998; MIGUEL, 1999; AZEVEDO, 2000, 2009, 2011; ALDÉ, 2003; CHAIA, 2004; RUBIM; COLLING, 2004; FONSECA, 2005; ALDÉ, MENDES; FIGUEIREDO, 2007) sobre a cobertura das eleições presidenciais nesse período mostra que a maioria das pesquisas e levantamentos apontou que os jornais, e a mídia de um modo geral, atuaram em variados graus com viés partidário, favorecendo assim direta ou indiretamente os candidatos antipetistas nos pleitos presidenciais (AZEVEDO, 2018, p. 270 – 271).

Argumento bem semelhante ao de R.A veremos na coluna de D.M de 07 de abril de 2018 na página A14, com o título “O dia da prisão de Lula”, com os dois argumentos usados por R.A, o de patrimonialismo e de corrupção para justificar as representações já propostas. O contexto da coluna mais uma vez relata os aspectos que no período envolvia a prisão ou não de Lula em segunda instância, e D.M discorre sobre dois tipos de pensamentos que para ele orbitavam em torno da prisão de Lula, sendo “1) pobre do país que envia à prisão o candidato presidencial favorito; 2) pobre do país cujo candidato presidencial favorito é enviado à prisão”. A partir dessas duas afirmativas, dirá que a primeira concentra uma narrativa “filopetista na qual a vontade popular é fraudada pelo estado. A segunda, uma narrativa antipetista, na qual a ordem legal protege a nação do populismo”. A seguir, é importante salientar, pois acaba por caracterizar também os antipetistas, sobre teorias com teor conspiratório, por não ter referência, como mostrou (SANTOS, 2016). D.M escreve “conta-se que, para preservar um simbolismo político valioso, FHC dissuadiu os tucanos de apresentarem um pedido de *impeachment* após as confissões de Duda Mendonça, em 2005, auge do escândalo do mensalão”. Essa coluna traz-nos, além das semelhanças que se verão com o argumento de R.A acima descrito, algumas peculiaridades do colunista D.M. Em diversas de suas colunas é constatado que ele se refere ao PT enquanto um partido autoritário,

o que é negável com as compreensões e peculiaridades do partido descritas no capítulo um e dois.

Após ironizar a primeira teoria, que D.M chama de “filopetista”, complementa “você tem o direito de divergir dessa narrativa arrogante, de evidentes raízes autoritárias”. Compreendendo a importância desse veículo de comunicação, no caso, a *Folha*, que por se encontrar entre as três principais mídias impressas do Brasil acabam tendo suas matérias e colunas veiculadas por outros veículos comunicacionais de menor porte, sem mencionar os acessos por meio digital. D.M ao caracterizar um posicionamento do partido enquanto uma narrativa arrogante e autoritária, não apenas constrói um cenário que aumenta a polarização, tão criticadas por ele, como também esconde por trás de uma ironia a realidade contextual. Apenas para justificar esse último aspecto tem-se a soltura do então ex-presidente Lula, após as eleições e a anulação da maior parte dos processos que o incriminavam. Com relação à atuação da mídia, no caso brasileiro, oligopolizada, como já destacamos, Azevedo pontua:

O sistema de mídia é oligopolizado e controlado basicamente por quatro famílias (Marinho/Grupo Globo, Mesquita/Grupo Estadão, Frias/Grupo Folha e Civita/Grupo Abril) que detêm a propriedade cruzada de jornais, revistas, redes de televisão, *sites* e portais. Desse modo, a maior parte do fluxo da informação política é monopolizada pelos grandes grupos midiáticos e as fontes alternativas de informação, que Dahl (1989) aponta como um dos requisitos fundamentais da democracia representativa, ocupam um papel secundário (em geral em *sites* e *blogs*) e marginal do ponto de vista do seu impacto na formação da opinião pública. Nesse contexto, de um sistema de mídia concentrado e caracterizado por uma oferta de conteúdo político com baixa diversidade, a parcialidade da grande imprensa, pelo seu grande poder de agendamento (e *ripple effect* no noticiário televisivo e nas redes sociais), pode gerar assimetria informacional e potencialmente desequilibrar a disputa política e eleitoral ao vocalizar, reproduzir ou endossar argumentos e estratégias narrativas de grupos e partidos políticos (AZEVEDO, 2018, p. 271).

Essa assimetria proposital, ou como demonstrada por Bourdieu (1989), essa violência simbólica, viu-se, já havia sido testada pelos estadunidenses, com o que se chama de *lawfare*. *Lawfare*, dentro da guerra híbrida das revoluções coloridas, demonstrado por Souza (2020) citando pesquisadores que analisaram o caso do senador republicano pelo estado do Alasca, Ted Stevens, que será muito semelhante às estratégias utilizadas pela Operação Lava Jato contra Lula. Entre os anos de 2003 e 2007, Stevens ocupou a cadeira da presidência do Senado norte-americano e apresentava uma postura defensora das populações indígenas de seu estado, figurando um personagem político de respeito entre democratas e republicanos. Stenvens, antigo amigo de Bill Allen, um administrador da VECO Corporation, empresa de

construção de grande porte do estado do Alasca, estava sendo investigado por doações a partidos políticos do estado. O desfecho se dá com Bill Allen tendo que vender a empresa e assinar um acordo de cooperação sem limite de tempo com o judiciário. O desfecho da trama ocorre de maneira muito similar ao empreendido contra o ex-presidente Lula. A partir do acordo assinado por Allen, os procuradores do Departamento de Justiça americano implicaram Stevens em um caso de corrupção tendo como base a reforma de apartamento no Alasca. Até a corte que deveria julgar Stevens, que deveria ser a do Alasca, onde ele possuía muito prestígio, é transferida para Washington, para completar a história que depois assistiremos no Brasil iniciada já em 2013 (SOUZA, 2020).

Para completar as características do processo que serviram indiretamente com um protótipo para a criminalização de Lula, não houve acesso dos advogados da defesa ao processo acusatório além de uma extensa campanha midiática contra o senador e o uso extensivo de delações premiadas que visavam apenas confirmar o que já haviam decidido de antemão. No caso de Stevens, mesmo depois de comprovado que parte substancial do dinheiro da reforma, cerca de 160 mil dólares, vinha da venda da casa de sua mulher em Washington, ainda assim essa campanha midiática e judicial prosseguia. O fim do caso do senador se dá com a confissão de um agente especial do FBI contando sobre as práticas irregulares do FBI e do Departamento de Justiça no caso de Allen e o juiz do processo, Emmet Sullivan, inocentando Allen em abril de 2009 (SOUZA, 2020).

O que fora concluído a partir dos autores que analisaram esse caso é que, a partir dos dados de busca da internet, quando se faz a pesquisa sobre Allen, as notícias acusatórias constam nas primeiras da lista, levando a dedução de que a maior parte da população estadunidense não acredita em sua inocência, mesmo depois de comprovado o contrário. O ponto importante a se tocar é que o projeto imperialista dos Estados Unidos já não se via contente com os mandatos de Lula, pois o desagrado com a figura política de Lula já se manifestava pelo sucesso em relação à autonomia econômica e política de um país que se mostrava como poucas outras vezes na história, incluindo as populações que antes não tinham ainda tido benefícios do orçamento público, a partir de políticas redistributivas. Isso representava para o projeto estadunidense uma possibilidade de crescimento da potência global sul, com diminuição da pobreza, da desigualdade social e, principalmente, lutar justamente contra a dependência imperialista (SOUZA, 2020).

Souza expõe que a contradição que há dentro da esquerda brasileira decorre justamente da sua colonização a partir do discurso da corrupção apenas do Estado.

Incorporando essa leitura de mundo para interpretar a sociedade brasileira permitiu que, por exemplo, a própria presidente Dilma Rousseff, intermediada pelo seu Ministério da Justiça, criasse as condições legais para o *lawfare*, ou seja, o uso da lei como arma política, como explicitado acima a partir do exemplo do senador estadunidense Stevens e seu amigo Allen. Conforme a lei 12.850/2013, portanto, tipifica os crimes de organização criminosa e obstrução da justiça, o que passa a permitir instrumentos invasivos e duvidosos, como as delações premiadas e as prisões cautelares. Ou seja, a lei aprovada pela própria presidente irá ser uma arma usada pela Lava Jato contra o próprio PT, acarretando o golpe de Estado dentro dos limites democráticos, uma espécie de legalidade forjada, a partir das técnicas de *lawfare*, pausando projetos que procuraram diminuir a pobreza e as desigualdades sociais a partir do projeto estadunidense de hegemonia imperialista (SOUZA, 2020).

Na coluna de D.M, o conceito de patrimonialismo mistura-se com o de populismo. É importante destacar que por vezes D.M se remete ao lulismo com pretensão de relacioná-lo diretamente ao conceito de populismo, chamando de lulismo o que demonstra ter sido com a intenção subentendida de populismo. Deste modo, D.M continua na coluna de 07 de abril de 2018 na página A14 e diz “Na ‘era Lula’, a Petrobras foi colonizada por um cartel de partidos políticos - PT, PMDB, PP – e extorquida pelo cartel de empreiteiras associadas ao lulismo”. Nesses apontamentos, imediatamente, salta aos olhos as aspas, onde busca relacionar Lula a Vargas, pois o período que Getúlio Vargas ocupou o poder é chamado pela historiografia de “era Vargas”. Tendo em Vargas já consolidadas representações que o associavam ao populismo e no fim ao patrimonialismo, que corrobora inclusive com o seu suicídio, a associação dos termos para se referir a Lula já demonstra o interesse, defendido por essa narrativa, de que o antipetismo se manifesta nas representações desses dois colunistas à *Folha* tendo como principal argumento deslegitimador da soberania popular os conceitos de populismo e patrimonialismo.

Ademais, como bem demonstrou Souza (2017), sobre o moralismo seletivo desses conceitos e a sua carga racista a partir do estruturalismo, onde o estadunidense, nessa nova interpretação de mundo, se apresenta enquanto o exemplo de honestidade, ético e moralmente superior, em detrimento do modelo racista anterior, justificado pela cor da pele. Azevedo (2016) dá indícios sobre as razões desse moralismo seletivo ao evidenciar um paralelismo entre a grande imprensa brasileira e as pautas liberais e conservadoras:

Tanto a revisão da literatura quanto os dados do nosso levantamento sustentam a afirmação que a grande imprensa brasileira manteve, durante os períodos eleitorais, não só uma posição crítica em relação ao PT e ao

petismo, nos editoriais, como uma cobertura jornalística enviesada e desfavorável. Esta postura ganha matizes e gradações variadas dependendo da conjuntura e do estilo do jornal, mas, em seu conjunto, reproduz o antipetismo explorado no campo político pelas forças de centro-direita, sugerindo um forte paralelismo político entre o campo da mídia e o campo político. Ademais, o antipetismo da grande imprensa tem precedentes históricos, na medida em que reitera, com notável continuidade, posições assumidas no passado, ao lado de liberais e conservadores, de combate às correntes alinhadas ao nacional-desenvolvimentismo, às políticas distributivas, ao estatismo e ao intervencionismo estatal na economia (AZEVEDO, 2016, p. 132).

No que trata da relação que se propõe fazer entre Vargas e Lula na coluna de D.M, Azevedo (2016) esclarece:

A grande mídia sempre esteve ao lado dos liberais e conservadores, atuando como um braço midiático da oposição nos governos Vargas e Jango – os dois mais comprometidos com o projeto nacional-desenvolvimentista. Esta clivagem entre liberais-conservadores e nacional-desenvolvimentistas, após o interregno da ditadura militar, seria reativada com novos atores políticos, na atual quadra democrática, através da polarização eleitoral entre o PT e o PSDB (AZEVEDO, 2016, p. 133).

Ainda sobre o moralismo seletivo da imprensa, que norteia nossa proposta acerca das representações do antipetismo baseadas nos conceitos de patrimonialismo e populismo, expressas por Souza (2017), o autor, em seu artigo, conclui que:

No primeiro período, antes de o PT ascender ao poder, o enquadramento predominante dos jornais ao criticar o partido e o petismo é o seu esquerdismo, usualmente definido como radical e/ou populista. Portanto, um enquadramento de fundo ideológico. Com o PT no governo e depois da eclosão do escândalo do Mensalão, o pacote interpretativo predominante passa a ser o de uma organização corrupta que se utiliza de meios ilícitos para manter o seu projeto de poder, embora o *framing* anterior de um partido populista seja ainda ocasionalmente acionado. O enquadramento predominante tem, portanto, fundo moral (AZEVEDO, 2016, 286).

Voltando para a coluna “O dia da prisão de Lula” de 07 de abril, D.M, ao tratar sobre os partidos políticos, chamando-os de cartel, que implica uma organização criminosa, o primeiro partido que vem elencado por D.M é o PT, seguido por PMDB e PP. Isso reforça uma narrativa antipetista de que o PT se trata não apenas de uma organização criminosa, como também seria o mais corrupto dentre eles. Concluindo os aspectos dessa coluna, ao se referir sobre o triplex do Guarujá, do qual Lula era acusado de envolvimento, D.M demonstra um pensamento bastante elitista ao pontuar o Lula que ruma para uma cela da PF “não é o

camarada dos Odebrecht, o brother de Eike Batista, o patrono do metrô de Caracas ou o mecenas do ditador angolano José Eduardo dos Santos, mas apenas o presumido proprietário de um triplex vagabundo numa praia urbana decadente”. As relações que o colunista faz insinuam que as razões da prisão de Lula deveriam ser essas elencadas, demonstrando, em certa medida, uma certa dúvida com relação ao processo empreendido pelo ex-juiz Sérgio Moro.

Contudo, em outras colunas do referido colunista, esse não se limita a usar justamente esse processo para acentuar suas críticas ao PT. No entanto, ao fazê-lo, ele não o faz sem procurar mostrar algumas irregularidades no processo, que confirma as proposições de Azevedo (2016) ao demonstrar que a *Folha*, em relação ao *Estado de S. Paulo* e *O Globo*, é o jornal que possui maior diversidade de ideias e apresenta seu posicionamento político-ideológico de maneira mais singela que os outros dois mencionados.

Uma característica que constatamos nas representações antipetistas, sobre uma posição contrária à política de cotas, foi fortemente marcada na coluna de D.M no sábado, 22 de setembro de 2018, na página A8. Sob o título “Meu lugar na fila”, e com o subtítulo “proteger interesses gerais pagam menos dividendos que promover interesses de grupos” D.M inicia a coluna de sábado dizendo que atingiria 60 anos em três meses e que poderia começar a desfrutar dos direitos dos idosos. No entanto, ele apresenta críticas a essa medida, justificando que idosos que ainda possuem saúde deveriam negar tal benefício, que ele chama de política dos privilégios.

Inicia sua crítica dizendo “com exceção de um, meus amigos idosos converteram-se em idosos oficiais. Uma, que corre maratona em montanhas, tirou carteira de idosa para estacionar bem pertinho da entrada do shopping”. Em seguida, irá apontar outras críticas ao que ele chama de política dos privilégios. Como demonstramos no capítulo dois, o antipetismo tem a característica de ser também a antítese do que é ser petista. Portando, como fora descrito, enquanto o petista é a favor das cotas e chama-as de políticas públicas redistributivas, os antipetistas tendem a ser contra e considerá-las enquanto privilégio, negando todo o processo de capitalismo dependente que se apropriou da riqueza gerada pela exploração escravocrata que durou longos três séculos e meio. Sem mencionar o abandono sofrido por essa nova classe que quando se vê liberta, percebe que o trabalho muscular, que antes significava a desumanização de sua condição, agora é representado como uma maneira de dignificar-se, ou seja, a perfeita inversão do que era sua condição de existência até então. Este fato, como demonstrou Souza (2017), gerará o início da marginalização desses grupos

que vão cada vez mais ocupando as periferias e favelas brasileiras. Sobre esse posicionamento de D.M, Rodrigues (2018) já havia descrito, ao descrever o conflito instrumental entre Marilena Chauí e D.M:

Depois de estrelar a bravata contra Chauí, Magnoli estabeleceu-se no novo mercado de reações, com a publicação de *Uma gota de sangue: história do pensamento racial* (2009) – opondo-se às cotas raciais na universidade pública, e, posteriormente, às ações afirmativas em geral (RODRIGUES, 2018, p. 296).

Nas palavras de D.M, “a cota de um implica a negação de vaga a outro, que obteve nota superior e pode até ser mais pobre”, o que demonstra uma infidelidade factual, por desconsiderar que em não raros casos adotou-se a política de cotas não apenas para alunos negros como também para aqueles oriundos de escolas públicas. Na coluna do dia 24 de março de 2018, na página A8, intitulada “Suprema insegurança”, D.M manifesta mais uma vez sua postura contra as cotas, ao dizer “faz tempo que o STF rasga a constituição para ouvir a ‘voz das ruas’ – ou, de fato, as redes de opinião influentes que gritam em nome do ‘povo’. Lá atrás, os ministros ignoraram os artigos sobre a igualdade perante a lei e o mérito acesso ao ensino superior”, e complementa, usando a aspas como uma maneira de ironizar e talvez estigmatizar, quando diz, “para ‘legalizar’ as cotas raciais”.

Ademais, outra discussão que podemos fazer sobre essa afirmação é em detrimento das formas como a *Folha*, apesar de sua postura de portar minimamente opiniões variadas, organiza os discursos de R.A e D.M de maneira a tentar mostrar-lhes distintos, como com relação às cotas, que R.A já afirmou recentemente em entrevista com Lula no programa *O É da Coisa*¹¹, da *Rádio Bandeirante*, no dia primeiro de abril de 2021, após a saída da prisão que se arrepende de ter sido contra e hoje entende que se faz necessário, de maneira paliativa. Portanto, enquanto D.M apresenta uma narrativa antipetista mais conservadora, R.A o faz defendendo veementemente as bandeiras liberais como demonstraram as colunas elencadas a seguir. Mais uma vez recorremos a Rodrigues, ao dar indícios sobre os espaços ocupados por esses jornalistas:

Na esfera cultural, oportunidades inéditas foram criadas para os intelectuais que desqualificam o PT, pois puderam tomar as posições outrora ocupadas pelos seus adversários petistas – notadamente, as de vigilância moral e combate ideológico aos grupos dirigentes. Não se originando da lógica nem dos interesses específicos do espaço partidário; o *antipetismo* dos

¹¹ Entrevista de Lula para Reinaldo Azevedo pouco tempo após a saída do ex-presidente da cadeia: < <https://www.youtube.com/watch?v=vlvjciPQrq4> > Acessado em: 24 de jan. de 2022.

intelectuais não encontra neles seu princípio gerador de reações e fórmulas discursivas. Os móveis, os interesses e os recursos específicos da disputa simbólica condicionam e distinguem sua maneira de opor-se ao PT (RODRIGUES, 2018, p. 304).

Na coluna já referida de R.A, do dia 16 de fevereiro de 2018, página A6, “Lula na mira; antipetismo em pânico” o colunista pontua que o certo a se fazer é apoiar as reformas do governo Temer, apontando a política do teto de gastos - uma limitação ao crescimento das despesas do governo brasileiro em saúde e educação durante 20 anos, alcançando os três poderes, além do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União – enquanto uma prática política ideal. R.A pontua “e Lula chegou a roçar o patamar dos 40%”, ao defender que Temer havia baixado a inflação de 10% para menos de três, e continua: “não obstante, o campo centrista que se opõe ao PT insistem em ignorar as conquistas do governo Temer e se nega a fazer a politização virtuosa do desmonte das armadilhas do petismo”. Essas conquistas, a que R.A se refere, na verdade se trata de uma política de cunho liberal onde se reduz o Estado em detrimento do mercado que se autorregularia. E que, na realidade, acabam por gerar um sucateamento das respectivas instituições que precisam ter um orçamento que contemple as alterações inflacionárias, para citar apenas um pequeno exemplo do impacto que isso impõe às respectivas instituições públicas.

Para mais, “a imprensa escrita pauta grande parte das questões políticas e as outras mídias repercutem, ampliam e disseminam os temas em debate, realimentando o fluxo de informação” (AZEVEDO, 2018, p. 272). Ou seja, a partir da defesa das políticas de sucateamento das instituições públicas adotadas por Temer, cria-se uma pauta que privilegia, obviamente, as pautas liberais e cria-se o cenário perfeito para que surja um candidato que incorpore essas pautas liberais.

Em sua última coluna do ano de 2018, R.A, em 28 de dezembro, na página A5, com Jair Messias Bolsonaro já eleito Presidente da República, disserta em sua coluna uma espécie de apologia ao liberalismo, enaltecendo características sem suas devidas contradições. Sob o título “Bolsonaro já deu errado, mas...”, e por subtítulo “seria um erro concluir que o governo vai ser necessariamente malsucedido”, já é perceptível que ocorre uma mudança em seu discurso, que antes da eleição era veementemente contrário. Ademais, um renomado colunista com grande espaço de atuação no campo midiático, exaltando políticas liberalizantes, vai ao encontro com o que nos diz Bourdieu, que descrevendo o papel das ideologias, nos ensina que “por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do

grupo” (BOURDIEU, 1989, p. 11). Ou seja, como já apontado, sabendo que a elite nacional se utiliza da mídia enquanto um instrumento de manipulação, essa mídia, estrutura estruturada e estruturante, convence seus leitores, maioria de classe média e classe média alta, a posicionarem-se defendendo os interesses dessa elite dominante portadora do poder simbólico manipulador de consciências.

Deste modo, na respectiva coluna, já apontado inicialmente que não seria um governo necessariamente mal sucedido, apesar de sua postura crítica anterior a vitória de Jair Bolsonaro, encontra outro agravante se acrescentar que o referido presidente não havia participado da maioria dos debates entre os candidatos ao executivo sob a alegação de estar sem condições de saúde enquanto se aproveitou da emissora *Record* para expor seu projeto político no mesmo horário em que ocorria o debate entre seus oponentes, de maneira a prejudicar os demais que disputavam entre si poucos minutos na *Rede Globo*.

Depois de reafirmar o subtítulo já enunciado, R.A inicia sua apologia ao liberalismo ao escrever:

Um liberal considera que um governo é eficiente quando consegue melhorar a vida da população, otimizando os discursos disponíveis, transferindo mais responsabilidades à sociedade, domando o Estado para que este regule as relações de troca, de modo que esse ente estatal corrija, por meio da igualdade perante leis democráticas o que desigualaram as circunstâncias que não foram escolhidas pelos indivíduos: em alguns casos, é preciso controlar os apetites; em outros, compensar as inapetências. Pareceu excesso de abstração? Um liberal acredita, em suma, que o palavrório da política é o melhor instrumento para manter e aprimorar o pacto civilizacional que nos leva a uma concordância entre desiguais sobre o método de discordar¹².

O que se pretende quando usamos a expressão apologia é que da forma como é demonstrada sua posição ideológica, esconde contradições existentes em todos os espectros políticos. Como escreveu Souza (2017), o domínio exercido pela elite dos proprietários ocorre de maneira distinta entre as classes médias e populares. Entre as classes médias, o domínio da elite se dá de maneira simbólica, enquanto com as classes populares ela atua a partir da repressão e da violência material. A partir do desenvolvimento da imprensa e da televisão, que no caso brasileiro, não houve concorrência com outros tipos de organizações - como as televisões públicas que existem em alguns países europeus, nos Estados Unidos e no Canadá - e sim apenas interesses comerciais, favoreceu a criação de conglomerados na área da

¹² AZEVEDO, Reinaldo. Bolsonaro já deu errado, mas... *Folha de S. Paulo*, São Paulo, n. 32.776, 28 dez. 2018. Poder, A5.

comunicação, que como visto em Azevedo (2016), transformam-se em arregimentadores e também instrumento de interesses privados que são vendidos, a partir das notícias, como se fossem públicos. Importante ressaltar que, nesse caso, os interesses privados também são seus próprios interesses, uma vez que também compõem essa elite de proprietários, o que justifica o que Souza pontua sobre como essa *elite do atraso* acabou construindo a imprensa para realização dos seus objetivos de acumulação infinita de capital em detrimento da aterradora desigualdade social (SOUZA, 2017). Essa imprensa, se viu, utiliza as mesmas estratégias desde o governo Vargas, principalmente sobre o aspecto da corrupção, que reforça nossa proposição de que o antipetismo que é representado pelos colunistas a partir da *Folha* se concentra em dois conceitos centrais, de patrimonialismo e de populismo, e é endossada também por Azevedo:

Em síntese, o segundo governo Vargas viveu, até o seu dia final, sob bombardeio da imprensa e acuado pelas denúncias de corrupção, numa ação paralela com a oposição liberal e conservadora. De forma semelhante, o governo Lula, a partir de 2005, com o “mensalão”, passou a conviver com as denúncias de corrupção que se estenderiam ao governo Dilma, com o desencadeamento da operação “Lava Jato”, ambos episódios cobertos de forma intensa pela imprensa (com destaque para as revistas semanais), que manteve os governos petistas sob fogo cerrado até o epílogo, com o afastamento da presidente Dilma, diante do apoio aberto do *Estadão* e do *O Globo* e do apoio velado da *Folha de S. Paulo* – que defendeu a renúncia de Dilma e Temer e a convocação de novas eleições (AZEVEDO, 2016, p. 136).

Na coluna de D.M do dia 15 de setembro de 2018, página A6, intitulada “Tempo circular”, e por subtítulo, “O lulismo tardio é um caudilhismo singular, com traços milenaristas”, D.M discorria sobre a carta de Lula publicada no site do PT. Essa carta foi lançada após decisão judicial que acarretou a prisão do ex-presidente Lula, e o então ex-presidente buscava transferir os seus votos para o novo representante para o Executivo pelo PT, Fernando Haddad. Fazendo uma análise minuciosa da carta, portanto, a partir de uma característica partilhada por R.A, irá descrever o conteúdo do texto e produção imagética da carta relacionando Lula e o PT com o caudilhismo peronista. Ao buscar no dicionário *Aurélio* a palavra “caudilho”, temos a descrição “1. Chefe militar. 2. Mandachuva. 3. Cabecilha”. Ou seja, a característica que partilham R.A e D.M em várias colunas, que é a de se referir ao PT de diversas maneiras como um partido autoritário. Aqui, pela limitação pertinente à construção dessa narrativa, foram selecionadas uma coluna de cada, que manifestava de maneira mais concisa a produção de suas representações que atribuem ao PT um caráter autoritário.

Em seguida, destaca-se na coluna de D.M que ao empreender sua análise que, parece, procura dar legitimidade ao discurso a partir de uma narrativa com características da semiótica, vai refazendo o trajeto histórico do PT a partir de sua ideologia e a do jornal que representa. Nessa retrospectiva ele procura levar a compreensão de que a carta de Lula invisibilizava a personalidade de Fernando Haddad, o que demonstra que D.M aparentemente não acredita que ocupar um Ministério, como ocupou Fernando Haddad entre os anos de 2005 e 2012 seja suficiente para ter representatividade. D.M reproduzindo um trecho da carta de Lula, escreve:

“Tudo que lhe peço, querido amigo, é que cuide com muito carinho das pessoas, como eu gostaria de estar cuidando”. Abaixo da gosma paternalista, repousa a mensagem que, de fato, importa. Haddad deve mimetizar Lula – ou, melhor ainda, ser Lula. Jamais, na nossa história política, nem mesmo no caso de Dilma, a personalidade de um candidato foi plenamente anulada. O paralelo possível, muito imperfeito, é com o peronista Héctor Cámpora. Indicado por Perón como seu “delegado pessoal” para representá-lo nas eleições de março de 1973. Cámpora presidiu a Argentina por escassos meses, até renunciar em julho, propiciando novas eleições e o retorno do caudilho ao poder¹³.

Como explicitado a partir desse trecho da coluna do dia 15 de setembro de 2018, o colunista visa relacionar Lula a Perón, presidente da Argentina por três mandatos e que também recebe a alcunha de um governo populista e que recebia essa pecha justamente porque semelhante a Getúlio Vargas concedeu vários benefícios à classe trabalhadora, como aumento do salário-mínimo, 13º salário, folgas semanais, entre outras. É perceptível também que, enquanto geógrafo, D.M utiliza de sua bagagem intelectual para dar legitimidade às suas narrativas. O que precisa ser discutido é que o faz a partir de uma violência simbólica, ao atribuir, apesar de acrescentar que o “paralelo possível” seria “muito imperfeito”, uma relação em que insinua que Lula ocuparia a presidência após renúncia de Haddad, como ocorre com o seu exemplo elucidativo. Ou seja, atribui-se um caráter autoritário e ao mesmo tempo populista, ao relacionar a figura de Lula a de Perón. Deste modo, o exemplo é estrategicamente escolhido a fim de propor o que defendemos até aqui, ou seja, que as representações do antipetismo dos dois colunistas analisados têm sempre a característica de atribuir negativamente ao PT um caráter populista e patrimonialista, e acrescentamos, a partir dessa coluna, e da que analisaremos a seguir, que atribuem ao PT um caráter autoritário, o que

¹³ MAGNOLI, Demétrio. Tempo circular. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, n. 32.672, 15 set. 2018. Poder, A6

implica uma assimetria proposital, ou violência simbólica, destacada acima, que cabe acrescentar:

As frustrações em sintonia, orientadas à mesma direção – posições dominadas/ ambições dominantes; desejo de dignificação – promovem um encaixe na construção de um espaço próprio para vigência da hierarquia invertida (em relação ao espaço social mais amplo), mas de assimetria inequivocadamente reposta (a clientela se torna fã/seguidora/leitadora/admiradora dos doutrinadores). Daí suas mensagens serem simultaneamente culturais e políticas, submetidas à performance da inversão da hierarquia vigente nos dois âmbitos (Estado/PT, ordem simbólica/ intelectuais em geral e petistas em particular). Essa inversão atende às demandas simbólicas tanto dos professores-jornalistas/jornalistas-professores (dominados simbolicamente, acumulando capital econômico) quanto de sua clientela cativa (destituída de capital cultural legítimo, em busca de dignificação). Em política, o petismo e o “politicamente correto”, é apresentado como dominante, e conta com a posição objetiva do PT no governo – ensejando todas as oportunidades para oposição incondicional a ele. Em cultura, o repertório de ideias, causas, símbolos da esquerda (revolução comunista, feminismo, minorias etc. – sem diferenciá-los). Trata-se de uma fórmula discursiva de “antipetismo” duplamente eficaz, pelas inversões que possibilita (política/cultura) (RODRIGUES, 2018, p. 303-304).

Sobre esse aspecto de inversão de hierarquia, Mangolin vai ao encontro de Rodrigues (2018):

Os grupos de direita irão reproduzir historicamente a ideia um grande complô da esquerda, à semelhança daquelas peças de propaganda baseadas em fantasiosas teorias da conspiração dos tempos da Guerra Fria. Para esses grupos, tudo e quase todos são de esquerda e pretendem tornar o Brasil algo como a Venezuela ou Cuba e, não é necessário insistir, eles possuem poucas de deturpadas informações sobre esses países. Um bom exemplo e de ampla divulgação foi a mulher que identificava, no Congresso Nacional, o vermelho da bandeira japonesa como a prova da dominação cultural dos comunistas (MANGOLIN, 2017, p. 5).

Na coluna do dia 20 de julho, página A6, R.A vai apresentar uma representação semelhante, sinalizando uma postura que remete ao PT um caráter autoritário. Também chama atenção nessa coluna que R.A irá atribuir aos petistas a característica de corruptos, ou seja, enquanto D.M organizou seu texto atribuindo ao PT os conceitos de autoritarismo e populismo, R.A irá construir sua narrativa usando os conceitos de autoritarismo e patrimonialismo. A partir do título “O PT tripudia sobre cadáveres”, e abaixo, no subtítulo “O partido de Lula solidariza-se com os algozes da Nicarágua”, R.A inicia a narrativa fazendo uma discussão sobre a Nicarágua, a partir de um artigo lá aprovado em 2009 pela sua Suprema Corte e o relaciona com o projeto anticorrupção assinado pela então presidente

Dilma Rousseff a partir do STF em 2016 e que irá servir inclusive para destituí-la, como já demonstramos. O foco da narrativa do colunista é atribuir um caráter autoritário ao PT pelo fato de não ter manifestado sua posição perante a sociedade contra o governo da Nicarágua, pontuando inclusive que o próprio Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) teria escrito nota repudiando ato que acarretou naquele país a morte de 360 pessoas, em três meses, que protestavam contra o governo de Ortega, na Nicarágua. Como nosso objetivo não se dá na análise dos acertos e dos erros cometidos pelo partido, nem do periódico e dos colunistas, e sim buscar compreender as características do antipetismo desses colunistas, descrevemos a parte da matéria que empreendemos uma discussão. Primeiro, sobre a apropriação do conceito de patrimonialismo nas representações antipetistas de R.A, ao criticar os Ministros do STF sobre a prisão de Lula, ele expõe:

Os “companheiros” tentaram, sem sucesso, provocar um movimento internacional de solidariedade a Lula. Com efeito, os magistrados que o mantêm preso substituem a letra explícita da Constituição por uma interpretação. Um país que envereda por esse caminho marca um encontro com a crise institucional. Cedo ou tarde. O destino de seu líder maior poderia ter ensinado alguma coisa aos petistas no terreno da ética e da moral. Mas quê ... De certo modo, tornaram-se ainda mais pervertidos¹⁴.

Como exposto, R.A afirma que os petistas seriam não apenas sem ética e sem moral, como também teriam se tornado ainda mais pervertidos. Sobre o aspecto moral dessa afirmação, Souza defende que a classe média, defendida aqui enquanto a classe predominantemente antipetista, se justifica em relação à elite a partir do moralismo, e em relação às classes populares com o populismo, ambas as ideias criadas por intelectuais para colonizar a cabeça da classe média e torná-la manipulável pela elite econômica. O que torna esse projeto vigoroso é que esse conceito, que é dado pelos intelectuais à grande imprensa, vai ser usado para cativar essa classe média que irá defender interesses que não são os seus e nem os da nação, e sim dessa mesma elite. Portanto, não é suficiente que esses conceitos de patrimonialismo e populismo tenham surgido da instituição de mais prestígio em âmbito nacional. É preciso também que a imprensa esteja nas mãos dessa elite que amplifica teorias falsamente críticas para o público que não é capaz muitas vezes de compreender os interesses ocultos descritos (SOUZA, 2017).

¹⁴ AZEVEDO, Reinaldo. O PT tripudia sobre cadáveres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, n. 32.672, 20 jul. 2018. Poder, A6.

Sobre a representação do PT enquanto um partido autoritário, R.A escreve logo após o trecho acima citado que “a democracia não é e nunca foi, para o PT, um valor inegociável. A sua adesão aos padrões da disputa democrática segue sendo puramente instrumental. Não se enganem se os petistas voltarem ao poder vão cometer os mesmos erros que os conduziram, e ao país, ao desastre”. A seguir, irá mais uma vez atribuir a corrupção ao partido, ou seja, mais uma vez parte do conceito de patrimonialismo, quando este escreve que “o governo de Ortega” da Nicarágua “não é apenas autoritário e violento. É também notavelmente corrupto, o que não constrange o PT, é claro”¹⁵.

Procuramos demonstrar, portanto, que há uma convergência entre os colunistas analisados no que trata da representação do PT enquanto um partido corrupto, populista e, a partir das últimas colunas, demonstramos também que há uma tendência nos autores de caracterizarem o PT enquanto um partido autoritário, o que se contrapõe tanto no que se refere à origem e estruturação do partido, como a partir de sua postura enquanto o partido ocupou o poder executivo e teria, portanto, mais condições de exercer o autoritarismo a que se referem os colunistas.

Destacamos, para finalizar, a coluna de R.A do dia 21 de setembro, na página A8, em que demonstraremos que o colunista apresenta uma postura de aparente aversão aos sindicatos e movimentos sociais. A coluna intitulada “Poder, irrelevância ou arruaça?” e subintitulada “Vivemos um tempo em que ao derrotado pode restar a irrelevância ou a arruaça” discorre sobre o que ocorreria no cenário político, no que tange às disputas ideológicas internas, caso cada um dos presidentes das eleições de 2018 ganhassem. No início de sua coluna, ele apresenta o argumento de que, caso Geraldo Alckmin (PSDB) ou Jair Bolsonaro, naquele período ainda filiado ao PSL, saberia que o PT liderava a oposição, acrescentando que já se tratava, inclusive, de um espaço de poder. A seguir, indaga “Se o vitorioso for o petista Fernando Haddad ou Ciro Gomes (PDT), quem comandará o campo adversário? A pergunta e a resposta expõem a miséria a que chegou à política brasileira”¹⁶. Primeiramente, destacamos sobre o aspecto insinuado por R.A de que caso o PT ou o petista Ciro Gomes fossem eleitos não haveria ninguém que “liderasse a oposição”. O colunista, sabe-se, não é ingênuo, e compreendia que o então ainda candidato à presidência, Jair Bolsonaro, só se tornou uma espécie de oposição ao PT a partir de 2014, e antes, com o partido no poder já há doze anos, a

¹⁵ AZEVEDO, Reinaldo. O PT tripudia sobre cadáveres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, n. 32.672, 20 jul. 2018. Poder, A6

¹⁶ AZEVEDO, Reinaldo. Poder, irrelevância ou arruaça?. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, n. 32.678, 21 set. 2018. Poder, A8.

oposição sempre existiu. Uma maneira clara de demonstrar essa falsa crise que R.A tenta fazer crer seus leitores se dá com o próprio escândalo do mensalão, baseado na compra de votos dos parlamentares, tão recorrente em suas colunas para atacar o partido enquanto corrupto durante o período aqui analisado. Ora, se o PT empreendeu a compra de votos de parlamentares para aprovação de projetos governistas, é porque muito provavelmente contava com uma oposição que só votaria essas pautas se fossem pagos por isso. Também insinua, por propor uma espécie de desfalque político, por uma suposta ausência de oposição, que seria então preferível votar nos candidatos Geraldo Alckmin, em primeiro lugar, pela ordem de sua enunciação, ou Jair Bolsonaro, em segundo. O caráter liberal da *Folha*, no entanto, não é novidade, e explicitamos a partir de Azevedo:

O jornal mantém, nos dias atuais, a mesma linha editorial e a política de diversidade interna, sendo, dos três grandes diários, o mais aberto ao debate e ao confronto de ideias. Com essas características, hoje está localizado mais ao centro do que à direita do espectro político, mas certamente a sua definição editorial mais precisa seria a de uma publicação alinhada com os ideários liberais na política e na economia, mas comprometida com uma audiência menos conservadora, que não era contemplada pelos seus concorrentes diretos (AZEVEDO, 2016, p. 278).

Em seguida, ao traçar a hipótese de vitória de Bolsonaro, R.A se referindo ao então presidenciável escreve que “Se o ‘capitão reformado’ vencer, já sabemos que o PT vai chefiar a oposição tenha o tamanho que tiver. O que eventualmente lhe faltar no Parlamento será compensado por sua inserção nos sindicatos e nos movimentos sociais”. Para expor, portanto, o que ele compreende pelas organizações sindicais e movimentos sociais, o colunista, no último parágrafo da coluna, conclui explicando o sentido que dá em seu título ao encerrar dizendo que “nas democracias, quem perde vigia o poder. Vivemos um tempo em que, a depender do resultado, ao grande derrotado restará a irrelevância ou a arruaça”¹⁷. O primeiro aspecto a se destacar são as alegações mal-intencionadas sobre as afirmações de que restaria apenas ao derrotado no segundo turno comandar a oposição. Nas eleições de 2018, constavam 13 candidatos à presidência, dentre eles, alguns que se aproveitaram inclusive da onda antipetista também explorada por Bolsonaro, outros, como o PSOL, surgiram enquanto uma ruptura com o próprio PT, o que implica, portanto, uma mudança na postura político-ideológica, que não atuam enquanto oposição ao PT, contudo, por se tratar de um partido

¹⁷ AZEVEDO, Reinaldo. Poder, irrelevância ou arruaça?. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, n. 32.678, 21 set. 2018. Poder, A8.

formado a partir de dissidentes do PT, pode-se dizer que se portaram enquanto uma oposição no interior do partido. Para mais, R.A expõe que Geraldo Alckmin, do PSDB, partido que historicamente fez oposição ao PT não teria forças para comandar a oposição. O questionamento que fica é em saber quais as intenções por trás de tais alegações e ancorado em que pressuposto o colunista afirma essas considerações. Por qual motivo o PSDB, partido de origem parlamentar desde os seus primórdios e, portanto, com toda a estrutura logística que cabe a um partido assim estruturado, não teria agora condições de comandar a oposição? Acreditamos não ser um equívoco do colunista e sim um ato proposital que visa descontextualizar ou desinformar, uma vez que:

Ele não é um intelectual de origem política da direita tradicional, possuindo alguma leitura de teóricos marxistas e comunistas. A utilização desse conhecimento para a instrumentalização de seu discurso *anticomunista* é importante pois garantiria maior legitimidade ao seu discurso, já que sua origem política supõe um “conhecimento de causa” para tanto (DALTOÉ, 2017, p. 21).

Soma-se a isso que “a criminalização das organizações de esquerda é uma constante em suas práticas discursivas, muitas vezes apelando para tentativas de naturalização da repulsão à esquerda, como se fosse um fato cultural entre os brasileiros a tendência ao pensamento de direita” (DALTOÉ, 2017, p. 21). Portanto, o colunista apresenta a tese de que o lugar do PT é na oposição, uma vez que se eleito a oposição não teria representatividade com Jair Bolsonaro, que R.A faz crer ser o único que encabeçaria a oposição em seus devaneios sobre o cenário político, envernizado com a instrumentalização do seu discurso anticomunista que procura legitimar suas narrativas. Tornando o cenário da possível vitória do PT, com a oposição tendo como “única alternativa”, nas proposições do colunista, Jair Bolsonaro, que R.A qualifica negativamente, como veremos a seguir, o cenário ideal proposto por ele, se subentende, seria Geraldo Alckmin, do PSDB:

Bolsonaro não terá condições políticas, intelectuais e partidárias de comandar a oposição. Ele o faria ancorado em quais pressupostos? Para a segurança, um 38 na mão de cada brasileiro? Para a educação, uma escola em que moleque não seja estimulado a gostar de boneca? Para a economia... Bem, para a economia, não existirá, creio, nem mesmo o Guedes¹⁸.

¹⁸ AZEVEDO, Reinaldo. Poder, irrelevância ou arruaça?. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, n. 32.678, 21 set. 2018. Poder, A8.

Tratando das análises dos editoriais dos três principais jornais do Brasil, *Folha de S. Paulo*, o *Estadão* e *O Globo*, Azevedo reforça o que temos demonstrado sobre os conceitos recorrentes de patrimonialismo/corrupção e populismo atribuídos negativamente ao PT:

As razões dessa posição crítica variam conforme o período analisado. No primeiro período, antes de o PT ascender ao poder, o enquadramento predominante dos jornais ao criticar o partido e o petismo é o seu esquerdismo, usualmente definido como radical e/ou populista. Portanto, um enquadramento de fundo ideológico. Com o PT no governo e depois da eclosão do escândalo do Mensalão, o pacote interpretativo predominante passa a ser o de uma organização corrupta que se utiliza de meios ilícitos para manter o seu projeto de poder, embora o *framing* anterior de um partido populista seja ainda ocasionalmente acionado. O enquadramento predominante tem, portanto, fundo moral (AZEVEDO, 2018, p. 286).

Além disso, temos a referência que R.A usa para se referir aos movimentos sociais e sindicatos, enquanto arruaça, demonstrando que apesar de se autodeclarar um democrata, em muitos momentos, como essa postura elitista e preconceituosa de chamar os protestos e pautas defendidas por esses grupos organizados enquanto arruaçeiros, mas como demonstrado, trata-se de uma estratégia, uma vez que “Azevedo aponta dados e mais dados para legitimar sua pretensão de caracterizar a consciência e a cultura popular como ‘de direita’” (DALTOÉ, 2017, p. 21). Para mais, Azevedo (2018) complementa sobre a característica dos periódicos nacionais, que reforçam nossa proposição de que eles constroem e reforçam, diariamente, representações antipetistas que são, na realidade, o inimigo eleito pela imprensa por representar um projeto ideológico que vai contra os interesses dessa corporação midiática e de quem ela representa na contemporaneidade, o que já havia sido usado contra projetos nacionalistas, estatistas e desenvolvimentistas:

Em síntese, os dados sobre as valências e os pacotes interpretativos mostram que os editoriais da grande imprensa foram predominantemente negativos, tanto no período pré-governamental quanto no governamental do PT no plano federal, e que os enquadramentos dominantes (radical/corrupto) acionados nos dois momentos estruturaram uma narrativa crítica que, como mostrei em trabalho recente (AZEVEDO, 2017), foi acionada também no passado contra as forças políticas de centro-esquerda no período do governo democrático de Vargas (1951-1954) e no breve governo Jango (1961-1964). Nesse sentido, é possível caracterizar a atuação da grande imprensa diária através do conceito de paralelismo político e sugerir que seu antipetismo tem raízes ideológicas, numa visão política liberal que se opõe às ideias nacionalistas, estatistas e desenvolvimentistas do trabalhismo no passado e do petismo no presente (AZEVEDO, 2018, p. 287).

Deste modo, complementamos, como já enunciamos no decorrer desta narrativa, que as razões que levaram a grande imprensa a opor-se a essas ideias nacionalistas, estatistas e desenvolvimentistas do trabalhismo no passado, e contra o petismo no presente, se consolidam a partir de uma estratégia do imperialismo informal estadunidense, que testa inicialmente em sua população técnicas que envolvem a “fabricação de consenso”, para ficar em apenas um exemplo, e se expressa a partir do contexto de guerra híbrida, estratégia essa que pretende, ao contrário da anterior, de invadir militarmente um país soberano, com altos custos materiais e simbólicos, desestabilizar de diversas formas, em um contexto de globalização e de democracia neoliberal, a política principalmente do país que se pretende intervir (SOUZA, 2020).

Para mais, ao analisar as colunas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli, além do que já era sabido, a partir dos artigos, dissertações e outros trabalhos demonstrados nessa narrativa, sobre sua atuação antipetista, esse trabalho não apenas confirmou essa tese como também demonstrou que, a partir dos conceitos de patrimonialismo e de populismo, principalmente, os referidos jornalistas constroem em suas colunas uma representação negativa sobre o PT. Verificamos que em algumas colunas os dois conceitos eram usados de forma a negar mais ainda a imagem do partido, tratando-o, portanto, enquanto corrupto e populista.

Demonstramos que a elite proprietária brasileira, subserviente aos interesses imperialistas estadunidenses, faz da classe média, a partir do uso instrumental da mídia, sua aliada, uma massa de manobra “essencialmente pequeno burguesa” (MANGOLIN, 2017, p. 9). Essa manipulação a partir da imprensa tem a função de fazer a classe média defender os interesses que não os dela, e sim os dessa seleta elite. A dominação da elite dos proprietários se dá a partir da colonização da opinião pública, travestindo seus interesses de proprietários em interesse público. Apesar disso, “seus militantes de direita repetiram chavões e palavras de ordem sem sentido e serviram de base para a crise política que interessava apenas a determinados setores do grande capital” (MANGOLIN, 2017, p. 10). Essa crise política enunciada por Mangolin se refere ao golpe jurídico-parlamentar aplicado à ex-presidente Dilma Rousseff. Esse aspecto torna as classes médias as maiores representantes do antipetismo, sendo elas que irão às ruas convocadas pela imprensa exigir o fim dos governos petistas por ser, como demonstramos, o mais corrupto e populista.

Essa classe média, vimos, com formação incipiente a partir do século XIX, ocorre concomitantemente ao processo de proletarização e criminalização do negro, sendo que esse

era o estrato em que a classe média já buscava se diferenciar desde então. Outrossim, apesar de não haver mais escravidão, as práticas de abandono e de ódio de classe, se reproduziram no tempo e são existentes até hoje, de modo a termos uma força policial que, com o aval da classe média e da elite econômica, legitimada pelo Estado, mata negros e pobres brancos indiscriminadamente (SOUZA, 2017).

O que compreendemos a partir das leituras e análises das fontes sobre o antipetismo é que parte da aversão da classe média pelo PT se dá pelo partido ter promovido uma, apesar de modesta, diminuição nas desigualdades sociais, atribuindo políticas públicas a populações antes desassistidas politicamente. Essa ascensão gerou um sentimento de ressentimento para essa classe média que outrora possuía uma função distintiva mais aparente, sendo a distinção entre a elite voltada pelo aspecto moral de ter que se empenhar inicialmente nos estudos e depois no mercado de trabalho, ao contrário da elite proprietária, e entre a classes menos favorecidas pela aquisição desse mesmo capital cultural. Como demonstramos, esse aspecto moral, a partir da noção de meritocracia, omite o fato dessa classe ser privilegiada desde o nascimento a partir de uma estrutura familiar que lhe permite alcançar os objetivos, ao contrário do que ocorre em uma família de classe popular.

Esse capital cultural vai ser historicamente exercido no Brasil pela classe média, que irá agir do mesmo modo que a elite econômica age com o dinheiro, ou seja, vai acreditar que o conhecimento valorizado, ou capital cultural, é exclusivo à sua classe. Esse estrato é o que dará peso e amplificação ao antipetismo na contemporaneidade. Compreendendo que, a partir das políticas públicas desenvolvidas pelos governos petistas, entre elas as cotas, que incluía classes antes marginalizadas ao acesso à universidade, esse capital cultural que era exercido exclusivamente por ela passa a ser disputado pelas classes populares, o que lhes torna a tropa de choque da elite econômica, ativadas e desativadas sob o mote da corrupção e do populismo (SOUZA, 2017).

A colonização da opinião pública se faz necessário, pois a partir do início do século XX, não podendo mais controlar a sociedade com a farsa eleitoral juntamente com a violência física, a nova forma de controle oligárquico deveria se desenvolver passa a ser o domínio da opinião pública. Adaptando o liberalismo aos novos tempos, ele precisava agora convencer mais que oprimir, o que forma o pacto antipopular da elite de proprietários com a classe média, criando a aliança de classe dominante que caracteriza o Brasil até hoje (SOUZA, 2017).

Viu-se também sobre o conceito de populismo que, com o objetivo de estudar o comportamento das classes populares na política, Francisco Weffort, um dos membros

fundadores do PT, desenvolveu esse conceito, que depois será usado contra o próprio PT enquanto uma das duas principais chaves conceituais que visam negatizar a imagem do PT. Como a própria ideia de patrimonialismo e de corrupção apenas no Estado, esse conceito também foi criado para estigmatizar o legado de Getúlio Vargas. Como ampliação, a noção de populismo será usada para rotular a presença das massas na política. A noção de populismo, que coligada aos interesses das classes abastadas pretende desvalorizar a importância do voto das camadas populares, o que explica a propagação de ideias de que as classes populares não sabem votar, classes essas que compõe, apesar de não filiadas, o campo eleitoral do PT, que efetivamente lhes trouxe alguma mudança pragmática e imediata, algo que não viam desde o período das pautas trabalhistas e nacional-desenvolvimentistas das décadas de 1950 e 1960.

Demonstramos que com a passagem para o imperialismo informal, depois da Segunda Guerra Mundial, os estadunidenses usam a violência simbólica do convencimento científico como sua arma principal. A dominação simbólica atua a partir de uma estrutura tripartite, sendo a dimensão de maior abstração a da ciência hegemônica, a partir de universidades, *think tanks* e centros de pesquisa. A seguir temos os operadores que trabalham na fabricação do consentimento entre o mercado e o Estado. Por fim, relacionado a esses dois anteriores, mas com relação mais íntima com os operadores, a imprensa comercial na produção manipulada e distorcida, a partir de cima, da opinião pública (SOUZA, 2020).

Portanto, as classes populares acabam por serem duplamente atacadas: 1º) Com o conceito de patrimonialismo, ou seja, moralmente suscetível; 2º) Com o conceito de populismo, que diz que as massas são cognitivamente inferiores e, portanto, fáceis de serem manipuladas. Foram justamente esses dois aspectos que os jornalistas usavam para atacar o PT em suas colunas de repetidas vezes, além de outro elemento que destacamos pela sua recorrência nas colunas, que foi atribuir ao PT uma característica autoritária. Foi muito comum durante a análise das colunas observar que esses jornalistas atribuíam ao PT ora uma postura autoritária, ora uma postura de relação com partidos autoritários de outros países, como Nicarágua e Venezuela, e que isso logo o caracterizaria enquanto tal.

Verificamos, então, que o discurso anticorrupção é um traço comum entre os grupos antipetistas, e que esse argumento anticorrupção já foi acionado pela mídia contra o trabalhismo de Getúlio Vargas em 1953. De maneira semelhante, a partir de 2005, com o mensalão, o governo Lula irá conviver com denúncias de corrupção que se estenderão até o governo Dilma, que se inicia com a operação Lava Jato. Ambos os episódios são acompanhados da cobertura intensa pela imprensa “que manteve os governos petistas sob

fogo cerrado até o epílogo, com o afastamento da presidente Dilma, diante do apoio aberto do *Estadão*, *O Globo* e do apoio velado da *Folha de São Paulo* – que defendeu a renúncia de Dilma e Temer e a convocação de novas eleições” (AZEVEDO, 2016, p. 136).

Portanto, a partir da colocação acima, que coaduna com o material analisado por esse trabalho, o papel da *Folha de S. Paulo* na amplificação de pautas antipetistas se faz em muitos momentos de maneira singela, como a louvação a políticas de cunho liberal e conservador em detrimento das políticas nacional-desenvolvimentistas, estatistas e social-democratas. No entanto, diversas colunas analisadas atingiam o PT de maneira direta. Outro aspecto que observamos constar nas representações antipetistas desses jornalistas diz respeito a caracterizar o partido enquanto autoritário e que Azevedo constatou em sua pesquisa que era um recurso corriqueiramente utilizado contra o PT no período anterior à ascensão para a presidência da República. O autor diz que os pacotes interpretativos dominantes sobre o PT nos jornais em que realizou a análise (*O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) tiveram duas formas, sendo ambas negativas, onde a primeira “O PT é um partido ideologicamente negativo: radical, populista, autoritário, antidemocrático” (AZEVEDO, 2016, p. 161) é usada com frequência no período anterior a chegada do partido à Presidência e a segunda, “O PT é um partido corrupto, foi predominante no período governamental do partido, ou seja, entre 2002 e 2014” (AZEVEDO, 2016, p. 161). O que verificamos, em vista disso, é que essa colunas nas eleições de 2018 se apropriaram de todos os conceitos já usados anteriormente contra Varga e Jango, de maneira indiscriminada, ou seja, não mais ocorreu uma divisão entre períodos onde se caracterizava o PT, em certo momento, mais enquanto radical e populista, e em outro, enquanto corrupto, e sim todos juntos, aliados em uma mesma coluna.

Isso demonstra que os objetivos do trabalho foram atingidos e acreditamos possibilitar uma nova leitura sobre a apropriação de conceitos científicos pela elite para atingir seus objetivos de acumulação infinita de capital. Propomos que se faz importante agregar às pesquisas, principalmente dentro das humanidades, mas não apenas, o aspecto escravocrata da sociedade brasileira e toda a bagagem que esse passado trás para nossa formação social. Esse passado recente, o período escravocrata, que durou mais de 350 anos enquanto temos apenas 133 anos desde o fim desse desumano sistema, acreditamos, é capaz de justificar e legitimar atrocidades contra as populações carentes, principalmente as oriundas das periferias e favelas de todo o território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação buscamos compreender as representações antipetistas produzidas pelos colunistas Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli à *Folha de S. Paulo*. Durante a realização da pesquisa, teve-se a compreensão de que havia duas interpretações dominantes sobre o PT, a dizer, a de que o partido seria ideologicamente negativo – radical, populista, autoritário e antidemocrático e a de que o partido seria corrupto.

Desenvolvemos a leitura e análise das fontes a partir das chaves conceituais de patrimonialismo, populismo e, por último, a de que o PT seria um partido autoritário. Dito de outra maneira, a leitura de cada coluna foi feita observando, nos momentos em que os jornalistas se referiam ao PT, se eles atribuiriam ao partido de maneira mais visível um aspecto patrimonialista/corrupto, um aspecto populista ou um aspecto autoritário/antidemocrático. Demonstramos, para tanto, que em alguns momentos eles se apropriaram de dois desses conceitos para se referir ao partido, demonstrando, claramente, que os interesses dessa mídia impressa, pertencente e aliada da elite nacional, defensora de políticas neoliberalizantes, que o PT é um alvo diário em decorrência de sua ampla representatividade nas classes historicamente subalternizadas.

Para tornar mais compreensível à proposta dessa dissertação de demonstrar as representações antipetistas de Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli, no primeiro capítulo desenvolveu-se uma contextualização sobre a democracia brasileira, passando pelas lutas que reivindicavam uma abertura política que pusesse fim à ditadura militar implementada em 1964, os movimentos grevistas do ABC paulista a partir do novo sindicalismo e daí em diante começar a fazer um histórico sobre a trajetória do PT até o momento. Dentro desse contexto, tratamos de conceitos como anticomunismo e antiesquerdismo.

No segundo capítulo fizemos uma caracterização do que seria o eleitor petista e o eleitor antipetista. A partir da bibliografia especializada desenvolvemos algumas discussões que possibilitaram inicialmente discorrer sobre o que seria ser um eleitor petista, ou seja, quais as principais pautas políticas defendidas por esses eleitores. Na descrição sobre o eleitor antipetista, verificou-se que esse se portava enquanto a antítese do eleitor petista, uma vez que esse grupo considerando o PT enquanto o partido mais corrupto da história do Brasil justificaria uma postura contrária a todas as defendidas pelo partido. Como essa constatação se mostrou insuficiente ao percebermos que o antipetismo tinha uma relação direta com o

antivarguismo e com o anticomunismo, por mais contraditório que isso pareça, criamos um subcapítulo para demonstrar o que estaria por trás dessa postura negativa sobre o PT.

Ao estudar a bibliografia, encontramos indícios de que a atenção da mídia, em especial a *Folha*, se volta contra o PT por esse ser o partido que passou a representar grande parcela da população. Quando Getúlio Vargas possuía grande representatividade popular com suas políticas estatistas, atuavam com o antivarguismo, sob o mote do patrimonialismo e do populismo. Quando era João Goulart quem passa a representar essa grande parcela da população, acusam-no de comunista e a mídia atua ativamente com pautas anticomunistas e antiesquerdistas contra o ex-presidente, além de acusações pela direita, de ser populista pelo aumento em 100% do salário-mínimo enquanto era Ministro do Trabalho no governo Vargas. Quando, então, é o PT que passa a ser esse polo de atração para essa grande parcela da população, com um acréscimo, a partir do lulismo, depois de 2005, com um realinhamento eleitoral onde o PT perde grande parte do apoio das classes médias e o subproletariado ocupa seu espaço, as pautas que serão debatidas corriqueiramente na imprensa serão com representações negativas quando for se referir ao PT, acusando-o de corrupto, populista e autoritário. Situamos, portanto, a classe que se porta como a massa de manobra da elite nacional, subserviente aos interesses imperialistas, que são as classes médias, que atuam na implementação concreta das pautas antipetistas, indo às ruas protestar contra a corrupção de partidos apenas à esquerda do espectro político. Essa relação entre elite e classes médias se caracteriza enquanto um pacto antipopular.

Esse aspecto nos levou a compreender que a aversão ao PT a partir da classe média se trata de uma continuidade do ódio que antes fora direcionado ao escravo, uma vez que, quando as classes médias se indignaram e passaram a sair às ruas em 2013, contra o PT, com a pauta da corrupção, o mesmo não se viu quando foram comprovados casos de corrupção de outros partidos, o que gera a reflexão do motivo que estaria por trás de o ódio ao PT ter sido visto com tamanha indignação e, em contrapartida, de outros partidos, em sua maioria do centro para o centro-direita do espectro político, são vistos com tamanha naturalidade. O fator central é que o ódio ao pobre foi travestido ao ódio ao partido que diminuiu as distâncias entre essas classes sociais no Brasil moderno.

Como apropriamo-nos do conceito de representação, de Chartier, iniciou-se o terceiro capítulo fazendo algumas discussões sobre as representações, além do conceito de violência simbólica, de Bourdieu, para evidenciar que essas representações acabam por manifestar-se enquanto uma violência simbólica tanto pela sua aplicabilidade funcional pela

elite proprietária como pelos preconceitos que demonstramos carregar o conceito de antipetismo. Depois, faremos um breve resumo sobre a origem e algumas características da *Folha*, assim como dos colunistas analisados. Por fim, iniciamos as discussões concernentes às representações antipetistas desses jornalistas à *Folha* no ano eleitoral de 2018 e a sua consequente violência simbólica praticada.

Portanto, os resultados das análises empreendidas por essa narrativa, ancorado na literatura que trata a temática, discutidas no decorrer do texto, é que o antipetismo que é representado pelos colunistas Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli, à *Folha de S. Paulo*, se apropria, principalmente, dos conceitos de patrimonialismo e de populismo. Insistentemente atribuídos ao PT, esses conceitos foram usados em outros momentos da história moderna brasileira, como contra Vargas, na década de 1950 e de Jango, na década de 1960, que vai resultar no golpe civil-militar de apoio massivo de toda a grande imprensa nacional, classe média e classe média alta, financiada pela elite de proprietários local, influenciados estrategicamente ao nosso modelo de referência construído a partir de Sérgio Buarque do brasileiro naturalmente corrupto.

As classes médias e classe média alta, demonstramos, serão aquelas que atuarão materialmente representando o antipetismo nas ruas, igrejas, escolas, instituições militares, nas redes sociais, enfim, em todos os espaços possíveis, tendo em vista que essa é a classe consumidora historicamente dessa mídia impressa analisada por esse trabalho. Serão eles que irão às ruas quando acionados pela elite nacional, enquanto massa de manobra subserviente aos interesses imperialistas estadunidenses, a partir da moralidade seletiva, ou seja, da corrupção apenas do estado.

Esse antipetismo, aparentemente, faz parte de um projeto interno, mas como na maior parte das vezes, fora utilizado pelos estadunidenses, inicialmente em seu país, usando seu próprio povo de marionete, a partir das estratégias de produção de consentimento e os seus tentáculos que visam a cada dia desenvolver melhores ferramentas manipulativas da sociedade, pregando e forçando o neoliberalismo da desregulamentação do capital que visa somente aumentar as distâncias sociais.

Percebemos, no recorte temporal realizado por essa narrativa, que o ano de 2018 é caracterizado, a partir das representações desses jornalistas, enquanto um ano em que a *Folha* veiculou sistematicamente matérias negativas contra o PT através dos conceitos de patrimonialismo – onde o brasileiro seria corrupto por natureza, mas não o grande empresário

-, o de populismo - que diz que as massas são cognitivamente inferiores e, portanto, fáceis de serem manipuladas – e enquanto um partido autoritário.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A repressão política praticada no interior das universidades durante o governo Geisel (1974-1979) e a resistência estudantil. In: SIMPÓCIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29, 2017, [s. l]. **Anais...**
- ANSARA, Soraia. *Memória Política ditadura militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica*. 2005. 406 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. 2010. 306 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280844>>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In. *Revolução e Democracia (1964-...)*. Org. Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. cap. 16.
- AZEVEDO, Fernando Antonio Farias de. *A grande imprensa brasileira: paralelismo político e antipetismo (1989-2014)*. 2016. Tese – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). *Opinião Pública*, v. 24, p. 270-290, 2018.
- AZEVEDO, Reinaldo. O PT tripudia sobre cadáveres. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, n. 32.672, 20 jul. 2018. Poder, A6.
- AZEVEDO, Reinaldo. Poder, irrelevância ou arruaça?. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, n. 32.678, 21 set. 2018. Poder, A8.
- BAIOCCHI, Gianpaolo.; CHECA, Sofia. The Brazilian Workers' Party: From Local Practices to National Power, *WorkingUSA*, v. 10, n. 4, p. 411-430, 2007.
- BARROS, José D.'Assunção. História cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CALDARA, Marcus. *Contornos discursivos do antipetismo nas mídias sociais: uma análise a partir do Movimento Brasil Livre*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13948>>. Acesso em 16 jan. 2022.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CHARTIER, Roger et al. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2 ed. 2002.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia e educação. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/2221/1322>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

DALTOÉ, Julius Hericky Hafemann. *Reinaldo Azevedo em Veja online: um intelectual a serviço da construção do antipetismo*. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DELMAZO, Caroline.; VALENTE, Jonas. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 155-169, 2018. DOI: 10.14195/2183-5462_32_11. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_32_11. Acesso em: 17 jan. 2023.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini; VIEIRA, Allana Meirelles. A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, p. 157-182, 2019.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos : decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15. ed. [s. l.]: Global, 2004.

GARCIA, Cyro. *PT: de oposição à sustentação da ordem*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2012.

GOLDSTEIN, A. A. Prensa y política durante el segundo gobierno de Vargas y el primer gobierno de Lula - Aproximaciones a una comparación. *Revista Alterjor*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 45-63, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/aj11-a03>. Acesso em: 16 jan. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. [s. l.]: Cia das Letras, 1995.

KECK, Margaret E. *PT - A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1991.

KINZO, Maria D.'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

LESSA, Antônio Carlos. A vertente perturbadora da política externa durante o governo Geisel: um estudo das relações Brasil-EUA (1974-1979). *Revista de informação legislativa*, v. 35, n. 137, p. 69-81, 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/333/4/r137-07.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010.

MANGOLIN, Cesar. Confluências políticas da pequena burguesia: o antipetismo de direita e de esquerda. *Revista Lumen*, v. 2, n. 3, 2017.

MAGNOLI, Demétrio. Tempo circular. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, n. 32.672, 15 set. 2018. Poder, A6

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Paz e Terra, 1989.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1945-1964*. São Paulo: Atual, 1998.

_____. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2020.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. *Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, v. 22, n. 2, p. 185-191, 2012.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 22, n. 3, p. 638-674, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8648260>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In. *Revolução e Democracia (1964-...)*. Org. Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

REMÓND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. 2008. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

RIDENTI, Marcelo S. “Caleidoscópio da cultura brasileira (1964-2000)”. In: Miceli, Sergio; Pontes, Heloísa. *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: Edusp, 2014. p. 21-71.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002–2016). *Política & Sociedade*, v. 17, n. 39, p. 277-312, 2018.

SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana. 1943 -*. São Paulo, Boitempo, 2011.

SAMUELS, David. As bases do petismo, *Opinião Pública*, Campinas, v. X, n. 2, p. 221-241 Outubro, 2004. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22016.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SANTOS, Marcelo Alves Junior. *Vai pra Cuba!!! A Rede Antipetista na eleição de 2014*. 2016, 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia-SP, Ateliê Editorial, 2011.

SECCHI, Leonardo; ITO, Leticia Elena. Think Tanks e universidades no Brasil:: análise das relações na produção de conhecimento em política pública. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 46, 2016.

SILVA, Pedro Gustavo de Sousa. *PSDB E PT: análise da organização interna dos partidos*. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. *A guerra contra o Brasil*. Primeira Pessoa, 2020.

_____. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

SOUZA, Rafael Benedito de. Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu. *Ars Historica*, n. 7, p. 139-151, 2014.

TODT, Marcos Leite de Matos. Partido dos Trabalhadores: do poder das bases ao verticalismo. *Lutas Sociais*, v. 22, n. 40, p. 175-184, 2018.

VELOSO, AMC; VASCONCELOS, F. M.; CARDOSO, LCF. A cobertura do Jornal Folha de São Paulo nas Manifestação de 15 de março e 12 de abril de 2015. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação de Educação e Sociedade*, Naviraí, v. 4, n. 8, p. 27-45, 2017.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 25 de fevereiro de 2022.

Alain Nucci Fernandes